

Orientador:
Moises Rockembach

Co-orientadora:
Ilza Girardi

Matheus Cervo

**Repositórios
digitais para dados
abertos de pesquisas
antropológicas: um
estudo de caso do
BIEV UFRGS**

2022

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Comunicação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS)

Porto
Alegre

Matheus Cervo

**REPOSITÓRIOS DIGITAIS PARA DADOS ABERTOS DE PESQUISAS
ANTROPOLÓGICAS: um estudo de caso do BIEV UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Moises Rockembach
Co-orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria
Tourinho Girardi

Porto Alegre, RS

2022

Matheus Cervo

**REPOSITÓRIOS DIGITAIS PARA DADOS ABERTOS DE PESQUISAS
ANTROPOLÓGICAS: um estudo de caso do BIEV UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM-UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moises Rockembach (Presidente/Orientador)

Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi (Co-orientadora)

Profa. Dra. Anna Carla Almeida Mariz
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Eloisa Beling Loose
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Samile Andrea de Souza Vanz – suplente
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O século XX impôs vários desafios à dupla missão.

Há antes de tudo a pressão superadaptativa que força a conformar o ensino e a pesquisa às demandas econômicas, técnicas, administrativas do momento, a se conformar aos últimos métodos, às últimas receitas no mercado, a reduzir o ensino geral, a marginalizar a cultura humanista. Ora, sempre na vida e na história, a superadaptação a condições dadas foi não signo de vitalidade, mas anúncio de senilidade e de morte, pela perda da substância inventiva e criadora. (...)

Por toda parte, se reconhece a necessidade de interdisciplinaridade, esperando o reconhecimento da relevância da transdisciplinaridade, seja para o estudo da saúde, da velhice, da juventude, das cidades... mas a transdisciplinaridade só é uma solução no caso de uma reforma do pensamento. É preciso substituir um pensamento que separa por um pensamento que une, e essa ligação exige a substituição da causalidade unilinear e unidimensional por uma causalidade em círculo e multirreferencial, assim como a troca da rigidez da lógica clássica por uma dialógica capaz de conceber noções ao mesmo tempo complementares e antagônicas; que o conhecimento da integração das partes num todo seja completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes.

(Edgar Morin, 2003, p. 25-26)

AGRADECIMENTOS

Na primeira semana de março de 2020, dei os meus primeiros passos na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Uma semana depois, comecei a enfrentar os desafios do isolamento social devido à pandemia de covid-19 no Brasil. Por isso, essa dissertação foi feita integralmente durante esse difícil período, do seu início até a sua defesa.

Assim, eu não teria como não agradecer a todas as pessoas que me deram forças e suporte para conseguir finalizar esse grande trabalho de pesquisa, fazendo-me acreditar que era possível contribuir ao conhecimento em tempos tão sombrios.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Moises Rockembach, e à minha co-orientadora, Ilza Maria Tourinho Girardi. Quando entrei no mestrado, minha ideia era fazer trabalho de campo com pessoas durante esses dois anos, mas esses planos precisaram ser adaptados aos desafios enfrentados. Sem esses dois professores que me abraçaram mesmo à distância, eu não teria conseguido enfrentar esses obstáculos e conseguir fazer uma pesquisa da qual eu me orgulho. Pela sensibilidade e por toda paciência, meus mais sinceros agradecimentos.

Também preciso agradecer a todas as pessoas do BIEV enquanto grupo de pesquisa da UFRGS. Principalmente, queria agradecer à professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, coordenadora do BIEV que há muito tempo me ensina muitas coisas de forma generosa. Como grande educadora e pesquisadora que é, mais uma vez foi solícita em abrir as portas do grupo de pesquisa para que eu pudesse fazer a minha investigação de mestrado. Obrigado por me “receber” em tantas chamadas de vídeo acompanhadas de café para falarmos sobre tudo o que está relatado aqui na pesquisa. Agradeço também à professora Cornelia Eckert, grande antropóloga do BIEV que sempre me acompanhou.

Um grande obrigado aos professores Rafael Devos e Viviane Vedana por terem aceitado minha proposta e terem sido tão atenciosos nas entrevistas. Além disso, queria agradecer especialmente à Camila Braz por não só ter participado como entrevistada, como também por ter sido uma parceira dentro da pós-graduação em muitos momentos desses últimos dois anos. Não quero esquecer ninguém, mas sou grato a todos os(as) pesquisadores(as) do BIEV que estiveram comigo neste tempo.

Agradeço aos meus pais por terem me apoiado de inúmeras formas, mesmo tendo dificuldade para entender o que eu faço como pesquisador – algo que muitas pessoas sentem pela especificidade de suas pesquisas. Obrigado a minha irmã Mariana por ser uma pessoa maravilhosa e estar presente na minha vida. Também agradeço ao meu namorado Fernando

Lucas Lima da Silva por ter sido tão atencioso durante esse tempo e por ter me inspirado em ser uma pessoa LGBT assumida dentro do meio acadêmico. Obrigado por estar construindo comigo essas pequenas coisas todos os dias.

Agradeço a vários dos meus amigos que, mesmo com isolamento, estiveram presentes de alguma forma. Daniela Lesina, Monique Kraemer, Tuane Tain Bessi, Tâmisa Fleck, Eliane Almeida de Souza, Matheus Bonneau, Julika Oliveira, Gabriel Neumann, Mel Oliveira Guirro, Tamires de Oliveira Garcia, muito obrigado.

Por fim, especial agradecimento a Kelwin Marques Garcia dos Santos que é autor da fotografia que aparece na capa da dissertação. A imagem foi publicada na revista de Antropologia Visual chamada Fotocronografias no ensaio “Femininos transgressivos no maracatu de baque virado” em 2021.

RESUMO

Esta dissertação contribui ao campo da ciência aberta, principalmente aos estudos que se debruçam sobre a abertura de dados de pesquisa em repositórios digitais na *web*. De forma específica, investiga-se as lacunas de estudo existentes na abertura de dados às disciplinas das humanidades, especialmente da Antropologia Social enquanto área do saber que se baseia na etnografia enquanto forma de conhecer as diversas expressões humanas no mundo. Para isso, realizou-se um estudo de caso sobre o grupo de pesquisa Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que pertence ao departamento de Antropologia desde 1997. Trata-se de um grupo de referência às áreas da Antropologia Visual/da Imagem e da Antropologia Urbana no Brasil que, desde o final da década de 1990, tentou criar um banco de dados multimídia na *internet* para tornar suas coleções etnográficas acessíveis a todos os coletivos interessados. Contudo, houve muitos desafios à concretização dessa base de dados, o que levou essa pesquisa a investigar quais os problemas informacionais e comunicacionais que atravessaram a consolidação deste projeto no complexo universitário em questão. Como metodologias de pesquisa, realizou-se: 1) revisão teórica do projeto a partir do paradigma da complexidade de Edgar Morin, entrecruzando as áreas da Antropologia, da Comunicação e da Ciência da Informação; 2) revisão sistemática de literatura em português e inglês sobre repositórios digitais para dados antropológicos; 3) diagnóstico das múltiplas tentativas de abertura dos dados do BIEV desde a sua fundação (1997-2020); 4) entrevistas em profundidade semi-estruturadas com quatro pesquisadores que auxiliaram na construção do projeto; 5) análise de conteúdo das entrevistas. Como resultados da revisão teórica e de literatura, percebeu-se a importância de evitar análises disciplinares acerca do objeto de estudo, visto que a complexidade dos dados multimídia produzidos na Antropologia exige diálogos profícuos entre diferentes tipos de profissionais. Verificou-se que a literatura da área não é inexistente e está crescendo, demonstrando que existem diversos desafios que concernem à especificidade dos registros etnográficos. Se vários dos problemas foram mapeados a partir da revisão sistemática de literatura, outros apareceram no estudo de caso que foi feito em detalhamento a partir de metodologia qualitativa. Entre eles, conclui-se que há: desafios éticos complexos na restituição dialógica dos materiais; problemas referentes aos diferentes tipos de documentos existentes dentro das coleções etnográficas; dificuldade de realizar contatos externos com profissionais da área da ciência aberta; adversidade na construção de projetos profícuos com auxílio da instituição universitária; fragmentação dos órgãos do ensino superior que trabalham com questões patrimoniais, informacionais e comunicacionais dos grupos de pesquisa; obstáculos referentes às formações dos(as) pesquisadores(as) dentro do modelo disciplinar do ensino superior.

Palavras-chave: ciência aberta; dados abertos; repositório digital; comunicação científica; antropologia; etnografia; BIEV.

ABSTRACT

This dissertation contributes to the field of open science, mainly to studies that focus on the opening of research data in digital repositories on the web. Specifically, it studies the challenges of open data in the disciplines of the humanities, especially in Social Anthropology as an area of knowledge that is based on ethnography as a way to know different human expressions in the world. For this, a case study was carried out with the research group Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) which belongs to the Anthropology department since 1997. It is an important group to the areas of Visual/Image Anthropology and Urban Anthropology in Brazil that, since the late 1990s, tried to create a multimedia database on the internet to make their ethnographic collections accessible to all interested groups. However, there were many challenges to the implementation of this database, which led this research to investigate the informational and communicational problems that crossed the consolidation of this project in the university complex in question. The following methodological procedures were carried out: 1) theoretical review following the paradigm of complexity of Edgar Morin, crossing the areas of Anthropology, Communication and Information Science; 2) systematic literature review in brazilian portuguese and english about digital repositories for anthropological data; 3) diagnosis of the multiple attempts to open BIEV data since its foundation (1997-2020); 4) in-depth semi-structured interviews with four researchers who helped build the project; 5) content analysis of the interviews. As a result of the theoretical and literature review, it was noticed the importance of avoiding disciplinary analyzes about the object of study, since the complexity of multimedia data produced in Anthropology requires fruitful dialogues between different types of professionals. It was found that the literature in the area exists and is growing, demonstrating that there are several challenges concerning the specificity of ethnographic records. Several problems were mapped from the systematic literature review and others appeared in the case study that was carried out in detail using a qualitative methodology. Among them, it is concluded that there are: complex ethical challenges in the dialogic restitution of materials; problems referring to the different types of documents existing within ethnographic collections; difficulty in making external contacts with professionals in the field of open science; adversity in the construction of projects with the help of the university institution; fragmentation of higher education sectors that work with heritage, information and communication issues of research groups; obstacles related to the training of researchers within the disciplinary model of higher education.

Keywords: open science; open data; digital repository; scientific communication; anthropology; ethnography; BIEV.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contagem dos anos das publicações da revisão bibliográfica	60
Figura 2 - Porcentagem da língua das publicações da revisão bibliográfica.....	63
Figura 3 - Contagem do tipo de bibliografia	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Procedimentos metodológicos adotados na revisão sistemática	20
Tabela 2 - Metadados gerais do segundo banco de dados do BIEV UFRGS.....	80
Tabela 3 - Metadados específicos para as fotografias do segundo banco de dados do BIEV UFRGS	82
Tabela 4 - Metadados específicos para os vídeos do segundo banco de dados do BIEV UFRGS	82
Tabela 5 - Metadados específicos para os sons do segundo banco de dados do BIEV UFRGS	83
Tabela 6 - Thesaurus do grupo de pesquisa BIEV UFRGS.....	88
Tabela 7 - Dados de pesquisa de Junior Abalos	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	American Anthropological Association
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AIATSIS	Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies
BDC/UFPR	Base de Dados Científicos da Universidade Federal do Paraná
BIEV	Banco de Imagens e Efeitos Visuais
Brapci	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIS	Consórcio de Informações Sociais
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CMC	Comunicação Mediada por Computador
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoPAR	Council for the Preservation of Anthropological Records
CPD	Centro de Processamento de Dados
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DCMI	Dublin Core Metadata Initiative
EHESS	Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales
ESEF	Escola Superior de Educação Física
ESEFID	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FAIR	Findable, Accessible, Interoperable, Reusable
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
Fumproarte	Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural
GEEMPA	Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação
HDs	Hard Drives
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IMS	Instituto Moreira Salles

INA	Institut national de l'audiovisuel
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAS	Laboratório de Antropologia Social
LISA	Laboratório de Imagem e Som em Antropologia
LPCA	Language and Popular Culture in Africa
MinC	Ministério da Cultura
NAVI/UFAM	Núcleo de Antropologia Visual da Universidade Federal do Amazonas
Navisual	Núcleo de Antropologia Visual
NDMS	Núcleo de Documentação e Memória Social
ONG	Organização Não Governamental
PNPD	Programa Nacional de Pós-Doutorado
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGCOM	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RDA	Research Data Alliance
RDP Brasil	Rede de Dados de Pesquisa Brasileira
SAC	Sirindhorn Anthropology Center
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília

UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UX	User Experience
VNA	Vídeo nas Aldeias

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	16
1.2 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
1.3 METODOLOGIA.....	19
2 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS E REVISÃO DE LITERATURA.....	26
2.1 A EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E O PARADIGMA DA COMPLEXIDADE.....	27
2.2 ENTRECruzamentos ENTRE ANtROPOLOGIA E COMUNICAÇÃO NAS PRODUÇÕES MULTIMÍDIA UNIVERSITÁRIAS.....	32
2.3 ENTRECruzamentos ENTRE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO: O CASO DOS REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA ABERTOS NA ANtROPOLOGIA .	39
2.4 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA: DADOS ABERTOS ANTROPOLÓGICOS	44
2.4.1 Grupo 01: Problemas éticos da abertura dos dados antropológicos	45
2.4.2 Grupo 02: Interdisciplinaridade na construção das bases de dados.....	48
2.4.3 Grupo 03: Questões comunicacionais e relacionais das plataformas	53
2.4.4 Grupo 04: Os dados abertos na Antropologia Visual	57
2.4.5 Grupo 05: A criação de repositórios digitais para museus antropológicos	58
2.5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA REVISÃO DE LITERATURA.....	59
3 DIAGNÓSTICO DO BANCO DE IMAGENS E EFEITOS VISUAIS.....	66
3.1 O NASCIMENTO DO BIEV NA UFRGS	67
3.2 AS DIFERENTES TENTATIVAS DE CRIAÇÃO DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS NA WEB.....	73
3.2.1 A primeira tentativa: BIEV-data em <i>Access</i>	73
3.2.2 A segunda tentativa: BIEV-data e BIEV-site com tecnologias <i>open source</i>	76
3.2.3 A terceira tentativa: BIEV Tainacan	85

3.3 A RELAÇÃO ENTRE O THESAURUS E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	87
3.4 FORMAS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA VARIADAS UTILIZADAS NA INTERNET.....	93
3.4.1 Plataformas de compartilhamento de vídeos	94
3.4.2 A utilização de <i>blogs</i> : habitantes do arroio e livro do etnógrafo.....	96
3.4.3 Fotocronografias: um periódico para fotoetnografias	99
3.4.4 A criação de <i>sites</i> temáticos: memória ambiental e memória do trabalho	101
3.5 DADOS DO GRUPO DE PESQUISA.....	103
4 PERCEPÇÃO DOS(AS) PESQUISADORES(AS).....	106
4.1 DESAFIOS ÉTICOS DA CONSTRUÇÃO DAS BASES DE DADOS ETNOGRÁFICAS.....	108
4.2 DIFERENTES TIPOS DE DADOS DE PESQUISA.....	117
4.3 CONTATOS EXTERNOS AO GRUPO DE PESQUISA	122
4.4 A FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES NAS HUMANIDADES.....	129
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	145
ANEXOS	157
ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	157
ANEXO II – ÚLTIMA PÁGINA DO PARECER POSITIVO DO COMITÊ DE ÉTICA..	161
APÊNDICES.....	162
APÊNDICE I – COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS DO BIEV	162

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação é dedicada a todos(as) os(as) profissionais que se interessam pelo tema da ciência aberta e acreditam na necessidade de investirmos tempo pensando nos desafios de abrir os conhecimentos científicos de forma gratuita a todos os coletivos interessados. Mais especialmente, esse trabalho é dedicado aos que enfrentam ou aos que se afetam pelo tema da abertura da ciência nos campos das humanidades, visto que são múltiplas áreas do saber que possuem suas peculiaridades no que se refere às suas descobertas e aos seus dados de pesquisa.

Antes de começar a falar sobre os detalhes deste trabalho, alerta-se que essa dissertação tentou, ao máximo possível, concretizar uma investigação que percebesse o problema da complexidade como algo inerente à abertura dos dados de pesquisa das humanidades. Por isso, bebeu-se de várias fontes para poder discutir o problema levantado sem realizar cortes que puxariam as respostas mais para um lado disciplinar do que para um lado de possibilidades futuras de cooperação inter ou transdisciplinar. Isso é salientado no início deste texto, porque, apesar de se tratar de uma pesquisa feita em um programa de pós-graduação em Comunicação, o desejo primordial é de incentivar a discussão entre diversas áreas que estão implicadas nessa abertura do conhecimento das humanidades (como as diferentes disciplinas que trabalham com a informação e com o patrimônio científico universitário).

Por isso, incentiva-se a leitura desse trabalho por profissionais e estudantes de diversas disciplinas, sabendo que muitas discussões podem surgir em aprofundamentos com saberes que são provenientes de múltiplas experiências de investigação. A seguir, iniciar-se-á a discussão específica que foi feita nesse projeto com as delimitações próprias que foram dadas a ele – envolvendo principalmente aspectos comunicacionais e informacionais do conhecimento científico –, mas não se esqueça que a postura que se tem aqui é de aceitar que muitas outras áreas tem a contribuir com essa discussão.

Para introduzir esse estudo, salienta-se que o centro desse trabalho é a questão da abertura de dados de pesquisa científica, principalmente com a utilização da *internet* como meio de comunicação. Apesar desse campo de estudo ser um tanto novo, trata-se de uma área que vem crescendo exponencialmente como demonstram trabalhos recentemente publicados sobre essa temática (SILVEIRA *et al.*, 2021) e relatórios produzidos sobre esse assunto (PAVÃO *et al.*, 2018; VANZ *et al.*, 2018).

É importante notar que o campo da ciência aberta é entendido por muitos

pesquisadores como um termo guarda-chuva que acopla diferentes perspectivas teórico-metodológicas e distintas práticas concretas de abertura do conhecimento científico (ALBAGLI; CLÍNIO; RAYCHTOCK, 2014). O que une essas diferentes práticas em um mesmo eixo são princípios éticos basilares que postulam a necessidade de lutar contra o fechamento da ciência – um movimento que tem ocorrido em muitos periódicos e através de práticas de patentificação de áreas de investigação (POMBO, 2006). Dessa forma, trata-se de um movimento plural ligado à utilização de tecnologias digitais colaborativas e de ferramentas de propriedade intelectual alternativas a fim de permitir a democratização do conhecimento em diferentes níveis.

Como exposto no início desse projeto, deseja-se aprofundar a discussão sobre uma área específica do conhecimento dentro desse campo: a dos dados abertos de pesquisa, especialmente pela via dos repositórios digitais. Nessa perspectiva, são estudadas formas de realizar a abertura dos dados em processos intermediários da comunicação científica, focando principalmente nos registros que são coletados durante a pesquisa (SHINTAKU; DUQUE; SUAIDEN, 2015) – o que difere dos estudos sobre a abertura de artigos de periódicos e seus processos de avaliação, por exemplo.¹ As plataformas digitais de dados abertos começaram a ser pensadas como formas de criar uma ciência mais colaborativa onde impera o compartilhamento e o reuso dos materiais científicos ao invés da autoria e da patente.

Dessa forma, para criação desses repositórios, estão sendo estudadas arquiteturas digitais específicas, políticas especializadas de acesso aos dados abertos, diretrizes organizacionais de instituições que trabalham com plataformas de ciência aberta, formas de criar licenciamento livre, entre outros assuntos. Como se trata de uma área em que as pesquisas implicam na produção desses produtos feitos à sociedade, vários modelos de referência e de princípios estão sendo criados para guiar novos grupos na construção e validação desse tipo de repositório.

Contudo, a inquietação principal deste trabalho é que ainda é necessário aprofundar a discussão sobre a construção desses repositórios para os conhecimentos humanísticos, uma

¹ Dados abertos ou *open data* se refere a dados que estão disponíveis para que qualquer pessoa possa os utilizar sem restrições de direitos autorais, patentes ou outros mecanismos de controle. Os dados abertos podem existir em diversas esferas da sociedade, como no governo, em empresas privadas ou nas universidades – sendo estas últimas instituições o foco desta dissertação. Dentro das universidades, muitos movimentos podem ser feitos para abertura de dados, como transparência na gestão de finanças e acesso a periódicos científicos de forma totalmente gratuita. Dentro dessa miríade de possibilidades, existem os dados abertos de pesquisa que se referem aos dados produzidos durante as investigações realizadas por pesquisadores(as) nessas instituições – como, por exemplo, um sequenciamento genético. Não se trata dos dados publicados em formato bibliográfico em periódicos ou em obras de formato livresco, mas, sim, da publicação extensa dos dados em si em algum repositório digital, permitindo pesquisas futuras.

vez que eles possuem epistemologias que diferem grandemente das múltiplas ciências exatas/naturais ou das ciências sociais quantitativas. Essa observação pode ser reiterada por produções importantes que foram realizadas recentemente sobre essa temática de estudo, como os dois relatórios que foram publicados em 2018 pela Rede de Dados de Pesquisa Brasileira (PAVÃO *et al.*, 2018; VANZ *et al.*, 2018). Pode-se observar que o relatório da primeira etapa do projeto identificou 15 repositórios brasileiros que foram encontrados no Re3Data² e em buscas facetadas na *internet*, o que permitiu a observação de que predominam as temáticas voltadas às Ciências Agrárias, às Ciências Exatas e da Terra, às Ciências Biológicas e à Engenharia.³

Assim sendo, é possível inferir que ainda é necessário aprofundar o debate acerca da pluralidade epistemológica contida nos estudos sobre dados abertos de pesquisa, principalmente quando se refere aos múltiplos registros contidos nas humanidades. Devido à impossibilidade de apreensão da complexidade existente sobre os dados qualitativos produzidos em disciplinas diversas (como Filosofia, História, Sociologia, Ciência Política, Geografia, Psicologia), o estudo aqui almejado deseja responder à questão sobre a abertura de dados de pesquisa da Antropologia Social⁴, especificamente da Antropologia Visual e da Imagem. Acredita-se que esses dados possuem particularidades incomuns para pensarmos os desafios da consolidação de repositórios de dados abertos às humanas.

Quando se fala sobre a Antropologia Visual, refere-se principalmente à área que produz dados visuais em pesquisa de campo na observação participante. Trata-se de uma área que utiliza formas de registro visuais em pesquisas etnográficas realizadas com comunidades diversas, como recursos audiovisuais (ROUCH, 1974), fotográficos (ACHUTTI, 1997), sonoros (VEDANA, 2010; PINTO, 2001) e até mesmo “artísticos” – incluindo pinturas,

2 De acordo com o *site* do projeto, o Re3data é um registro global de repositórios de dados de pesquisa de diferentes disciplinas acadêmicas. Inclui repositórios que permitem o armazenamento permanente e o acesso a conjuntos de dados para pesquisadores, órgãos de financiamento, editores e instituições acadêmicas. Para saber mais, acesse: <https://www.re3data.org/about>.

3 É importante salientar que o relatório mapeou três repositórios de dados das Ciências Sociais de forma geral. Contudo, pode-se perceber que, majoritariamente, não são dados qualitativos e multimídia, tema que importa a esse projeto. O *Ibict Dataverse Network* foi criado em 2015 e ainda possui uma base de dados pequena, existindo pouca diversidade disciplinar. Apenas 11 itens do repositório são classificados como pertencentes às Ciências Sociais e o restante dos dados são de áreas das exatas ou relacionados à Ciência da Informação. A Base de Dados Científicos da Universidade Federal do Paraná (BDC/UFPR) trabalha principalmente com materiais bibliográficos finalizados ao invés de dados de pesquisa. Existem menos de 50 itens que fogem dessa categoria. Por último, o Consórcio de Informações Sociais (CIS) possui uma base de dados que foi criada por um grupo de Sociologia da USP em 2003, mas quase todos são estatísticos/quantitativos. Isso foi inferido a partir da consulta ao site e da leitura do histórico do consórcio.

4 Este trabalho se refere especificamente ao campo da Antropologia Social. Existem outros campos como a Antropologia Física (também chamada de Antropologia Biológica ou Bioantropologia) e a Paleoantropologia (área da Arqueologia que estuda a evolução da espécie humana) que possuem outras abordagens teórico-metodológicas.

desenhos, diagramas, mapas, entre outros neste termo abrangente (KUSCHNIR, 2016; GEISMAR, 2014; BALLARD 2013). Contudo, ainda se pode falar sobre a Antropologia da Imagem (sua “subárea irmã”) que não produz registros autorais (ou seja, dados inéditos), mas produz dados que são igualmente importantes. Como exemplo, pode-se mencionar os projetos que registram e resgatam audiovisuais às suas temáticas específicas de estudo – como no projeto Amazônia Audiovisual criado pelo Núcleo de Antropologia Visual (NAVI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).⁵

Por isso, pode-se mencionar que há uma ontologia desses dados que tensiona os modelos vigentes para repositórios de dados abertos de pesquisa por: 1) além de serem dados qualitativos, serem registros multimídia com grande pluralidade de expressões; 2) serem dados provenientes de pesquisas antropológicas feitas a partir de observações participantes ou de coletas/análises de registros visuais guiadas pelas teorias acumuladas pelo campo.

Claramente, há uma questão técnica no sentido de realizar um tratamento específico para dar acesso pelo digital aos diferentes tipos de dados que não são os quantitativos e não são os qualitativos escritos (como entrevistas transcritas, por exemplo). Ainda assim, pode-se entender que há uma profundidade maior do que a questão técnica (sem dúvida fundamental) quando se percebe a natureza desse patrimônio científico e sua relação com o chamado patrimônio imaterial. Isso se deve ao fato de que esses documentos provenientes de pesquisas científicas falam sobre a vida de múltiplas comunidades que possuem suas próprias formas de viver e de saber, havendo um aspecto humanístico importante a ser considerado.

A questão da representação patrimonial que comunica algo sobre comunidades diversas dentro da sociedade brasileira tem sido um tema de caloroso debate nos últimos anos (TAMASO; LIMA FILHO, 2012; TAMASO; GONÇALVES; VASSALLO, 2019; DA SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005). Sobre essa questão, Regina Abreu do Rego Monteiro (2007) argumenta que, até os anos oitenta do século XX, predominavam os conceitos provenientes da história da arquitetura devido à hegemonia da concepção edificadora de patrimônio. Apesar disso, nas últimas décadas, a autora afirma que há a intensificação do vocabulário inspirado na Antropologia Social e Cultural para englobar tipos de patrimônio que vão além das edificações, dos sítios naturais, dos sítios arqueológicos ou dos bens móveis.

Assim, começou a se utilizar os termos “patrimônios intangíveis”, “imateriais” ou “culturais” em contraposição a uma noção de memória meramente material. Como afirma José Guilherme Cantor Magnani (1986), o patrimônio imaterial se refere a saberes

⁵ Existem mais termos e formas de delimitar esses estudos, nem sempre consensuais sobre o que se delimita neles. A discussão será feita de forma mais aprofundada no primeiro capítulo.

tradicionais, modos de fazer, formas de sociabilidade, festas, rituais, trajetórias sociais, entre outros. Por isso, há questões pungentes sobre esse tipo de dado de pesquisa, visto que a imaterialidade dele é tão importante quanto a abertura e a preservação dos documentos etnográficos, sejam digitais ou analógicos.

Buscando responder ao menos algumas questões sobre essa lacuna, esta dissertação terá como foco as tentativas de abertura de dados de pesquisa na *internet* feitas pelo Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV).⁶ O BIEV é um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que foi criado em 1997 e continua ativo até o momento de consolidação desta dissertação. Trata-se de um grupo que trabalha há mais de 20 anos com a subárea da Antropologia Visual e da Imagem, acumulando dados etnográficos fotográficos, audiovisuais, sonoros, textuais e iconográficos. Especificamente, seus dados são oriundos de observações participantes realizadas no contexto das sociedades urbano contemporâneas, sendo que a maioria das pesquisas foram feitas nas cidades metropolitanas do Rio Grande do Sul (RS) sob financiamento público do CNPq, da CAPES, da FAPERGS e outras instituições financiadoras.

É importante salientar essa especificidade, visto que a Antropologia Social foi, até meados da década de 1970, uma disciplina que hegemonicamente se restringia às pesquisas para com comunidades tradicionais não caucasianas – como populações originárias dos continentes americano, africano e asiático. Isso ocorreu porque a Antropologia é uma disciplina das Ciências Sociais que é caracterizada pela pesquisa etnográfica em que o(a) antropólogo(a) realiza um imersivo trabalho de campo de média/longa duração para tentar compreender outras alteridades de forma não etnocêntrica. A disciplina se caracterizou por esse tipo de pesquisa porque iniciou os seus percursos com a compreensão de “alteridades radicais” (PEIRANO, 1995)⁷ – como é o caso do livro pioneiro de Bronisław Malinowski (1922) sobre os grupos que viviam nas Ilhas Trobriand, um arquipélago próximo à Nova Guiné.

Contudo, foi aos poucos que a área disciplinar voltou os seus olhos para as alteridades que moram nos espaços urbanos (VELHO, 2013) onde estão a maioria das universidades e onde vivem a maioria dos pesquisadores. Ainda que tenha ocorrido essa transformação da área, os feitos dessas pesquisas continuam como axioma antropológico pelo fato de permitir

6 O BIEV pertence ao Laboratório de Antropologia Social (LAS) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O *site* do grupo pode ser acessado em: <https://www.ufrgs.br/biev/>

7 Alteridades radicais é um conceito que se refere a comunidades que possuem uma forma de vida e de conhecimento radicalmente diferente dos pesquisadores hegemônicos das universidades ocidentais.

um processo compreensivo e intersubjetivo de diversas realidades socioculturais. Por isso, ao longo do tempo, o BIEV se constituiu como um banco de imagens que possui muitas pesquisas que falam sobre a questão do desenvolvimento da cidade do ponto de vista de comunidades urbanas diversas, principalmente porque trabalha com a questão da memória coletiva através do que se chama de Etnografia da Duração (ECKERT; ROCHA, 2013).⁸

Mesmo que tenha sede no departamento de Antropologia, o grupo foi composto por equipes multidisciplinares com estudantes da Comunicação (principalmente por causa da produção visual), da Ciência da Informação e do Patrimônio (devido à questão do repositório). Para além da sua produção, a intenção do BIEV sempre foi construir um banco de dados etnográficos *online* que abrisse as pesquisas sobre a memória coletiva das cidades da região metropolitana do Rio Grande do Sul a partir de coleções multimídia. Porém, esse desejo nunca foi concretizado de forma estrutural em plataformas que tenham durado por vários anos de uso. Existiram várias tentativas de construção de bases de dados locais e, posteriormente, de repositórios digitais na *web*, mas, infelizmente, esses projetos não atingiram o potencial de abertura do conhecimento como desejavam.

De forma introdutória ao problema que aqui se enfrenta, expõe-se que muitas ações de comunicação científica na *internet* foram feitas ao longo dos anos devido à dificuldade em criar e estabilizar um repositório digital para dados abertos. Por isso, principalmente na década de 2010, o BIEV fez sua comunicação científica e abertura dos dados a partir da utilização de *blogs*, de *sites* institucionais, de redes sociais e de plataformas digitais como o *YouTube* e o *Vimeo*. Apesar de terem sido ações que garantiram a abertura parcial das suas produções e o reconhecimento do grupo em determinados círculos sociais, essas ações nunca geraram um projeto que permitisse ao mesmo tempo a comunicação e a preservação desse patrimônio científico e etnológico produzido na UFRGS.

Como exemplo desse problema, constatou-se que muitas das ações feitas na *internet* já não podem mais ser acessadas. Esse problema se torna ainda mais complexo quando se considera a quantidade de dados de pesquisa existentes em grupos históricos como o BIEV, visto que, paulatinamente, o problema da comunicação científica foi se tornando um problema

8 A Etnografia da Duração é uma forma de estudar a memória no contexto das sociedades complexas pela Antropologia Urbana. De forma resumida, pode-se dizer que ela opera através: 1) da etnografia como procedimento de estudo das formas sensíveis da vida social no teatro das metrópoles contemporâneas; 2) da interioridade pertencente à experiência temporal, que é uma condição dessa prática etnográfica, onde as emoções e o corpo do(a) antropólogo(a) sempre estão implicados no trabalho de campo; 3) do ato de configuração e reconfiguração do tempo que encerra a ação interpretativa em Antropologia; e, finalmente, 4) do estudo sistemático de coleções documentais multimídia dos grandes centros urbano-industriais a partir da reabilitação de arquivos, bibliotecas e museus como espaços de conhecimento na Antropologia.

comunicacional aliado à questão da preservação dos documentos.

1.1 Justificativa

Nas últimas duas décadas, ocorreram perdas de parcelas significativas do patrimônio científico e cultural de múltiplas instituições, muitas delas relacionadas com os saberes humanísticos. Somente como casos de perdas por incêndios, pode-se mencionar o Teatro Cultura Artística em 2008, o Memorial da América Latina em 2013, o Museu Nacional da PUC Minas em 2013, o Liceu de Artes e Ofícios em 2014, o Museu da Língua Portuguesa em 2015, a Cinemateca Brasileira em 2016 e 2021, o Museu Nacional da UFRJ em 2018, o Museu de História Natural e o Jardim Botânico da UFMG em 2020.

Não é redundante aprofundar a questão das inúmeras perdas ao patrimônio etnológico e científico no Brasil causadas pelo incêndio do Museu Nacional, que é ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma instituição muito cara às pesquisas antropológicas brasileiras. Conforme entrevista dada à Agência Pública,⁹ Edmundo Pereira e Antonio Carlos de Souza Lima mostraram a situação de precariedade que vivia o museu. Essa situação de risco ocasionou perda de 90% dos 20 milhões de itens que existiam sobre pesquisas feitas em diferentes áreas, conforme afirma Cristina Serejo ao jornal mencionado, vice-diretora da instituição.

Edmundo Pereira fala que, antes do incêndio, seu trabalho como etnólogo do Museu Nacional era a gestão patrimonial das coleções etnográficas, com a tarefa de começar a fase de digitalização dos materiais existentes na instituição. Eram aproximadamente 42 mil objetos (30 mil de populações indígenas) que deveriam passar pelo processo de digitalização para comunicação no site do Museu Nacional. O único patrimônio que sobrou à devastação causada pelo fogo foram os já digitalizados e pertencentes ao inventário inicial, compondo 13 mil objetos – o que nos permite inferir a importância da comunicação digital dos dados dessas pesquisas científicas que conformam o patrimônio etnológico do Brasil.

Está claro que esses incêndios relatados são apenas um indício da constante perda de memória das produções brasileiras por falta de medidas de precaução. Foram trazidos exemplos de enormes perdas que ocorreram em grandes instituições – muitas delas renomadas no Brasil –, o que mostra o risco ainda maior dos dados de grupos de pesquisa nas nossas universidades. Claramente, esse risco existe para todas as áreas e é um problema universitário

⁹ A entrevista pode ser acessada em: <https://apublica.org/2018/09/falar-do-museu-nacional-e-falar-dos-povos-indigenas-da-historia-do-brasil>

geral. Contudo, a dificuldade de enquadrar determinados registros de pesquisa (como os etnográficos multimídias enfocados aqui) nos modelos de referência para construção de repositórios digitais para abertura de dados faz com que o risco de perda e esquecimento seja muito maior. Ou seja, esses projetos raramente conseguiriam se adequar às plataformas de cooperação internacional como o Re3Data, o que será explorado de forma mais aprofundada na discussão teórica desta dissertação.

Os múltiplos registros produzidos nos últimos vinte anos do BIEV se encontram em situação precária, ainda que não se tratem de objetos museais e, sim, documentos nato-digitais e fitas audiovisuais analógicas que são resultados das pesquisas etnográficas feitas em solo urbano.¹⁰ Existem discussões importantes a serem feitas sobre comunicação científica com a delimitação desse objeto, já que os dados etnográficos aqui mencionados são provenientes de pesquisas feitas em Antropologia Visual e da Imagem. Diferente de outros campos das humanidades como a História, a Antropologia se destacou não só por usar documentos contidos em arquivos, bibliotecas e museus para fazer pesquisa acadêmica – o que também ocorre dentro da área (CUNHA, 2004; ECKERT; ROCHA; 2013) –, mas principalmente por produzir com dispositivos de registro para além da escrita no trabalho de campo com comunidades diversas.

Dito isso, é importante realizar análises que mostrem como aconteceram essas tentativas de construção das bases de dados a fim de entender quais foram esses entraves que surgiram ao longo do caminho trilhado por mais de 20 anos. Como se trata de um estudo de caso específico, o detalhamento dessas questões também abordou problemas que se referem à própria estrutura da universidade e a relação entre suas partes, visto que essas tentativas não foram feitas de forma isolada. Aqui, parte-se da premissa de que a questão da abertura de dados de pesquisa é um problema de gestão universitária do patrimônio científico (neste caso etnológico) que é tão grave quanto não comunicar e não preservar as produções bibliográficas produzidas pelos pesquisadores.

Pensar sobre a comunicação científica através da abertura de dados é um passo tão importante quanto foi a sistematização de um ecossistema informacional digital feito especificamente às revistas acadêmicas. É uma etapa fundamental assim como foi a construção dos repositórios digitais para trabalhos de conclusão (TCC), dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ainda, entende-se que as universidades são polos de produção que vão além desses documentos escritos em formato livresco, possuindo dados que são

10 O aprofundamento dos documentos que o grupo possui e sua situação atual será feito no capítulo 3, seção 3.5.

fundamentais para problemas sociais que não são solucionados rapidamente, sendo importante a preservação desse patrimônio científico para que possamos paulatinamente enfrentar essas questões das nossas coletividades.

1.2 Problema e objetivos da pesquisa

Após essa contextualização, salienta-se que se enfoca a questão dos problemas infocomunicacionais¹¹ existentes nas propostas de bases de dados abertos mencionadas anteriormente, porque são incipientes as estruturas desses bancos etnográficos *online*. O fato dos projetos não terem durado muito tempo após sua implementação inicial é força motriz deste projeto, visto que aí reside uma problemática importante de ser pensada no interior do nosso complexo universitário federal em Porto Alegre.

A partir do contato com as pesquisas etnográficas produzidas no BIEV de 1997 a 2020 que versam sobre a questão sociocultural dos contextos metropolitanos rio-grandenses, formulou-se a seguinte questão: quais são os problemas infocomunicacionais que têm atravessado a consolidação das bases de dados abertos na *web* para comunicação científica desses registros multimídia?

Como objetivo geral, almeja-se: compreender as especificidades e os desafios na comunicação científica em bases de dados abertas de registros multimídia etnográficos provenientes de pesquisas antropológicas em contextos metropolitanos do BIEV com a finalidade de entender a dificuldade de consolidação desses projetos no complexo universitário em questão.

A partir do geral, almeja-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) Entender o estado de desenvolvimento da bibliografia acadêmica da área delimitada na língua portuguesa e inglesa;
- b) Construir um diagnóstico do BIEV acerca da situação infocomunicacional dos *sites* e

11 De acordo com o pesquisador Moises Rockembach, “no momento que a Ciência da Informação interage com a Ciência da Comunicação, temos o estudo de um objeto sob o ponto de vista fenomenológico, onde a produção de informação, independente do seu suporte, e o uso da informação dos mais diversos tipos e quaisquer contextos, poderá constituir-se em uma interação/comunicação do conteúdo gerado, completando assim o acontecimento do fenômeno infocomunicacional” (ROCKEMBACH, 2013, p. 44). Por isso, entende-se que a interface entre informação e comunicação é essencial para entender os dados abertos de pesquisas antropológicas, dado que se tratam de registros universitários que possuem um componente dialógico inerente. Além disso, os dados visuais necessitam de plataformas digitais que sejam pensadas em termos da comunicação com o usuário, isto é, a experiência de quem acessa esses repositórios é tão importante quanto o tratamento informacional dos documentos. Caso ainda não tenha entendido completamente como isso é visto neste trabalho, a dimensão infocomunicacional será retomada de forma mais aprofundada na seção 2.3 da dissertação.

das bases de dados que contém registros etnográficos sobre os contextos metropolitanos rio-grandenses;

- c) Identificar quais foram as dificuldades técnicas da abertura dos dados e qual foi o papel da universidade no amparo destes projetos criados pelo grupo de pesquisa em questão;
- d) Analisar dados coletados com pesquisadoras que fizeram parte do BIEV UFRGS para compreender se há desafios éticos em realizar a abertura dos documentos oriundos de pesquisas etnográficas, mapeando desafios adicionais à abertura desses dados que não foram previamente identificados pelo pesquisador desta dissertação.

1.3 Metodologia

Em primeiro lugar, foi feita uma **revisão teórica** que está exposta nas primeiras três seções do capítulo dois. Essa revisão foi feita de forma específica, uma vez que se aderiu ao paradigma da complexidade de Edgar Morin (2007) nesse projeto devido ao entendimento de que o objeto de pesquisa ultrapassa fronteiras disciplinares. Assim sendo, foram feitas análises teóricas para perceber convergências entre diferentes áreas do saber que estão implicadas na abertura de dados antropológicos, evitando a teorização da pesquisa a partir da redução disciplinar. Esse procedimento corresponde à primeira criação desta dissertação, visto que ele foi apresentado na qualificação do projeto de pesquisa nos primeiros meses de 2021, embasando todo o restante do trabalho de pesquisa feito.

Em segundo lugar, realizou-se uma **revisão de literatura sistemática** (JESSON; MATHESON; LACEY, 2011) sobre o tema delimitado, o que pode ser visto nas últimas duas seções do capítulo dois. Esse tipo de revisão de um determinado campo do saber é qualitativo e exploratório-descritivo, uma vez que se coleta dados para realizar uma análise crítica sobre o conhecimento produzido acerca de um determinado assunto. Dessa forma, é possível apreender o estado da arte desse tema na literatura acadêmica, assim como perceber o quanto já se avançou na solução de um problema determinado de investigação.

Nesse projeto, entendeu-se que a revisão de literatura sistemática é feita a partir de uma metodologia prescrita inicialmente a fim de responder uma pergunta de pesquisa específica com delimitações feitas intencionalmente. Aqui, utilizou-se o mesmo protocolo usado por Moisés Rockembach (2018b, p. 92) onde se inclui objetivo, equações da pesquisa, âmbito da pesquisa, critérios de inclusão e exclusão, critérios de validade metodológica, resultado e tratamentos de dados. Esses procedimentos detalhados são descritos abaixo.

Tabela 1 - Procedimentos metodológicos adotados na revisão sistemática

Objetivo	Identificar estudos acadêmicos em português e em inglês que abordem a temática dos dados abertos de pesquisa e dos repositórios digitais criados para abrigar registros antropológicos/etnográficos a fim de compreender a especificidade da construção de políticas de acesso aberto a esse tipo de dado
Equações da pesquisa	Antropologia e dados abertos; antropologia e repositório digital; <i>anthropology and open data</i> ; <i>anthropology and digital repository</i>
Âmbito da pesquisa	SciELO, Periódicos Capes, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, Scopus, Web of Science e Brapci
Critérios de inclusão	Artigos de periódicos, dissertações, teses e livros que foram publicados nos últimos 20 anos (2000-2020) e que foram publicados ou em português ou em inglês; produções específicas sobre Antropologia Social
Critérios de exclusão	Bibliografias em outras fontes ou formatos; produções que abordem dados da Antropologia Física/Biológica; escritos que contenham os termos de pesquisa, mas que não abordem com centralidade as questões da área temática investigada
Critérios de validade metodológica	Dupla checagem, verificação dos critérios de inclusão e exclusão.
Resultados	Descrição qualitativa dos principais pontos encontrados nas bibliografias encontradas seguida de uma análise geral e detalhada das lacunas e avanços da área temática
Tratamento de dados	Análise das publicações com auxílio do organizador de referências <i>Mendeley</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Durante a revisão exploratória feita para esse projeto, foi possível constatar que existem poucas publicações sobre o tema especificamente delimitado. Contudo, essas publicações não são inexistentes e possuem contribuições importantes, e, por isso, foi feita uma revisão sobre o que vem sendo publicado sobre o assunto.

A revisão sistemática foi feita sobre repositórios de dados abertos e etnográficos de forma geral a fim de perceber as lacunas acerca dos desafios da comunicação científica do patrimônio etnológico nestes espaços. Como mostra a tabela acima, o objetivo principal do emprego desta metodologia é perceber o que outros(as) autores(as) pensaram e escreveram sobre a especificidade desses registros de pesquisa.

Assim, foram buscadas publicações dos últimos 20 anos, pois a revisão exploratória

mostrou que foi nas últimas décadas que esses estudos começaram a existir de forma mais proeminente devido às mudanças tecnológicas. Para isso, foram acessadas as seguintes bases de dados de periódicos: SciELO, Periódicos Capes, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, Scopus, Web of Science e Brapci. Incluiu-se artigos de periódicos, dissertações, teses e livros. Todas as produções coletadas foram analisadas qualitativamente a partir de fichamentos feitos com auxílio do *software* Mendeley.

Foram buscados apenas os seguintes termos: 1) em português – antropologia e dados abertos; antropologia e repositório digital; 2) em inglês – *anthropology and open data*; *anthropology and digital repository*. Os termos foram escolhidos a partir da revisão exploratória, já que a simples busca por “antropologia” ou “etnografia” somada ao termo “digital” resultou em produções bibliográficas de outras áreas, uma questão que foi levantada detalhadamente na revisão teórica exposta no segundo capítulo.

Além disso, almejava-se coletar produções a partir de outros termos como “dados antropológicos”, “coleções etnográficas”, “registro antropológico”, “digitalização e antropologia”, assim como seus equivalentes em inglês. Contudo, essa busca recuperou muitos trabalhos que versavam sobre a questão das coleções etnográficas para além de plataformas digitais na *web*, principalmente no âmbito de museus, visto que é muito comum haver objetos de diversas comunidades nos espaços museológicos. Por isso, esses termos foram excluídos dos termos de busca da revisão sistemática a fim de recuperar bibliografias que falem especificamente sobre a questão do *open data* e dos repositórios digitais.

Em terceiro lugar, foi feito um **diagnóstico** das múltiplas tentativas de abertura dos dados do BIEV desde a sua fundação (1997-2020), o que está exposto no capítulo três.¹² Aqui, adentrou-se no estudo de caso a partir da construção de um diagnóstico a fim de contextualizar no tempo o que esse projeto fez e quais foram os entraves para consolidação de um repositório digital estável para abertura de dados antropológicos. Essa etapa do projeto foi feita através de documentos que foram coletados a partir do contato com os pesquisadores do BIEV e a partir de três entrevistas semi-estruturadas feitas com a professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, coordenadora do banco desde sua fundação. As entrevistas serão explicadas logo adiante.

12 A metodologia empregada foi inspirada no diagnóstico dos acervos digitais do Museu do Índio antes do processo de migração de seus dados ao *software* livre Tainacan. Esse diagnóstico foi feito por Dalton Lopes Martins, Danielle do Carmo e Leonardo Germani e foi publicado em 2018. Alguns elementos adicionais foram realizados visando recuperar memórias da universidade para perceber os desafios específicos da UFRGS enquanto complexo universitário. Por isso, os resultados apresentaram um formato mais qualitativo e descritivo do que a metodologia original.

Houve quatro etapas de coleta e análise de dados: 1) contextualização da criação desse projeto dentro da UFRGS; 2) análise das diferentes bases de dados criadas; 3) estudo da abertura de dados de pesquisa na *web* em geral; 4) investigação das coleções etnográficas existentes e seu estado atual. Todos esses dados coletados foram expostos junto de relatos contados pela coordenadora do projeto a fim de contextualizar o que estava sendo feito, como estava sendo executado e por quê. Almejou-se entender as dificuldades de consolidação das bases de dados etnográficas, o que não teria sido compreendido sem um olhar compreensivo acompanhado de uma escuta atenta aos detalhes contados.

No que se refere à análise das diferentes bases de dados criadas para o BIEV, foram identificados: metadados empregados; as linguagens documentárias ou *thesaurus*; as políticas de direitos autorais; os *softwares* utilizados ao longo da existência do grupo; as coleções etnográficas existentes. Essas informações foram coletadas mediante o acesso ao material das coleções no diálogo com a professora Ana Luiza. As outras formas de comunicação dos dados foram estudadas a partir do seu acesso na *internet*, visto que muitos projetos ainda estão disponíveis na *web*. Os que já não estão mais acessíveis ao usuário foram analisados a partir das entrevistas realizadas.

Em quarto lugar, realizou-se **entrevistas em profundidade semi-estruturadas** (BONI; QUARESMA, 2005). De acordo com os autores mencionados, esse tipo de entrevista combina perguntas fechadas e perguntas abertas, dando a possibilidade do entrevistado abordar temas que não foram previamente delimitados pelo pesquisador. Isso é um ponto positivo em projetos que desejam entender certos temas de forma qualitativa e aprofundada, porque ela favorece mais espontaneidade e diálogo entre entrevistador e colaborador, permitindo espaço para que se adentre em detalhes que não seriam valorizados de outras formas.

Por isso, é importante entender que esse tipo de abordagem está longe de ser menos abrangente ou menos científica por não possuir uma abordagem quantitativa e estatística. Ao adentrar de forma aprofundada em determinados temas com alguns sujeitos, é possível perceber muitas questões que um olhar mais rápido e menos compreensivo não poderia adquirir. Logo, essa abordagem de pesquisa foi considerada a mais adequada à escolha do objeto, posto que se trata de um estudo de caso dentro da própria universidade em que essa dissertação se concretiza. Existem alguns pesquisadores que se envolveram com a construção do BIEV ao longo desses 20 anos, havendo muitas memórias não escritas que versam sobre os problemas da consolidação desses projetos na UFRGS.

Dessa forma, foi construído um roteiro de entrevista que possibilitou esse tipo de

diálogo almejado como metodologia de pesquisa. As perguntas abertas realizadas foram as seguintes:

- 1) Primeiramente, fale seu nome, sua filiação institucional atual, sua área de pesquisa e sua relação com o projeto BIEV.
- 2) Você doou dados etnográficos ao BIEV? Se sim, diga de quais pesquisas esses dados são provenientes.
- 3) Você auxiliou na construção do repositório do BIEV ao longo da sua trajetória? Diga de que forma ao contar sobre as suas atividades realizadas.
- 4) Caso a resposta anterior seja positiva, fale sobre as dificuldades encontradas no trabalho de comunicação científica nessa base de dados etnográficos. Caso seja negativa, fale por que você se afastou desse tipo de atividade.
- 5) Você acha que há desafios éticos à comunicação desse tipo de dados em repositórios como o BIEV para com os grupos estudados e à sociedade em geral? Se sim, fale sobre esses desafios a partir da sua experiência de pesquisa particular.
- 6) Durante seu período no BIEV, você e seus colegas tiveram algum contato com outros grupos que trabalham com dados de pesquisa abertos na universidade ou fora dela? Se sim, fale como foi esse diálogo e se você o acha benéfico para resolução de alguns problemas internos ao BIEV. Se não, fale porque você acha que nunca foi buscado um contato exterior.
- 7) Ainda sobre a questão anterior, você e seus colegas tiveram algum contato com instituições museais na universidade ou fora dela? Se sim, fale como foi esse diálogo e se você o acha benéfico para resolução de alguns problemas internos ao BIEV. Se não, fale porque você acha que nunca foi buscado um contato exterior.
- 8) Por fim, fale abertamente sobre qual sua percepção em geral sobre projetos como o BIEV para o campo do patrimônio etnológico.

Foram feitas seis entrevistas no total. Como já mencionado, três das gravações foram realizadas com a coordenadora do projeto, a professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, visto que era a informante que possuía a maior quantidade de memórias para serem resgatadas em relação às bases de dados. Isso se refere principalmente à questão do diagnóstico aprofundado que foi realizado acerca do surgimento deste banco na UFRGS e das múltiplas ações de abertura dos dados realizadas ao longo dos últimos vinte anos. As outras três entrevistas foram realizadas com pesquisadores(as) importantes que passaram pelo BIEV, o que gerou o

capítulo quatro que traz a percepção dessas pessoas sobre a questão da abertura dos dados antropológicos e dos projetos realizados no grupo de pesquisa do estudo de caso.

As entrevistas foram transcritas e o material resultante foi investigado a partir da **análise de conteúdo** (BARDIN, 1977). Trata-se de uma análise de cunho qualitativo que tem como fim a sistematização do conteúdo de um conjunto de documentos a partir da construção de determinadas categorias encontradas pelo pesquisador nos textos analisados. Por isso, entendeu-se que esse tipo de análise era fecunda para ser uma aliada da coleta de dados a partir das entrevistas semi-estruturadas. Em suma, é um método empírico que possui três momentos sucessivos de pesquisa: 1) a pré-análise; 2) a codificação do material de forma exploratória; 3) tratamento dos resultados a partir de interpretações próprias do pesquisador.

A pré-análise é um momento de familiarização com o material coletado, um primeiro contato que muitas vezes é chamado de “leitura flutuante”. Isso foi realizado a partir das transcrições dos áudios coletados, já que o próprio ato de transcrever pode ser encarado como um momento de recordação do que foi ouvido durante a gravação das entrevistas.

Como etapa posterior, foi feita a codificação do material qualitativo pela escolha de determinadas unidades de análise a partir de um recorte do que se encontrou no material, possibilitando a escolha de categorias onde há uma convergência de temas abordados. Isso foi feito com auxílio do *software* NVivo, um programa específico para interpretar dados qualitativos. Uma de suas ferramentas principais possibilita a codificação do material coletado a partir de certas categorias, o que é condizente com a ferramenta metodológica escolhida para interpretação do material coletado nas entrevistas. Da mesma forma, a última etapa de tratamento dos resultados também foi feita com auxílio do NVivo para que, posteriormente, a escrita fosse consolidada.¹³

É fundamental destacar que, antes de realizar as entrevistas, essa pesquisa passou pelo Comitê de Ética através da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da UFRGS e da Plataforma Brasil para garantir que a coleta de dados fosse feita de acordo com os parâmetros que asseguram a proteção dos(as) entrevistados(as). Salienta-se que foi acordada a não utilização do anonimato, posto que nem todas as pesquisas das Ciências Sociais (aplicadas ou não) são mais éticas devido ao uso dessa ferramenta que provém das Ciências da Saúde.

Além disso, nem todas as pesquisas das humanidades são possíveis de serem executadas dessa forma. Como se trata de uma dissertação que envolve a recuperação de memórias

13 É necessário deixar evidente que o *software* não realiza a análise às pesquisadoras que o utilizam a partir de ferramentas de automação. O NVivo é apenas um programa que permite uma organização facilitada durante o processo de pesquisa com grandes quantidades de dados qualitativos.

relacionadas com décadas de pesquisa de algumas pessoas chave, o anonimato não possuiria fundamento, ainda mais considerando que o projeto desta pesquisa foi feito porque muitas pessoas do BIEV desejavam essa investigação.

Os contatos foram feitos por e-mail com o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo, um termo aprovado pelo comitê que mostrou aos(as) entrevistados(as) os objetivos da pesquisa e as possibilidades de se retirar mesmo após a coleta de material. O TCLE pode ser visto no Anexo I desta dissertação e a resposta positiva do Comitê de Ética pode ser vista no Anexo II. Para assegurar a possibilidade de se retirar, as transcrições das entrevistas foram enviadas às pessoas por e-mail, uma forma de restituição da pesquisa para além dos resultados apresentados na dissertação final.

2 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS E REVISÃO DE LITERATURA

Esse capítulo se refere à construção teórica realizada para esse projeto e à revisão sistemática de literatura sobre os dados abertos antropológicos.

Nas três primeiras seções desse capítulo, é possível encontrar as digressões teóricas que foram feitas ao longo do mestrado, começando pelo nível mais abrangente de discussão e terminando com o nível mais específico.

A seção 2.1 traz um debate sobre o paradigma da complexidade como algo inerente à epistemologia do campo da Comunicação para que se possa compreender a necessidade de entrecruzamentos disciplinares no debate sobre a abertura de determinados dados de pesquisa. São trazidas posições de vários(as) autores(as) e se posiciona a favor de alguns neste projeto, culminando em uma reflexão sobre a banalização da palavra interdisciplinaridade na contemporaneidade e sobre a necessidade de se pensar em intersecções de áreas e subáreas específicas.

Por isso, a seção 2.2 aborda algumas dessas intersecções dentro dessa dissertação. Como tema de debate inicial, reflete-se sobre a relação entre o campo da Antropologia e da Comunicação. É feita uma exposição de possíveis intersecções que já existem em múltiplas pesquisas, mas que não são as formas de imbricação desejadas aqui. Posteriormente, é mostrada a relação entre as pesquisas antropológicas e comunicacionais no campo da Antropologia Visual e da Imagem, subárea acadêmica onde se situa o BIEV enquanto grupo de pesquisa da UFRGS. Aqui, é aprofundada a questão dos dados de pesquisa multimídia etnográficos.

Feito isso, adentra-se na seção 2.3 em que se discute a relação entre os estudos de comunicação científica e dados abertos de pesquisa em repositórios digitais. Trata-se de outro entrecruzamento disciplinar percebido como fundamental, visto que há uma dimensão relacional extremamente importante entre as bases de dados etnográficas e as comunidades envolvidas nas observações participantes. Por isso, debate-se conceitos de informação que mostram a existência de uma simultaneidade entre a dimensão informacional e os aspectos comunicacionais da abertura dessas pesquisas.

Após a fundamentação teórica, existem duas seções referentes à revisão sistemática de literatura realizada sobre os repositórios digitais para dados antropológicos.

A seção 2.4 expõe de forma qualitativa as 25 bibliografias encontradas durante a pesquisa. Foram criados cinco grupos onde há convergência de debates entre os(as) autores(as), o que foi feito para guiar o(a) leitor(a) nos resultados encontrados, dando origem

a cinco subseções.

A seção 2.5 faz um apanhado geral dos resultados obtidos a partir de alguns gráficos e de percepções que o pesquisador teve ao longo do fichamento dos textos.

2.1 A epistemologia da Comunicação e o paradigma da complexidade

Para iniciar esse debate basilar, deve-se mencionar o texto de Luiz Martino (2003) onde estão os argumentos do autor acerca da necessidade de consolidação de um campo da Comunicação enquanto disciplina científica no Brasil. Isso se deve à sensação do autor de que a Comunicação se constitui como: 1) uma não disciplina – um campo de aplicação para várias outras ciências mais consolidadas no cenário acadêmico; e, simultaneamente, 2) uma “superdisciplina” – uma espécie de síntese de todas as ciências humanas (MARTINO, 2003, p. 84).

O autor se preocupa em entender e definir o que é o saber comunicacional para afastar, na medida do possível, esse problema interno à área disciplinar aqui em questão. Para isso, Martino entende que a Comunicação não pode ser definida somente pelos objetos de estudo que comumente são atribuídos a esse campo do conhecimento, mas, sim, da compreensão particular que o saber comunicacional tem daquilo que investiga. Por isso, Martino almeja discutir quais são os fundamentos basilares desse tipo de saber, qual o seu estatuto enquanto conhecimento e qual a relação dessa ciência com outros campos acadêmicos.

Feita essa espécie de diagnóstico do que acreditava faltar na área da Comunicação brasileira na época de sua escrita, o autor inicia suas reflexões com a afirmação de que esse debate só pode ser feito por pesquisadores(as) que aceitam alguns pressupostos básicos que “fundam a ciência” de forma geral. Essa é a preocupação maior que perpassa todo o artigo aqui citado, porque Martino menciona que os debates epistemológicos muitas vezes são pautados por questões que vão além do próprio campo da epistemologia. Entre diversas argumentações, o autor menciona que os campos da História, da Psicologia, da Sociologia, da Filosofia e da Gnosiologia (ou Teoria do Conhecimento) que estudam a ciência não podem ser confundidos com o que há de propriamente epistemológico em uma disciplina, já que esses campos levantam outros problemas que são diferentes dos que se tenta restringir.

Por isso, o autor realiza uma escrita que delimita o que, em sua visão, são os problemas da *epistème* para saber como eles derivam ao campo da Comunicação enquanto disciplina científica. Entre esses pressupostos, menciona a possibilidade de conhecer o real a partir de critérios de investigação com reflexão crítica, objetividade, produção de verdade,

argumentação e comprovação (MARTINO, 2003, p. 70). Contudo, se existe uma preocupação em apurar a delimitação do que é de fato comunicacional dentro dos estudos acadêmicos ocidentais, o autor possui uma noção muito restrita do que é a cientificidade nos saberes humanísticos.

Uma crítica contundente foi publicada por Francisco Rüdiger (2014) a essa intenção crescente de estabelecer o campo chamado “Epistemologia da Comunicação” a partir de uma vontade agonística de “solucionar” o problema científico da área. Esse trabalho também salienta como “objetividade”, “verdade” e “comprovação” são termos fortemente carregados pelas noções de ciência exata características do positivismo emergente do período Renascentista no contexto europeu. Como o objeto dessa pesquisa se refere à comunicação científica do chamado patrimônio imaterial ou da “cultura” em um sentido antropológico, percebe-se a dificuldade de entender a reflexão comunicacional em uma proposta tão fortemente arraigada em uma noção específica de ciência.

Outro autor que possui uma posição mais flexível é José Luiz Braga (2011). Primeiramente, as publicações desse autor consolidam a posição de que nenhuma área das humanidades consegue estabelecer uma unificação rígida e disciplinar como o campo das ciências exatas realizam,¹⁴ o que, neste projeto, considera-se como um avanço nos debates epistemológicos sobre a área da Comunicação. Mesmo assim, Braga se posiciona na recusa da Comunicação como uma encruzilhada de diversos saberes ou como um campo “ eminentemente interdisciplinar” (BRAGA, 2011, p. 63), um problema que o autor compartilha com Martino apesar de suas divergências. Para ele, o que distingue de fato uma disciplina do conhecimento social de outra é um ângulo especial para olhar a sociedade (BRAGA, 2011, p. 64), perspectiva que difere de uma noção mais rígida como a de Martino.

Como o autor acredita que esse ângulo existe a partir da delimitação disciplinar, argumenta que a Comunicação se constitui enquanto uma disciplina científica ainda em construção, uma vez que o estado da arte da área seria uma relativa “anarquia” que necessitaria de disciplinamento. Ao invés de entender a disciplina como intrinsecamente caracterizada por entrecruzamentos disciplinares, aposta no que chama de trabalho de interfaces, porque considera este um esforço mais sério e efetivo para cruzamento de áreas.

Ao invés de subsumir a Comunicação a partir do seu subornamento às áreas mais

14 Mesmo que seja tradicionalmente aceito que as ciências exatas possuem essas características epistemológicas e que elas diferem radicalmente das humanidades, há publicações notáveis que argumentam o contrário a partir de uma visão filosófica sobre a história da ciência. Para saber mais, ver: PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *La fin des certitudes: temps, chaos et les lois de la nature*. Odile Jacob, 1996.

consolidadas, acredita que se deve buscar as interfaces entre diferentes campos do saber, mas sempre realizando uma vigilância epistemológica para buscar o enfoque comunicacional. Assim, evitar-se-ia um duplo problema: o reducionismo lógico disciplinar e a sobreposição de outras áreas (BRAGA, 2011, p. 65).

Com isso, existem outras implicações à *epistème* da Comunicação, pois essa noção afasta a tentativa de consolidar a disciplinaridade da área a partir da delimitação do seu objeto tradicional: a mídia. Para se afastar dessa proposta, o autor se filia, de certa forma, à Francisco Rüdiger (1998, p. 16) quando este argumenta a favor da “conversaço” da sociedade como objeto de estudo da Comunicação. A partir de Gabriel Tarde, propõe que a conversaço é “o conjunto das relações sociais, da difusão das ideias e da formação das condutas que têm lugar na sociedade” (RÜDIGER, 1998, p. 16) – o que Braga considera uma excelente síntese do objeto da disciplina. Todavia, José Luiz Braga propõe utilizar o termo interações sociais, uma vez que se tratariam de trocas comunicacionais mais amplas que a conversaço.

Apesar desta suposta filiação, Rüdiger (2017) arguiu criticamente sobre a proposta de Braga ao entender que seus estudos em epistemologia se constituíam mais como um campo especulativo do que empírico. Argumenta que as publicações do autor que realizam análise das publicações da área possuem falhas para compreensão do que se chama de questões epistemológicas da Comunicação, não refletindo de fato o que ocorre na disciplina. Isso se deve em parte pela premissa inicial irrevogável de que existe uma “vocaço disciplinar” na área que não foi ainda alcançada devido ao prematuro estágio de amadurecimento científico.

No entanto, o autor argumenta que um olhar mais crítico percebe que não há como estabelecer essa área com uma suposta vocaço disciplinar e, simultaneamente, defini-la pelo seu objeto. Como o autor bem argumenta, as publicações clássicas que estudam as chamadas “interações sociais” provêm da Sociologia – e, argumenta-se aqui, da Antropologia –, havendo um problema lógico na argumentação de Braga. Cria-se, então, uma contradição: estabelece-se o objeto da área a partir de um conceito tradicional de outras disciplinas para evitar a delimitação do campo pelos “estudos de mídia”, mas se acredita na vocaço disciplinar e na imaturidade da área.

Vários outros argumentos mais densos são mencionados nesses textos críticos de Rüdiger, mas o que interessa especialmente ao raciocínio aqui criado é que a postura desse autor é de aceitar epistemologias no plural. Sendo assim, provoca os seus leitores a perceber a construção da *epistème* da Comunicação através de um olhar atento às formas de criação de conhecimento próprias do campo, o que é mais interessante do que partir da premissa de pressupostos epistemológicos primeiros e universais.

Por conseguinte, propõe que esse entendimento compreensivo deva surgir a partir de estudos empíricos concretos como reconstruções históricas e/ou etnográficas das práticas de pesquisas comunicacionais (RÜDIGER, 2017, p. 20). Por isso, o autor menciona que o campo aqui em questão possui uma formação epistemológica diferenciada do padrão disciplinar, sendo, então, relevante adotar a postura reversa em que os entrecruzamentos disciplinares diversos se constituem como uma força e não uma fraqueza a ser superada (RÜDIGER, 2007).

Como o objeto de pesquisa aqui delimitado se refere aos processos de comunicação que ultrapassam fronteiras disciplinares, essa concepção epistemológica do campo da Comunicação se aproxima mais do olhar que se almeja ter nesse projeto. Dito isso, percebe-se que a perspectiva de Rüdiger tem relações importantes com um dos autores centrais à revisão teórica deste trabalho: o epistemólogo Edgar Morin (2000, 1999). O autor aqui é trazido por sua contribuição a diversos campos do saber, dado que advoga a necessidade de repensar a própria constituição da ciência moderna em disciplinas científicas autônomas. A base que guia grande parte das obras de Edgar Morin é a sensação de que o período científico que designamos de modernidade foi progressivamente pautado por uma hiper especialização dos conhecimentos, o que os tornou fragmentados e alienados entre si.¹⁵

Morin denomina esse problema como o “paradigma da simplificação” que se trata dos princípios epistemológicos basilares que se referem à disjunção, à redução e à abstração. Com isso, chega-se ao que denomina de inteligência cega, ou seja, uma inteligência hiper especializada que, apesar dos seus feitos positivos, isola todos os conjuntos de sua totalidade, criando catástrofes nos planos materiais e imateriais. Separa também o objeto do seu próprio meio ambiente e não consegue conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada – constatação fundamental devido à relação deste trabalho com a Antropologia.

Contudo, acreditar na possibilidade de realizar um pensamento que cogita a complexidade não é conduzir a reflexão à eliminação da simplicidade e nem mesmo a existência de certas fronteiras disciplinares. Para pensar a complexidade em um trabalho de pesquisa pontual, Morin afirma que se deve atingir um pensamento complexo que integra diferentes modos simplificadores de pensar na recusa de consequências mutiladoras, redutoras

15 Sua própria trajetória enquanto pesquisador expressa essa angústia acerca da fragmentação do saber em disciplinas acadêmicas modernas: é formado não apenas em direito, como também em história e geografia; trabalha não só nas suas áreas de formação, como também produz escritos em filosofia, sociologia e epistemologia – entre outras áreas de difícil nomenclatura tradicional. Essa trajetória não hegemônica pode ser vista facilmente na titulação de alguns de seus livros como “Introdução ao pensamento Complexo” (MORIN, 1995), “Os sete saberes necessários para a educação do futuro” (MORIN, 2000) e “A inteligência da Complexidade” (1999).

e unidimensionais. Por isso, defender a complexidade não significa ter a pretensão de atingir a completude ou o holismo de um determinado fenômeno estudado.

Apesar do pensamento complexo almejar o conhecimento multidimensional, sabe-se desde o início que o axioma imponderável da complexidade é a impossibilidade de onisciência. Logo, o que fica implicado quando se advoga pela complexidade é que se parte do princípio da incompletude e incerteza ao invés da firmeza e estabilidade. Em outras palavras, entende-se o trabalho pela existência de antagonismos e de contradições que são inerentes ao próprio objeto de análise de uma pesquisa, compreendendo a ambiguidade como uma força.

Essas reflexões se aproximam de forma notável da proposição da professora Olga Pombo (2006; 2008) sobre a integração dos saberes e o uso banalizado da palavra interdisciplinaridade. Neste trabalho, concorda-se com Pombo acerca da necessidade de refletir mais profundamente sobre as diferenças entre o trabalho pluridisciplinar,¹⁶ interdisciplinar e transdisciplinar para que se evite o uso equivocado dos termos quando se sente que as fronteiras disciplinares estão sendo ultrapassadas.

De acordo com a autora, o trabalho pluridisciplinar é caracterizado pelo paralelismo, ou seja, pela coordenação paralela das disciplinas. Trata-se de um primeiro nível em que há uma simples justaposição onde as áreas estão uma ao lado das outras, tocando-se inevitavelmente e havendo um mínimo de comunicação. Diferente disso, o trabalho interdisciplinar é definido pela convergência ou pelo perspectivismo. Em outras palavras, refere-se a um segundo nível de integração dos saberes onde existe uma certa combinação das disciplinas a partir de comunicações mais ou menos fortes entre si. Pombo caracteriza o segundo nível como um espaço intermédio que realiza a intercalação entre o pluri e o trans. Por isso, podemos destacar que a transdisciplinaridade se refere à fusão onde as disciplinas realmente ultrapassam as suas fronteiras para criar algo que é novo dentro do cenário consolidado pela disciplinaridade da ciência moderna.

Apesar de haver um princípio de organização da proposta do menos integrativo ao mais integrativo, Pombo não cria um esquema progressivo do pior ao melhor. Não se trata de dismantelar as disciplinas e as elencar como as únicas e grandes criadoras dos problemas epistemológicos que enfrentamos no final do século XX e início do século XXI. Defende-se apenas que, após os grandes feitos que conseguimos construir devido aos longos trajetos de pesquisa científica, constata-se suas patologias que se tornam cada vez mais manifestas,

¹⁶ Pombo explicita que, do ponto de vista etimológico, pluri ou multi não devem ser distinguidos enquanto diferentes categorias dos trabalhos que vão além das disciplinas (POMBO, 2008, p. 13).

havendo uma necessidade de contato que não necessariamente é o do transdisciplinar. Como esse problema é próprio da complexidade, não há um prognóstico exato a esse diagnóstico funesto, posto que estamos lidando com algo que traz incertezas e incompletudes.

Então, se esse projeto almeja se aliar epistemologicamente ao que foi dito até aqui, ele é caracterizado por ser pluri, inter ou transdisciplinar? Talvez essa não seja a pergunta mais adequada a ser respondida, visto que o olhar da complexidade almeja ver relações que ainda estão sendo perspectivadas ao futuro. Por isso, pode-se dizer que se trata, antes de tudo, de uma vontade de elencar alguns problemas através do estudo de caso mencionado neste projeto para que se possa detalhar os desafios à constituição de um conhecimento que ultrapasse a pluridisciplinaridade a partir de entrecruzamentos disciplinares específicos. Dito isso, parte-se em busca de revisões de literatura sobre os entrecruzamentos disciplinares almejados, elencando os problemas que se quer responder.

2.2 Entrecruzamentos entre Antropologia e Comunicação nas produções multimídia universitárias

Em um primeiro momento, delimita-se duas disciplinas que irão dialogar nesse projeto de pesquisa, mas de que forma esse diálogo se estabelecerá? É claro que os entrecruzamentos de disciplinas podem ser os mais variados, e, por isso, a primeira etapa da revisão de literatura no que diz respeito a essas facetas interdisciplinares é a explanação da delimitação facetária aqui explorada.

Antes de adentrar na relação entre disciplinas almejada e que já fora pincelada nas primeiras seções deste projeto, é preciso compreender algumas áreas contemporâneas que relacionam a Comunicação com a Antropologia, mas que não delimitam exatamente o que se procura explorar teoricamente neste projeto. Assim sendo, expor-se-á primeiramente a delimitação dessas áreas para que fique claro quais são os percursos de pesquisa aqui demarcados, mas ainda pontuando ao leitor(a) algumas características próprias da maioria dos trabalhos que cruzam Comunicação e Antropologia.

Existem algumas áreas amplas de interconexão como a *Anthropology of Media* (ASKEW; WILK, 2002), a *Media Anthropology* (GINSBURG; ROTHENBUHLER; COMAN, 2005; POSTILL; PETERSON, 2009) e a *Anthropology of Visual Communication*¹⁷

17 Particularmente, essa área possui uma relação singular com a denominada Antropologia Visual que será explicada posteriormente neste texto. Salienta-se apenas que, apesar de haver uma relação inegável, a Antropologia da Comunicação Visual pretende entender como grupos específicos ou uma determinada sociedade

(WORTH, 1980). Os textos aqui mencionados diferem entre si nas suas interpretações sobre as relações entre as disciplinas, assim como realizam estudos a partir de diferentes matizes teórico-metodológicos. Contudo, eles são aqui agrupados para demonstrar que existe ao menos um campo de convergência entre os estudos antropológicos e os comunicacionais em um sentido amplo através dos termos mídia, comunicação visual ou imagem.

A intenção de agrupá-los é mostrar que essas fronteiras já vêm sendo ultrapassadas há algumas décadas quando se considera a Comunicação como uma área disciplinar que estuda mídia de uma forma ampla. Uma parte considerável desses textos argumenta a favor de um olhar mais antropológico pela via da etnografia ou da pesquisa qualitativa profunda para possibilitar o entendimento dos fenômenos midiáticos através de uma descrição densa (GEERTZ, 1997) e interpretativista em que o pesquisador está implicado com um olhar específico.

Em outras palavras, deslocam-se algumas intenções básicas da Antropologia enquanto disciplina científica¹⁸ para estudar os fenômenos comunicacionais, o que gera, então, uma faceta interdisciplinar particular para observar questões não vistas por outros quadros teórico-metodológicos. Percebe-se que a ultrapassagem de fronteiras disciplinares possibilitou a emergência de críticas a paradigmas como os da Escola de Frankfurt e sua visão totalizante e negativa acerca da comunicação de massa emergente no século XX (RÜDIGER, 1999) – o que possui certa relação com a proposta de estudo sobre recepção feita por Jesús Martín-Barbero (2018) através dos meios e das mediações.

Como uma reflexão mais específica, mas ainda dentro dos estudos de mídias e comunicação, existem as pesquisas com enfoque antropológico acerca da emergência do digital. Pode-se mencionar a chamada Antropologia Digital proposta por Daniel Miller e Heather Horst (2015) no contexto norte-americano¹⁹, assim como a Antropologia da Cibercultura proposta tanto por Arturo Escobar (2005) quanto por Jean Segata e Theophilos

utiliza recursos visuais para efetuar uma comunicação. Trata-se de uma concepção mais ampla que aborda mais questões do que a noção tradicional de Antropologia Visual e, por isso, foi aqui agrupada apesar de haverem sutilezas que as unem. Além disso, essa não é uma subárea de pesquisa tão relevante no Brasil quanto as outras mencionadas.

18 Aqui, utiliza-se a ideia de “intenções básicas” como uma provocação ao leitor sobre o que caracteriza uma parte significativa das produções antropológicas contemporâneas. Contudo, a situação epistemológica da disciplina é também um constante campo de disputa da mesma forma como ocorre com a área da Comunicação, não sendo possível afirmar que existe uma homogeneidade e continuidade de intenções propriamente antropológicas. Como exemplo disso, pode-se ver o livro *Writing Culture* de James Clifford e George Marcus (1986) que impactou a pretensão de objetividade no registro sobre as alteridades estudadas, crítica que não é aceita por todos da área por inúmeros motivos.

19 Essa área consolidou alguns projetos internacionais como o chamado *Why We Post* que possui um *site* onde é feita a comunicação científica dos objetivos e dos resultados encontrados nas etnografias. O projeto está disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/why-we-post/>

Rifiotis (2016) no contexto latino-americano. Assim como antes, os modelos teórico-metodológicos aqui citados possuem distinções entre si, mas o que importa para esse projeto é perceber que a faceta entre Antropologia e Comunicação se assemelha nessas propostas de pesquisa.

O foco principal dos estudos agrupados é a compreensão dos usos diversos das redes sociais pela via do estudo etnográfico. Independente se a prática de pesquisa é feita como uma etnografia tradicional que ocorre presencialmente ou como uma etnografia que ocorre em uma Comunicação Mediada por Computador (CMC)²⁰ – certamente uma inovação contemporânea ao fazer etnográfico –, a intenção é perceber os fenômenos emergentes nas redes sociais por um viés qualitativo, denso e compreensivo.

Mesmo em um universo que, atualmente, permite uma quantificação de muitos dados para análises – o que pode ser visto pelo fenômeno das pesquisas com *Big Data* em redes sociais –, essas propostas entendem que existem diferenças no uso das redes devido à diversidade sociocultural sempre manifesta enquanto característica do ser humano. Logo, possibilita um olhar complementar a outras propostas de pesquisa que são feitas disciplinarmente em outras áreas do saber.

Contudo, essas áreas agrupadas em dois grandes conjuntos aqui nesta escrita não delimitam exatamente o que se busca pesquisar neste projeto, porque se almeja focar principalmente em uma subárea de pesquisa que se chama Antropologia Visual (ou *Visual Anthropology* no contexto norte-americano e inglês) para perceber a sua conexão com a Comunicação. Trata-se de uma área que utiliza formas de registro visuais nas etnografias realizadas com comunidades diversas, como recursos audiovisuais (ROUCH, 1974), fotográficos (ACHUTTI, 1997), sonoros (VEDANA, 2010; PINTO, 2001; TRAVASSOS, 2003) e até mesmo “artísticos” – incluindo pinturas, desenhos, diagramas, mapas, entre outros neste termo abrangente (KUSCHNIR, 2016; GEISMAR, 2014; BALLARD 2013). Por isso, quando se fala em comunicação científica nesse projeto, almeja-se discutir especificamente as dificuldades de comunicar esses registros multimídia produzidos em pesquisas universitárias.²¹

20 A expressão ainda é utilizada hoje e é derivada de estudos pioneiros sobre conversação mediada por computador. Por isso, não se utiliza termos mais atuais como “dispositivos tecnológicos”. Para saber mais, ver: Herring, S. C. (Org.). *Computer-mediated conversation, Part I: Introduction and overview. Language@Internet*, v. 07, 2010. Disponível em: <https://www.languageatinternet.org/articles/2010>. Acesso em: 26 de jan. 2021.

21 Salienta-se que um olhar atento à complexidade dificilmente afirmaria que essa delimitação exclui os outros campos mencionados sem que haja mutilações ao saber. De múltiplas formas, a comunicação científica relacionada aos estudos antropológicos claramente é feita há muito tempo em espaços midiáticos diversos, assim como as redes sociais têm desempenhado um papel fundamental na difusão de diversas pesquisas científicas

Para elucidar essa diferença, pergunta-se: por que há necessidade de utilizar esses recursos para fazer trabalho de campo com alteridades radicais ou próximas? Há diversas motivações já amplamente debatidas nas publicações clássicas da área, mas se pode falar principalmente sobre o reconhecimento de que os recursos visuais auxiliam na comunicação sobre a cultura do “outro”. Trata-se de perceber que há uma limitação do texto em exprimir certos aspectos da vida dos grupos pesquisados, sendo possível expandir os meios pelos quais se concretiza e se comunica o pensamento científico antropológico. Não se trata de falsear um pensamento progressista e realista na afirmação de que outras mídias capturam o que é observado na etnografia de forma mais fidedigna do que o texto, mas de perceber que há complementaridade entre os registros para comunicação do que se vive no trabalho de campo.

A consolidação de uma subárea que propõe que o próprio meio interfere na construção do pensamento científico antropológico sempre foi e ainda é permeada por uma tensa disputa de narrativas.²² Há livros clássicos da Antropologia Visual que realizam uma genealogia desse tipo de postura na disciplina, como *Principles in Visual Anthropology – Princípios na Antropologia Visual* (HOCKINGS, 2009) e *Visual anthropology: Photography as a research method – Antropologia Visual: Fotografia como um método de pesquisa* (COLLIER; COLLIER, 1986). Nessas recuperações de outros tempos de produção em contextos universitários norte-americanos e europeus, percebe-se que o uso dos recursos visuais – principalmente a fotografia – sempre acompanharam as etnografias apesar de serem considerados registros subalternos em relação ao que o texto proporcionava socioculturalmente nestes contextos universitários.

Uma das obras fundacionais desses estudos no contexto internacional foi feita por Margaret Mead e Gregory Bateson²³ (1942) e se chama *Balinese Character: a photographic analysis – Caráter Balinês: uma análise fotográfica* –, uma obra que comunicou fotografias feitas a partir de três anos de pesquisa em Bali na Nova Guiné. Além disso, foram feitos seis filmes durante esses anos com a comunidade estudada, o que resultou então em processos de comunicação científica do que se vivia e se interpretava para com os balineses. Mesmo com

sobre cultura ou patrimônio imaterial. Contudo, entende-se que isso seria um aprofundamento da discussão que está sendo realizada, visto que essas separações existem na forma como as pessoas tem produzido atualmente.

22 É interessante perceber a ressurgência desses estudos na mesma época em que McLuhan (1967) estava produzindo sua teoria sobre o meio ser a mensagem. Ainda assim, as perspectivas são muito diferentes para traçar uma relação fidedigna, já que os estudos com alteridades diversas se baseiam na necessidade de criticar veemente a colonização de povos subalternizados pela globalização. McLuhan faz o contrário dessa postura crítica, tendo uma visão positiva da globalização em muitos momentos.

23 Como comentário adicional ao argumento aqui desenvolvido, é intrigante perceber que Gregory Bateson foi uma figura que ultrapassou diversas fronteiras do conhecimento. Apesar de ser mais conhecido como um antropólogo, muitos o consideram um comunicólogo pelos importantes escritos que possui sobre cibernética (BATESON, 2000).

essa grande quantidade de material, muitos anos depois, Mead (1995) publicou um texto denominado *Visual Anthropology in a Discipline of Words* – Antropologia Visual em uma disciplina de palavras –, título que já demonstra a dificuldade de reconhecimento da legitimidade de outras mídias na área apesar do passar das décadas.

A autora nos permite inferir que não se trata de consolidar novas formas de registro etnográfico – eles sempre existiram desde a fundação institucional da Antropologia –, mas significa tensionar a construção da cientificidade em uma disciplina que se caracteriza por hegemonicamente construir a cultura dos seus sujeitos de pesquisa pela via textual. Não é trivial salientar que, apesar da importância inegável da escrita, a cientificidade construída a partir do espaço livresco e da autoria se constitui enquanto um fenômeno moderno e não universal, como bem salienta Foucault sobre a construção do autor (CAVALHEIRO, 2008; FOUCAULT, 1987).

Apesar das dificuldades, o mesmo aconteceu no contexto acadêmico brasileiro: a Antropologia Visual foi ressurgindo até se consolidar com certos aspectos fundacionais próprios da pesquisa antropológica do nosso país (ECKERT; ROCHA, 2016). Como afirmam as pesquisadoras Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha – coordenadoras do BIEV–, a década de 1980 foi um momento de florescimento e consolidação da subárea nos departamentos de pesquisa brasileiros. Não se trata de realizar uma digressão mais densa sobre os trabalhos pioneiros e as consolidações institucionais realizadas, já que isso foi feito com muito esmero no trabalho aqui citado. O que interessa a essa pesquisa é salientar algumas das figuras mencionadas nesse texto para mostrar como os entrecruzamentos entre Antropologia e Comunicação começavam a ser delimitados por alguns pesquisadores que ultrapassaram fronteiras.

A figura de Milton Guran como uma das imagens fundacionais do campo no Brasil é provocadora para o argumento que aqui se realiza. Antes de ser mestre em Comunicação Social e doutor em Antropologia – o que já mostra sua formação pluridisciplinar –, Milton trabalhou durante muitos anos como fotógrafo nas imprensas do Rio de Janeiro e de São Paulo por ter formação em Jornalismo. A partir do seu trabalho, ele se tornou um grande ativista e uma peça central à consolidação do fotojornalismo enquanto profissão reconhecida no contexto brasileiro. Como exemplo disso, pode-se mencionar que Milton foi um dos fundadores da União dos Fotógrafos de Brasília (1980-82), assim como secretário da FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas (1980-83).

Sua história de vida se entrelaça com um dos momentos fundacionais mencionados por Eckert e Rocha (2016), pois ele foi contemplado com a primeira bolsa de pesquisa em

Antropologia Visual do CNPq em 1982 na Universidade de Brasília (UnB). Junto da antropóloga Ana Luisa Fayet Sallas, produziu fotografias para o audiovisual chamado “Gente não é Lixo”. Trata-se de um produto derivado do trabalho de mestrado que estava sendo realizado, durante os anos 1982-84, com catadores e moradores do Aterro Sanitário Brasília, localizado entre a capital do Brasil e a cidade de Taguatinga. Essas fotografias precisavam ser comunicadas enquanto esforço de pesquisa científica, mas sua mídia tensionava os espaços acadêmicos tradicionais de publicação. Por isso, elas foram apresentadas pela primeira vez na projeção audiovisual patrocinada pela União dos Fotógrafos de Brasília em 1984, mas não houve uma publicação formal do material.²⁴

O que importa aqui na exploração de Milton Guran enquanto figura central para compreender as facetas entre disciplinas mencionadas é que seu trabalho profissional enquanto fotógrafo foi se tornando paulatinamente mais antropológico. Não deixou de ter a característica do seu trabalho como fotojornalista, mas foi sendo tomado por questões outras próprias da Antropologia Visual que o fizeram pensar a questão da fragilidade da comunicação acerca da realidade do outro. Essa trajetória pode ser vista no trabalho com os Xavantes para fundamentar um relatório técnico sobre pertencimento das terras pelos indígenas, um ensaio que foi feito em parceria com o Museu do Índio no Rio de Janeiro entre 1986 e 1989 para enfrentar o combate dos grupos com os missionários e grileiros da região.

Além disso, esse amadurecimento ao conhecimento antropológico e visual pode ser visto no trabalho realizado a partir da bolsa da Fundação Vitae com o projeto “Conflito e resistência dos povos indígenas na Amazônia” em 1991. Foi nesse trabalho que fez ensaios fotográficos com os Kayapó e os Yanomami, sendo que o autor considera esses trabalhos como um dos mais consistentes de sua autoria por ter tido um longo período de incursão às essas terras indígenas, o que de fato caracteriza o trabalho etnográfico. Posteriormente, o autor publicou vários escritos sobre o seu trabalho específico com fotografia, como “Linguagem Fotográfica e Informação” (GURAN, 2002), “Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões” (GURAN, 2012) e “Considerações sobre a constituição e a utilização de um *corpus* fotográfico na pesquisa antropológica” (GURAN, 2011).

Existem várias outras figuras que mostram a interconexão desses trabalhos de

24 Todo trabalho fotográfico foi perdido em um incêndio criminoso da AGIL Fotojornalismo em 1985, época da ditadura militar brasileira, onde os originais, os negativos e os diapositivos estavam guardados. O projeto ainda busca uma forma de ser publicado, tendo iniciado uma busca por financiamento coletivo com auxílio do LAB:LAB Analógico, um laboratório fotográfico de revelação e digitalização de filmes fotográficos que está realizando a digitalização através do material audiovisual que sobrevivera às catástrofes do tempo. Essa observação é importante para entendermos a necessidade da seção posterior.

pesquisa. Pode-se mencionar brevemente a trajetória de Luiz Eduardo Achutti que, em termos acadêmicos, o autor possui uma formação mais tradicional por ser formado em Ciências Sociais pela UFRGS em 1985, seguindo sua trajetória com mestrado em Antropologia Social (UFRGS, 1996) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Paris 7 Denis – Diderot (2002). Contudo, antes de adentrar em um universo antropológico mais disciplinar, iniciou sua carreira como fotógrafo em 1975 a partir da conclusão de um curso técnico do Foto Cine Clube Gaúcho. Isso possibilitou o autor ter uma caminhada de trabalho na área da Comunicação, mais especificamente como fotojornalista no Coojornal, no Jornal do Brasil, na Revista Isto É, na Folha de São Paulo, entre outros. Foi um autor importante que publicou uma série de trabalhos sobre o que chamou de fotoetnografia – ou seja, Antropologia Visual feita com recursos fotográficos (ACHUTTI, 1997; 1998; 2004).

O último exemplo que daremos é de um autor importante que faz um caminho inverso ao de Achutti ao não ir da Comunicação à Antropologia, mas trilhar o caminho da Antropologia à Comunicação. Esse autor se chama Etienne Samain, um pesquisador de origem belga que trilhou uma parte muito significativa da sua trajetória acadêmica no Brasil. Possui três graduações – uma em Ciências Teológicas, outra em Filologia Bíblica e outra em Filosofia – duas feitas na Bélgica e outra no Brasil. Defendeu posteriormente sua dissertação em Antropologia Social na UFRJ sobre os Kamayurá e concluiu seu doutorado em Ciências Teológicas e Religiosas.

Essa trajetória completamente diferenciada dos percursos convencionais foi complementada com um pós-doutorado na França em Comunicação Visual, especificamente na subárea de Antropologia Visual Fotográfica. Foi essa trajetória que o fez se tornar professor titular no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e docente do Departamento de Cinema, local onde desenvolve estudos sobre Epistemologia da Comunicação baseado na Antropologia da Imagem. Publicou artigos bem singulares, como um sobre a fotografia antropológica e o jornal *La Lumière* de 1851-1860 (SAMAIN, 2001), escrita que expressa suas caminhadas entre campos do conhecimento.

Esses casos foram aqui trazidos para mostrar a existência de trajetórias pessoais entre as disciplinas. Como síntese dessa seção, percebe-se que se trata de uma forma de pesquisa entre áreas, posto que não é possível produzir pesquisa na Antropologia Visual sem a mobilização dos diferentes saberes provenientes da Comunicação.

Ainda assim, pode-se perceber que há uma dimensão importante que extrapola os atos de comunicar os registros visuais feitos em campo, o que foi introduzido neste projeto a partir dos diferentes relatos de perda do patrimônio etnológico e científico no Brasil. Logo, o

problema aqui levantado não se refere somente à Comunicação, mas também à preservação dessa informação que pode impactar às comunidades estudadas por décadas.

Atualmente, muitas dessas produções são nato-digitais ou são digitalizadas, sendo comunicadas através de redes sociais ou de *sites* construídos informalmente. Como afirma Moisés Rockembach e Caterina Pavão (ROCKEMBACH, 2018a; ROCKEMBACH; PAVÃO, 2018), pesquisadores que trabalham com preservação da *web*, perde-se informação em um nível extraordinariamente rápido na *internet*, sendo necessárias práticas de preservação específicas para esses documentos, assim como para as plataformas que os abrigam.

Por isso, a simples divulgação dos documentos em redes sociais ou *sites* pouco planejados não cumpre o papel de um repositório para democratizar a informação produzida na universidade com o passar do tempo. Assim, adentra-se na próxima seção.

2.3 Entrecruzamentos entre Comunicação e Informação: o caso dos repositórios de dados de pesquisa abertos na Antropologia

Ainda que os entrecruzamentos de disciplinas tenham sido demarcados na seção anterior entre Comunicação e Antropologia Visual, é necessário pensar a conexão entre Comunicação e Informação para avançarmos na revisão de literatura para este projeto. Isso se deve à delimitação do objeto que se refere às bases de dados *online* que pretendem conter registros etnográficos provenientes da Antropologia Visual, constituindo-se como uma questão inerentemente infocomunicacional (ROCKEMBACH, 2013, p. 44; ROCKEMBACH, 2015, p. 101).

Ainda que tenha se visto que os documentos antropológicos multimídias são simultaneamente caracterizados por um procedimento metodológico de pesquisa e por uma intenção de transmitir o que se vive em campo, nem sempre esses registros estão fechados em objetos comunicacionais. Ou seja, quando se pensa em comunicação científica neste projeto, fala-se não só de produções fechadas para um possível receptor – como os filmes antropológicos –, mas de vários dados brutos como algumas fotografias, registros sonoros ou pequenas crônicas videográficas.

Esses documentos se constituem também como parte fundamental do patrimônio etnológico brasileiro, sendo importante pensar na organização da informação em ambientes digitais para sua comunicação e preservação efetiva. Por isso, ver-se-á algumas discussões sobre a inter ou transdisciplinaridade entre a Comunicação e Ciência da Informação para que seja possível adentrar na discussão específica aqui almejada.

Maria Helena Weber e Ida Regina Stumpf (2015) escreveram um artigo para retomar o debate sobre os conflitos e as convergências entre as disciplinas.²⁵ A primeira versão do texto foi escrita em 2003, mas as autoras o retomaram há poucos anos atrás devido à necessidade de pensar a convergência inevitável e histórica das áreas para que avancemos nas discussões entre disciplinas ao invés de almejarmos sua separação rígida.

Em primeiro lugar, desde que emergiu a Ciência da Informação enquanto disciplina na década de 1960, pode-se constatar que seus teóricos sempre a colocaram como uma ciência multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar (SARACEVIC, 1970, 1995). Entre vários campos que dialogam com a Ciência da Informação – como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, a Ciência da Computação, a Linguística –, a Comunicação é mencionada como uma das áreas.

Claramente, esse diálogo possui conflitos. Certas teorias não dialogam de forma eficaz com a Comunicação, como a teoria matemática da informação de Shannon e Weaver (1967). Essa teoria pretendeu compreender o processo comunicacional a partir de um modelo quantitativo e linear, negligenciando os fundamentos qualitativos e semânticos da informação. Como afirmam Weber e Stumpf (2015, p. 19), há equívocos sérios quando os especialistas em informação acreditam que seu trabalho e suas teorias existem sem uma dimensão cultural e simbólica que é própria de toda manifestação do ser humano. Contudo, Gonzáles de Gomes (2000) afirma que a disciplina possui um caráter poliepistemológico, existindo vários autores que a entendem como uma ciência humana que não pretende delimitar um paradigma único e completamente positivo.

Alguns autores possuem definições de informação que são mais afinadas aos atos de comunicação. Saracevic (1999) escreve sobre a possibilidade de entender a informação em três sentidos:

- 1) sentido restrito de informação – é definida como sinais ou mensagens sem processamento cognitivo;
- 2) sentido amplo de informação – o termo é entendido enquanto compreensão de um texto pelo seu usuário;
- 3) sentido ainda mais amplo de informação – aqui, ela envolve motivação e intencionalidade do sujeito, mas conectada a um contexto social no qual esse processo

25 Esse texto é especialmente importante, porque conta a trajetória de resistência do PPGCOM UFRGS frente à tendência de separação e especialização das áreas, mantendo as práticas de pesquisa próximas em um programa de pós-graduação até poucos anos atrás.

ocorre.

Os sentidos amplos e “ainda mais amplos” são próximos da sua definição de interdisciplinaridade entre as disciplinas mencionadas: enquanto a informação é vista como um fenômeno, a comunicação é compreendida como o processo de transferência e compartilhamento deste fenômeno (SARACEVIC, 1995).

A questão dupla da existência do fenômeno e do seu consequente compartilhamento é cara à área que aqui se debruça, dado que estamos falando sobre a comunicação na era digital, como afirma Castells (2015). O autor é um sociólogo espanhol que investiga teórica e empiricamente a revolução tecnológica em curso a partir da emergência dos sistemas eletrônicos/digitais e, mais contemporaneamente, da *internet*. Os impactos que vários âmbitos da sociedade vêm sofrendo são incomensuráveis, mas se pode compreender que a comunicação e a informação são irredutíveis uma à outra em determinados objetos de pesquisa que exploram fenômenos que ocorrem no digital. Entre elas, está a discussão sobre dados de pesquisas abertas de certas áreas.

Assim como ocorre em toda mudança societária, existem grandes desafios para consolidação da comunicação científica em plataformas que disponibilizam dados. Percebe-se que esse diagnóstico não se restringe aos registros etnográficos visuais. Foi realizado um relatório no ano de 2018 pela Rede de Dados de Pesquisa Brasileira (RDP Brasil) sobre práticas e percepções dos(as) pesquisadores(as) acerca de dados abertos (VANZ, *et al.*, 2018) que foi respondido por 4.703 pesquisadores. Os dados coletados a partir de um *survey* demonstram o lento caminho que o Brasil ainda percorre na disponibilização de seus dados para além da já consolidada comunicação científica em periódicos acadêmicos.

Percebe-se que não se trata de um problema só de compartilhar, como também de acessar e utilizar esses dados em suas pesquisas, visto que esse relatório mostra que 49,36% dos respondentes nunca utilizaram dados compartilhados por outros grupos. Além disso, 68,29% dos participantes responderam que não utilizam nenhum repositório de dados abertos. Os 31,71% que responderam que utilizam também preencheram um campo que perguntava quais repositórios eram esses, onde foram ditos nomes de *sites* institucionais, redes sociais, revistas científicas – demonstrando que há mesmo um desconhecimento da definição desse tipo de repositório (VANZ, *et al.*, 2018, p. 4).

Outros dados alarmantes são trazidos, como o fato de 57,79% dos respondentes armazenarem parte dos seus dados em arquivos de papel. Apenas 9,19% indicaram compartilhar todos os seus dados de pesquisa, sendo que 37,02% responderam que não

compartilham dado algum. Há um percentual significativo de 53,79% dos pesquisadores(as) que afirmaram compartilhar os seus dados em certa medida, mas isso não significa necessariamente que o compartilhamento ocorra por meio de um repositório. Isso pode ser visto porque 55,51% responderam que não armazenam nada em algum repositório institucional e 66,80% alegam guardar os seus registros em seu computador pessoal (VANZ, *et al.*, 2018, p. 4).

Muitos outros dados importantes foram produzidos e analisados neste relatório, informações que corroboram com a argumentação de que essa mudança das instituições produtoras de conhecimento tem sido lenta e gradual. Contudo, pode-se relativizar os dados aqui expostos para perceber que o relatório não preenche as lacunas sobre como isso ocorre de formas diferenciadas entre as áreas do saber.

Devido ao seu caráter generalizante, o relatório não aborda a diversidade de tipos de dados, como os etnográficos multimídias que são objeto desta pesquisa. Primeiramente, o demonstra que apenas 21% dos respondentes são oriundos das Ciências Humanas, conjunto que foi separado das Ciências Sociais Aplicadas que consta como 15,10% dos respondentes. Dos 21%, apenas 5,35% destes pertencem à Antropologia (VANZ, *et al.*, 2018, p. 10-11). Ainda que aqui se queira manter uma visão complexa que entende as conexões evidentes entre as Ciências Sociais – aplicadas ou não –, é evidente que existem especificidades nos tipos de dados das disciplinas que compõem essas áreas como foi exposto na seção anterior.

Isso se torna um grande problema para os estudos em Antropologia, porque se está tratando da questão da alteridade – seja ela radical ou próxima (PEIRANO, 1995) – no diálogo intersubjetivo. Logo, o que o(a) pesquisador(a) considera como verdade em um contexto sociocultural pode não ser o mesmo para uma comunidade indígena, para um grupo quilombola ou por agrupamentos diversos como populações LGBTI+.

Esse problema da “tradução” de uma cultura à outra (assim como de seus conhecimentos científicos próprios) gera uma fricção interétnica (ou intercultural) como afirmou Roberto Cardoso de Oliveira (2003) ao falar sobre a produção e a comunicação do conhecimento antropológico. É justamente por isso que o comunicar nesse tipo de arquivo de dados pode gerar danos incomensuráveis a certas comunidades devido a essa vontade de universalização e compartilhamento irrestrito, o que pode ser ainda mais sensível na comunicação visual.

É com esses argumentos que se retorna às definições de Saracevic (1995), já que essas informações devem ser vistas em um contexto social amplo onde há comunicação entre o fenômeno informacional, os usuários dessas informações e o universo sociocultural em que

estão inseridos. Pode-se entender que a gênese dessa discussão está na literatura que estuda as instituições custodiadoras do chamado patrimônio (i)material relacionado às pesquisas antropológicas. Regina Abreu (2008) escreveu sobre como os estudos etnográficos estiveram ligados aos museus desde a fundação dessa disciplina, visto que muitas universidades ocidentais foram construídas junto de instituições museológicas.

Para a autora, os primeiros movimentos de comunicação e preservação dessas informações estiveram ligados ao movimento iluminista e universalista da ciência que se consolidou em âmbito europeu a partir da Revolução Francesa. Entre o final do século XVIII e início do século XIX, foram consolidados os chamados museus de ciência ou museus enciclopédicos em que pesquisadores praticavam o colecionismo e divulgavam seus trabalhos a um público amplo (ABREU, 2008, p. 123). Neste momento de produção, a prática do patrimônio ligado à diversidade cultural esteve muito conectada à coleção de objetos oriundos de comunidades diversas. A maioria dos antropólogos se filiou a esse movimento, retirando objetos de outras culturas e os expondo como provas vivas de sua existência.

É necessário salientar exemplos funestos, como a exposição internacional do Museu Nacional de 1882 em que indígenas botocudos do interior do Espírito Santo e de Minas Gerais foram capturados para serem mostrados ao grande público. Ainda que nem todos os casos fossem extremos dessa forma, eles refletiam essa vontade de comunicação do que viam como “animalesco” na alteridade, visto que a maioria das instituições possuía o evolucionismo como base teórica.

Tratava-se de um dos primeiros paradigmas do pensamento antropológico em que o outro era visto como um estágio anterior ao desenvolvimento do homem da civilização – normalmente o homem branco europeu. Isso se reflete nos estudos de Antropologia Física que eram realizados a partir do colecionamento de ossos e crânios humanos para que se tentasse construir uma linha evolutiva do mais primitivo ao mais evoluído (ABREU, 2008, p. 124).

Regina Abreu demonstra que existem movimentos desde a década de 1960 em prol de outras formas de comunicação científica, como as tentativas de consolidar espaços de memória para efetivar instrumentos de políticas públicas ou alçar movimentos sociais (ABREU, 2008, p. 122). Isso também está conectado com os movimentos dos anos 90 que iniciaram as chamadas curadorias interculturais: tratam-se de práticas novas feitas em museus de favelas, de comunidades de baixa renda, de povos indígenas em que várias lideranças comunitárias participam das escolhas sobre o que deve ser comunicado/preservado e como

(ABREU; FILHO, 2012).²⁶ Um trabalho de pós-doutorado interessante sobre o caso das curadorias interculturais e o uso de redes sociais no Museu de Favela do Rio de Janeiro foi publicado recentemente por Mônica Machado (2017), professora da Escola de Comunicação EICOS-IP da UFRJ.

Essa digressão sobre os museus foi feita porque é nela que se percebe a dificuldade de transposição dessas problemáticas enfrentadas em outros contextos institucionais, como os repositórios digitais de dados abertos.²⁷ É comum que se olhe para soluções que estão sendo feitas por países dominantes que implementaram os sistemas coloniais em diversas localidades do globo e não se critique a universalização que propõem para sociedades diversas. Por isso, há uma necessidade de ir a fundo sobre a questão da pluralidade epistemológica das bases de dados abertos de pesquisa a fim de permitir movimentos que decolonizem práticas modernas supostamente universais proveniente de lugares específicos (MIGNOLO, 2009; MIGNOLO; ESCOBAR, 2013).

Claramente, não se trata de um questionamento absoluto acerca dos avanços feitos que possibilitaram vários movimentos de ciência aberta na contemporaneidade. Todavia, há esses desafios que se referem a determinadas bases de dados, como é o caso específico dos documentos etnográficos. Assim sendo, será exposta na próxima seção a revisão sistemática de literatura que foi realizada a fim de mostrar o que, na língua portuguesa e na língua inglesa, foi publicado nos últimos vinte anos a respeito dessa temática.

2.4 Revisão sistemática de literatura: dados abertos antropológicos

A partir da revisão sistemática de literatura sobre dados abertos antropológicos, reuniu-se vinte e cinco produções bibliográficas.

Existem temas variados que são trabalhados nessa literatura coletada. Após o fichamento das bibliografias, elas foram divididas em temáticas de convergência. Claramente, essas temáticas possuem certas porosidades, porque os materiais coletados abordam mais de um tema em suas pesquisas. Contudo, dividiu-se os escritos de acordo com o que se considerou como sua temática central, o que gerou os seguintes grupos:

26 Essas modificações de visão de mundo no patrimônio etnológico e imaterial não ocorreram de forma isolada nas disciplinas. Os períodos mencionados coincidem com o Movimento Internacional da Nova Museologia, com a Declaração de Quebec (1984) e com a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) (PRIMO, 1999).

27 Além disso e como já dito, os museus sempre foram espaços intimamente relacionados com as universidades. É possível que a separação entre estudos museológicos e estudos na área dos dados abertos de pesquisa seja uma consequência da mutilação dos saberes que tanto fala Edgar Morin e Olga Pombo. Contudo, isso é um tema de aprofundamento das reflexões levantadas nesta dissertação.

- 1) Grupo 01: Problemas éticos da abertura dos dados antropológicos;
- 2) Grupo 02: Interdisciplinaridade na construção das bases de dados;
- 3) Grupo 03: Questões comunicacionais e relacionais das plataformas;
- 4) Grupo 04: Os dados abertos na Antropologia Visual;
- 5) Grupo 05: A criação de repositórios digitais para museus antropológicos.

A seguir, são explicitados os pontos principais que são trazidos nessas pesquisas agrupadas em diferentes grupos. No final deste capítulo, expõe-se uma análise geral da revisão sistemática.

2.4.1 Grupo 01: Problemas éticos da abertura dos dados antropológicos

O primeiro grupo traz uma série de questões que já são trabalhadas há algumas décadas em textos que falam sobre a questão do patrimônio imaterial ou cultural em instituições que abrigam documentos diversos. Entretanto, nesse caso, os escritos agrupados nessa temática abordam a especificidade da abertura de dados antropológicos ou etnográficos na *internet* em repositórios digitais, visto que as possibilidades de difusão são muito mais amplas do que a abertura presencial a certos documentos em um contexto institucional.

O primeiro artigo se chama *Data management in Anthropology: the next phase in ethics governance?* (Gerenciamento de dados em Antropologia: a próxima fase da governança da ética?), uma publicação que possui vários pequenos textos escritos por 14 pesquisadores(as) preocupados com a questão dos dados abertos na área da Antropologia (PELS *et al.*, 2018).

Esse é um trabalho interessante, porque mostra uma série de argumentações ao problema da inserção da disciplina em um contexto onde há cada vez mais demandas de agências de financiamento, universidades, periódicos internacionais para que haja gerenciamento e abertura dos dados de pesquisa. A principal argumentação que perpassa todos os pontos levantados é que a demanda por transparência e integridade no *open data* não considera a epistemologia de certos dados, principalmente os antropológicos que possuem relações sociais complexas inerentemente.

Essa pesquisa publicada em formato de “fórum” onde várias vozes são trazidas reflete como esses dados não são simplesmente objetos para serem trocados entre pesquisadores e instituições, visto que o registro etnográfico é coproduzido em uma parceria de pesquisa.

Entre várias outras coisas, envolve a intimidade da vida de pessoas e de conhecimentos que muitas vezes foram subalternizados pelos sistemas coloniais. Mesmo assim, os(as) pesquisadores(as) não abdicam da importância da abertura desses dados, mas insistem em pensar em outras metodologias e formas de propriedade intelectuais que sustentem a complexidade da etnografia.

No contexto brasileiro, recentemente foi publicado um artigo que fala exatamente sobre essa questão da especificidade de determinados dados abertos. Como tema central, fala sobre a necessidade de percebermos a polivalência dos dados de diferentes disciplinas na produção, compartilhamento e re(uso) de registros feitos em pesquisa (CARVALHO, 2019). Esse trabalho é derivado de um mestrado defendido em 2018 na área da Ciência da Informação por Rayanne Carvalho (2018).

A publicação é especialmente pertinente, porque, através de um estudo empírico e qualitativo, compararam-se as percepções sobre a temática de alguns pesquisadores da Química, da Educação e da Antropologia. Foram entrevistados três antropólogos(as) da Universidade de Brasília (UnB) que falam sobre a dificuldade de compartilhar dados brutos devido à intimidade própria da etnografia, os problemas éticos e morais da abertura de alguns tipos de registro e a especificidade da área estudada que é enquadrada teoricamente.

Como exemplo concreto dessa discussão, pode-se mencionar a publicação chamada *Articulating Culturally Sensitive Knowledge Online: A Cherokee Case Study* (Articulando Conhecimento Culturalmente Sensível *Online*: Um Estudo de Caso Cherokee) feita por Leopold Robert e publicado em 2013.

Trata-se de um trabalho publicado em periódico que realiza uma discussão sobre a digitalização e o acesso na *internet* aos documentos que envolvem os Cherokee feita em uma parceria entre o *Museum of the Cherokee Indian* (Museu do Índio Cherokee) e o *Smithsonian Institution*. O principal problema abordado é que, após conseguir recursos para oferecer a digitalização e o acesso em um *site*, houve uma grande polêmica sobre a disponibilização *online* irrestrita das chamadas “coleções culturalmente sensíveis”.

Esse estudo faz um longo e detalhado relato de como aconteceu a restituição de uma coleção do século XIX-XX que falava sobre escritas sagradas relacionadas à medicina dos Cherokees. Essa coleção contém documentos que falam sobre conhecimentos ancestrais dessa população que sofreu genocídio no contexto norte-americano, sendo que, por causa disso, muitas gerações futuras perderam contato com várias de suas tradições. Assim, houve uma grande polêmica entre a abertura dos dados feita de forma institucional e as comunidades Cherokees do presente, visto que a maioria nunca tinha visto os documentos e não conhecia

alguns dos rituais que estavam documentados ali.

Foi reunido um conselho de anciões dessa população e eles pediram para que o material fosse retirado da plataforma por vários motivos, mas principalmente porque eles entenderam que a simples disponibilização de documentos considerados sagrados ocasionava problemas atualmente. Contudo, ainda é importante salientar que o autor do texto menciona como não houve unanimidade da recepção entre os Cherokees, posto que outras pessoas da comunidade queriam entrar em contato com aquele material. Por isso, é argumentado que a noção de propriedade coletiva não é tão simples e que os processos de repatriação digital são mais complexos do que se espera inicialmente.

Ainda sobre o tema da disponibilização de materiais sensíveis, foi publicado em 2019 uma pesquisa chamada *Native Title Archives: Traditional Owner community owned and controlled repositories* (Arquivos do *Native Title*: repositórios controlados para comunidades tradicionais proprietárias de terras) (LOURIE *et al.*, 2019). Esse escrito fala principalmente sobre os arquivos resultantes de pesquisas relacionadas com o *Native Title Act*, uma lei que foi promulgada em 1993. Ela foi introduzida após a decisão histórica de reconhecer os direitos detidos pelas populações originárias das terras e águas da Austrália, algo que se assemelha à demarcação de terras indígenas e quilombolas no Brasil.

O problema central colocado é a restituição desses dados de pesquisa, uma vez que, muitas vezes, eles ficam sob custódia de determinadas instituições e não permitem que as populações originárias ajam por si próprias com os arquivos que se referem a suas vidas. Por isso, coloca o problema de como construir repositórios digitais que não só permitam essa abertura dos documentos, mas que respeitem a soberania dos dados indígenas para que eles sejam utilizados sem a custódia de uma instituição que, historicamente, faz parte do sistema colonial britânico implementado na Austrália. Por isso, as autoras falam do complexo problema existente entre os grupos institucionais que desejam fazer a preservação das informações e o processo ético e comunicacional de não deter os direitos e a propriedade desses materiais.²⁸

28 Atualmente, o *Native Title Research and Access Service* possui um *site* em parceria com o Instituto Australiano dos Estudos Aborígenes e das Ilhas de Torres (AIATSIS) onde comunica quais são os serviços prestados e quais arquivos eles possuem. O *site* pode ser acessado em: <https://aiatsis.gov.au/research/native-title-research-and-access-service>

2.4.2 Grupo 02: Interdisciplinaridade na construção das bases de dados

Nesse grupo, foram reunidas bibliografias que falam sobre a necessidade de pensar formas inter ou transdisciplinares de construção dessas bases de dados abertos de pesquisa. Os argumentos aqui reunidos vão além da questão ética mencionada na seção anterior, possibilitando entender os diversos níveis de integração de saberes que poderiam ou deveriam ocorrer nesse tipo de projeto.

Pode-se começar a discussão mencionando a publicação recente do livro chamado *Anthropological data in the digital age: New possibilities – new challenges* (Dados antropológicos na era digital: novas possibilidades – novos desafios) (CROWDER *et al.*, 2019).

Trata-se de uma coletânea de trabalhos que foram recolhidos desde um encontro de pesquisadores que aconteceu em 2016. Vários abordam a questão da abertura ética do conhecimento, mas se pode salientar um capítulo como basilar da reflexão geral do livro: o escrito pelos desenvolvedores da *Platform for Experimental Collaborative Ethnography – PECE* (Plataforma para Etnografia Experimental Colaborativa) que é uma tentativa de desenvolvimento de uma base de dados na *web* para compartilhar dados etnográficos (POIRIER, *et al.*, 2019).

Essa experiência está ligada com a *Research Data Alliance – RDA*²⁹ (Aliança para Dados de Pesquisa), uma organização internacional que tem como objetivo o compartilhamento aberto de dados de várias disciplinas, ainda que seja composta principalmente pelas ciências exatas. Os autores falam sobre como essa experiência com várias comunidades da RDA os provocou a pensar os problemas do compartilhamento e (re)uso de dados qualitativos e etnográficos. Neste estudo, escrevem sobre como o enfrentamento de diferentes disciplinas na constituição dessas redes no RDA gera um confronto de ideias em torno do que são bases de dados de pesquisa abertos de boa qualidade.

Comumente, fala-se sobre um princípio universalizante proveniente dos profissionais da informação que é constituído pelo acrônimo FAIR que significa *Findable, Accessible, Interoperable, Reusable* (Localizável, Acessível, Interoperável, Reutilizável). De acordo com os autores, esse princípio é muitas vezes evocado nas reuniões da RDA como uma urgência devido à crise de reprodutibilidade da ciência contemporânea. Trata-se de um discurso científico que é próprio das ciências exatas modernas que se constituem por alguns

²⁹ Para saber mais, acesse: <https://rd-alliance.org/>

fundamentos basilares como a reprodução fidedigna de um experimento laboratorial.

Atualmente, a crise tem sido vista por alguns componentes da RDA como resultado da falta de infraestrutura digital que possa permitir o acesso a dados abertos para além das publicações feitas em periódicos. Por isso, o FAIR é visto como uma regra de ouro a ser seguida para perseguir uma verdade universal e reproduzível a partir do acesso, interpretação e uso dos dados abertos (POIRIER, *et al.*, 2019, p. 216-217).

É posto como problema o fato da rede de colaboração da RDA ser constituída por diversas disciplinas, porque é necessário perceber a diversidade epistêmica que existe nas áreas do saber. Contudo, as culturas epistemológicas plurais – conceito de Knorr-Cetina (1999) que foi utilizado pelos autores – são vistas como um problema na prática, porque são consideradas como impedimentos à cientificidade universal alcançada através da reprodutibilidade. Como essa diversidade de *epistèmes* geram uma heterogeneidade de tipos de metadados descritivos, muitos membros da RDA lutam para que essas linguagens sejam reconciliadas em vocabulários amplos que transcendem os campos do saber.³⁰

Nesse mesmo sentido, foi encontrado um ensaio chamado *What Does “Open Data” Mean for Ethnographic Research?* (O que “dados abertos” significam para a pesquisa etnográfica?) de um pesquisador brasileiro chamado Luis Felipe Rossado Murillo (2018).

Felipe é doutor em Antropologia e é curioso notar que ele menciona vários projetos de base de dados existentes que não foram mapeadas na revisão da literatura aqui feita, como o *Digital Himalaya* da Universidade de Cambridge, o *Murkurtu* da Universidade Estadual de Washington e o ArchEthno do *Observatoire des Humanités Numérique* na França.³¹ Ele mostra a emergência de alguns desses projetos, já que ainda há bastante estranhamento à abertura de dados nessa disciplina por toda dificuldade de diálogo entre áreas como mencionado anteriormente.

Por isso, esse ensaio contribui à identificação de soluções para a questão da segurança dos dados etnográficos, principalmente no que se refere às questões dos dados sensíveis. Nesse sentido, ele fala dos riscos de se ter certos dados antropológicos apenas nos equipamentos individuais dos(as) pesquisadores(as), visto que há perigo de espionagem, de

30 Os autores chamam isso de “*data ideologies*”, o que se refere às ideologias que regem a construção de bases de dados abertos de pesquisa. Contudo, não há crítica só a essa hegemonia. Escreveu-se uma boa introdução que mostra como há ideologias dos discursos antropológicos que afastam uma integração de saberes para construção dessas bases de dados colaborativas que permitem a restituição dos materiais etnográficos.

31 Salienta-se que esses projetos não foram mapeados ou porque a bibliografia publicada sobre eles está em outras línguas estrangeiras (como o francês) ou porque não se utilizou alguns termos da revisão bibliográfica aqui realizada, como o próprio termo “antropologia” ou “*anthropology*”. Isso se deve ao fato de que alguns projetos são construídos em outras áreas muito próximas da Antropologia no contexto norte-americano, como os *Culture Studies*.

vigilância ou de roubo de dados para pessoas que se dedicam a temas delicados na nossa sociedade atual.

Assim, o autor argumenta que a questão colaborativa da abertura dos dados não se refere somente à preservação digital e à restituição dos materiais às comunidades etnografadas, mas também concerne à proteção das pesquisas. Com isso em mente, ele faz um apanhado de soluções possíveis para que haja uma forma mais interdisciplinar de gestão aos dados abertos etnográficos a longo prazo.

Outro artigo sobre essa temática foi escrito em português e se chama *Do trabalho de campo ao arquivo digital: performance, interação e Terra de Arnhem, Austrália* (HEALY, 2004). Essa publicação é surpreendente, porque mostra uma série de outras referências do início dos anos 2000 de pessoas que estavam trabalhando com a área temática de estudo aqui delimitada, mas que não utilizavam os termos “dados abertos” ou “repositórios digitais de pesquisa”.

Em suma, fala sobre a organização do conhecimento do arquivo *Galiwin'ku Indigenous Knowledge Centre* (Centro de Conhecimento Indígena Galiwin'ku), um projeto na Austrália com a população originária Yolngu. Na época, o objetivo desse centro de saberes incluía a preservação, a transmissão e o repatriamento da cultura através de um arquivo digital que deveria ser *online* para nutrir uma rede de comunicação entre comunidades. De acordo com a autora, a “subvenção do Departamento das Bibliotecas e dos Serviços da Informação (NTLIS) deveria ser utilizada para desenvolver uma rede regional de centros dos saberes, e o de Galiwin'ku era o primeiro e o *hub* central da futura rede” (HEALY, 2004, p. 76).

Os organizadores não almejavam só criar uma base de dados sobre os Yolngus, mas um projeto que fosse um centro de atuação dos próprios indígenas para que o banco *online* se tornasse um local de aprendizagem e de transmissão dos conhecimentos tradicionais. Assim sendo, a ideia era fazer com que as estruturas de classificação e de acesso à informação refletissem a organização dos saberes dos Yolngus, entendendo que não há uma forma universal de classificar determinados acervos. Por isso, a autora salienta que, nesse caso, o bom resultado só seria atingido quando a própria arquitetura informacional fosse feita junto das comunidades, o que difere da simples criação de um banco com informações sobre aquela população.

Foram publicados também dois artigos referentes ao *Council for the Preservation of Anthropological Records* – CoPAR (Conselho de Preservação de Registros Antropológicos), um conselho de antropólogos(as) que se dedicou à preservação digital de dados da disciplina. Os dois possuem uma lacuna de tempo bem razoável.

O primeiro se chama *Preserving the anthropological record: A decade of CoPAR initiatives* (Preservando o registro antropológico: uma década de iniciativas da CoPAR) (PAREZO; FOWLER; SILVERMAN, 2003). É uma pesquisa que apresenta essa organização sem fins lucrativos que foi criada em meados da década de 1990 para suprimir a falta de recursos da *American Anthropological Association* – AAA (Associação Americana de Antropologia) para trabalhar com preservação de dados antropológicos. É relevante notar que o estudo faz um relatório das atividades educativas feitas pela CoPAR com uma série de grupos de pesquisadores nos Estados Unidos.

Com apoio da *Wenner-Gren Foundation*, a CoPAR realizou *workshops* para: 1) instituir um programa educacional; 2) desenvolver uma padronização para descrição dos registros antropológicos. Interessante perceber que, aqui, a intenção é educar, já que os antropólogos não sabiam dos problemas de preservação e acesso.

Esses *workshops* levantaram problemas fundamentais como: 1) a necessidade de ter estratégias específicas para educação dos antropólogos na preservação e comunicação dos seus registros; 2) o desafio de mapear os problemas legais e éticos desse tipo de trabalho; 3) identificar os problemas de preservação específicos das categorias dos registros; 4) fazer com que os profissionais da informação entendam os problemas especiais dessa área.

Embora o CoPAR liderasse esforços para preservar os registros de antropólogos na década de 1990, ele se tornou inativo no início dos anos 2000. Porém, houve um encontro em 2015 que reuniu as pessoas que trabalharam nesse projeto.

Por isso, foi publicado um artigo recentemente (MARSH; PUNZALAN; JOHNSTON, 2019) que explora os resultados desse encontro, identificando novas lacunas e desafios para os registros antropológicos, unindo este trabalho às perspectivas arquivísticas atuais. Defende a reinvenção de um CoPAR revitalizado que encorajará reflexões como o ciclo de vida dos documentos etnográficos somado às abordagens de administração de arquivos junto das comunidades envolvidas.

Por fim, há a publicação chamada *Controlled Vocabulary Standards for Anthropological Datasets* (Padrões de vocabulário controlado para conjuntos de dados antropológicos) que foi publicada em 2014 por Emmelhainz.

Nesse estudo, delineou-se uma proposta de vocabulário controlado padronizado para base de dados qualitativos, especificamente da Antropologia Cultural.³² A justificativa para criação desse escrito foi a constatação de que há um exponencial reconhecimento da

32 A Antropologia Cultural é uma área da Antropologia que é próxima da Antropologia Social, diferente da Antropologia Biológica, por exemplo. Por isso, esse estudo foi mantido na revisão de literatura.

existência dessas bases de dados específicas, sendo que a autora afirma que esses arquivos são difíceis de serem organizados com eficácia por bibliotecários e arquivistas.

Além disso, reconhece que os desafios de organizar e curar essas informações na *web* só aumentam. O principal feito desse trabalho é a criação de padronização de metadados para esse tipo de arquivo, reconhecendo a importância de campos de preenchimento como local, cultura (da comunidade retratada), pesquisador, assunto e idioma (considerando que muitos idiomas de populações originárias não são reconhecidos pelas métricas internacionais).

É um trabalho que possui semelhanças com o artigo denominado *Linked Open Data Framework for Ethnic Groups in Thailand Learning* (Estrutura de dados abertos vinculados para grupos étnicos na aprendizagem da Tailândia) (CHANSANAM *et al.*, 2020) apesar de possuírem diferenças de trabalho dentro do campo da Ciência da Informação. Em suma, expõe o processo de criação de um *framework* chamado TEG-LOD feito para possibilitar a criação e a distribuição de trabalhos escritos na área da Antropologia (e dos estudos culturais em geral) relacionados com grupos étnicos da Tailândia.

O trabalho foi feito para resolver certos problemas dessas bases de dados contidas no *Princess Maha Chakri Sirindhorn Anthropology Center – SAC* (Centro de Antropologia Princesa Maha Chakri Sirindhorn) e no *Center for Ethnic Studies and Development* (Centro de Estudos Étnicos e Desenvolvimento) da *Chiang Mai University*. Uma das justificativas deste trabalho é o fato de que as guias gerais para construção de dados abertos vinculados (tradução livre de *Linked Open Data*) na *web* não são suficientes para enfrentar os desafios dos trabalhos feitos com comunidades tradicionais da Tailândia.

Apesar das últimas duas pesquisas mencionadas oferecerem algumas soluções concretas para esse tipo de dado produzido em pesquisas, pode-se dizer que elas são mais disciplinares pelos tipos de problemas que elencam. Comparado com os outros trabalhos que vimos até aqui, isso pode ser percebido facilmente, apuração que não menospreza suas contribuições importantes para o desenvolvimento de projetos.

Concluído isso, segue-se para a próxima seção que falará sobre outro grupo de problemas detectado nessa revisão de literatura.

2.4.3 Grupo 03: Questões comunicacionais e relacionais das plataformas

No grupo três, foram reunidas literaturas que versam sobre o que se chamou de questões comunicacionais e relacionais das plataformas na *web* que abrigam os dados de pesquisa antropológicos. Aqui, pode-se ver que a questão das interfaces entre Comunicação, Ciência da Informação e Antropologia se refere também à própria criação das plataformas na *internet*, posto que há um problema relacional que vai além da simples disponibilização de dados de certas instituições ou de grupos de pesquisa.

Foi publicado o artigo chamado *Utilizing Webs to Share Ancestral and Intergenerational Teachings: The Process of Co-Building an Online Digital Repository in Partnership with Indigenous Communities* (Utilizando a Web para Compartilhar Ensinaamentos Ancestrais e Intergeracionais: O Processo de Co-construção de um Repositório Digital Online em Parceria com Comunidades Indígenas) em 2020 por Jennings, Johnson-Jennings e Little.

Esse é um trabalho singular, porque se trata de uma pesquisa qualitativa para compreender como poderia ser criado um repositório digital que auxiliasse algumas comunidades indígenas a retomar suas práticas ancestrais em torno do uso da terra e da alimentação, o que foi chamado de Repositório de Sabedoria Alimentar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa feita através de entrevistas e de grupos-focais para que se percebesse formas de utilizar o digital para estimular a memória e a troca dessas comunidades, melhorando a saúde desses grupos a partir dos seus próprios costumes.

Nesse estudo específico, os autores colocaram bastante foco na questão comunicacional desse tipo de repositório, visto que a intenção principal da pesquisa foi projetar uma plataforma que estimulasse a troca de memórias para reavivar conhecimentos. Nesse sentido, o projeto falou bem menos sobre a questão da classificação dos documentos e da construção estruturada de uma base de dados, mas abordou temas comunicacionais importantes, como a possibilidade de criar um repositório que tivesse características de uma rede social (ou fosse integrado às redes sociais mais usadas atualmente). Essa seria uma forma diferente de entender a própria dinâmica do patrimônio imaterial, visto que se trata de uma memória viva que é utilizada no cotidiano de um determinado contexto social.

Além dessa obra, foram encontrados duas publicações que versam sobre o problema da mensuração do impacto de coleções etnográficas disponibilizadas em plataformas na *web* em termos comunicacionais.

O primeiro se chama *Studying the Impact of Digitized Ethnographic Collections:*

Implications for Practitioners (Estudo do impacto de coleções etnográficas digitalizadas: implicações para os profissionais) (MARSH; PUNZALAN; LEOPOLD, 2015), um estudo feito com entrevistas semi-estruturadas e grupos focais em oito instituições da costa leste dos Estados Unidos que possuem coleções etnográficas *online*.

Em suma, o artigo argumenta que as métricas quantitativas dos repositórios digitais não conseguem medir o real impacto que essas coleções têm na sociedade. Os autores mostram que muitos funcionários dessas instituições são céticos sobre essas métricas devido ao fato de que as estruturas convencionais de avaliação de impacto se baseiam em questões muito simplórias, como quantidade de cliques, número de acesso às coleções, número de *downloads*, coleta de dados de pesquisa do usuário, entre outros.

Os resultados da pesquisa mostraram que os profissionais entendem que essas métricas não avaliam questões comunicacionais importantes desses acervos digitais, como o fato de que muitos usuários podem não entender a missão decolonial dessas instituições. Além disso, entendem que vários documentos não interessam à maioria – como os que versam sobre as questões linguísticas dos povos tradicionais –, o que não significa que uma parcela pequena dos usuários não esteja altamente interessada nas coleções.

Outro trabalho chamado *Beyond Clicks, Likes, and Downloads: Identifying Meaningful Impacts for Digitized Ethnographic Archives* (Além de cliques, curtidas e *downloads*: identificando impactos significativos para arquivos etnográficos digitalizados) foi publicado em 2017 por Punzalan, Marsh e Cools, sendo que os dois primeiros autores são os mesmos do estudo mencionado anteriormente.

Nessa escrita, é aprofundada a questão da mensuração de impacto a partir de uma proposta específica para o caso das coleções etnográficas disponibilizadas em ambiente *online*, o que gerou a identificação de seis áreas possíveis de impacto: 1) conhecimento; 2) discurso profissional; 3) atitudes; 4) capacidade institucional; 5) política; 6) relacionamentos. Dessa forma, os autores propõem e detalham esse esquema para ir além da mensuração quantitativa por cliques, número de acesso e de *downloads*.

Há algumas obras que saem um pouco dessa seara de discussão, mas que também falam sobre questões infocomunicacionais dos repositórios digitais antropológicos. Um deles se chama *Challenges to digital patrimonialization: digital museum of african and Afro-Brazilian memory* (Desafios à patrimonialização digital: museu digital da memória africana e afro-brasileira) que é uma publicação em inglês de um pesquisador brasileiro chamado Livio Sansone (2013).

Trata-se de um escrito que versa sobre a construção de um museu digital³³ sobre o patrimônio imaterial africano e afro-brasileiro, projeto que começou em 1998 no antigo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro a partir de um projeto chamado Fábrica de Ideias. Posteriormente, em 2002, a Fábrica de Ideias se tornou um Programa Permanente de Extensão em Pós-Graduação no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).³⁴

Esse artigo fala sobre muitas questões que poderiam ser colocadas em diferentes seções desta revisão, mas a que se interpreta como a central é o fato de se tentar criar um *site* que agrupe uma série de pesquisas realizadas com documentos dentro da universidade. Logo, ele difere bastante de outras propostas que são de extroversão de acervos que são custodiados por determinadas instituições, já que sua ideia é reunir documentos de múltiplos lugares para criar um repositório temático sobre a questão da negritude no Brasil e na África. A ideia era criar um projeto que acumulasse e comunicasse material que fala sobre o assunto para estimular o debate sobre as memórias negras no nosso país, seja com pesquisadores interessados no tema ou com comunidades em geral.

Isso foi feito porque se constatou que instituições importantes, como o Arquivo Nacional do Brasil, não supria a necessidade de permitir um acesso mais facilitado a documentos importantes para a memória dos negros no país e raramente criava ações de comunicação da existência desses acervos. Por isso, é uma pesquisa que complexifica a questão da custódia e da abertura de dados somente de instituições que possuem os direitos autorais das imagens, posto que propõe uma plataforma na *web* que misture dados oriundos de múltiplas regiões do Brasil para versar sobre o tema de estudo.

Não é trivial constatar que há uma conexão importante desse trabalho com a publicação intitulada *Museus brasileiros e a hiperconectividade: a experiência com a plataforma Tainacan no acesso ao patrimônio Afro-Digital* (MAIA, 2018). Ela fala de um repositório digital sobre a cultura afro-brasileira que foi criado a partir de uma parceria com o Ministério da Cultura (MinC), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).³⁵ Assim como no caso anterior, o projeto reúne uma série de coleções de proveniências muito variadas para criar um repositório temático para fins de comunicação para pessoas interessadas nesse tema.

33 Muitos projetos de abertura de dados na *internet* de grupos de pesquisa da Antropologia são chamados de museus virtuais ou museus digitais. Essa é uma apuração importante para a revisão de pesquisa feita com as delimitações escolhidas, porque, às vezes, não se utiliza termos como “base de dados” ou “repositórios digitais”.

34 O *site* do projeto pode ser acessado em: www.museuafrodigital.ufba.br

35 O projeto pode ser acessado em: <http://afro.culturadigital.br/>

Isso também se assemelha bastante aos escritos publicados por autores do próprio BIEV UFRGS, como é o caso do estudo chamado “Antropologia em outras linguagens: considerações para uma etnografia hipertextual” (ROCHA; ECKERT, 2016) e do livro “A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas” (ECKERT; ROCHA, 2015).

Isso se deve ao fato desse banco de imagens ter sido originado pela vontade de reunir e comunicar na *internet* documentos multimídia diversos sobre Porto Alegre, porquanto esses dados estavam fragmentados em diversas instituições e não estavam facilmente acessíveis. Paulatinamente, o grupo foi criando as suas próprias coleções feitas a partir de etnografias realizadas por muitos(as) pesquisadores(as), mas essa vontade de reunir documentos de diferentes lugares em uma plataforma digital sempre esteve presente.

Além disso, os textos do BIEV são caracterizados por uma tentativa de entender que o uso dos recursos digitais não se refere apenas a criação de uma base de dados, mas de uma postura epistemológica diferenciada na produção do conhecimento. Isso ocorreria por causa da deslinearização dos dados etnográficos devido às possibilidades de organização da informação a partir de *links* em uma plataforma interativa. Assim, há uma discussão que relaciona esse tipo de produção com a clássica construção das alteridades através do espaço livresco, que é uma forma de produção necessariamente linear.

De certa forma, essa discussão tem relação com o artigo chamado *Virtual Archives and Ethnographic Writing: “Commentary” as a New Genre?* (Arquivos virtuais e escrita etnográfica: o “comentário” como um novo gênero?) publicado por Johannes Fabian em 2012.

Fala sobre um *site* que foi criado ao projeto *Language and Popular Culture in Africa – LPCA* (Língua e cultura popular na África) que possuía a intenção de criar um arquivo de textos das expressões populares da cultura africana.³⁶ Basicamente, argumenta acerca de outras formas de escrita possíveis a partir da comunicação permitida por plataformas criadas na *internet*. Ele mostra alguns exemplos do que aconteceu com o arquivo que colocou em rede, mostrando como houve modificações na sua produção do conhecimento por causa dessa abertura do saber.

É pertinente notar que ele foi escrito com essa proposta de produção do conhecimento através de comentários. Após a escrita do autor, foram colocados vários comentários de outros autores falando sobre a proposta de Fabian, sendo que muitos criticaram a ideia de criar um *site* com arquivos de textos etnográficos. Alguns chegaram a falar que a proposta corria o

36 O *site* pode ser visitado em: <http://lpc.socsci.uva.nl/aps/index.html>

risco de oferecer apenas uma sobrecarga de informações, um "cemitério de dados" ou "locais para despejar o excesso", uma visão pejorativa que é bem comum na contemporaneidade quando se fala de arquivos em geral na área.

Não é banal que alguns desses comentários foram feitos por autores que são vistos como referências nas pesquisas sobre outras formas de coproduzir o conhecimento antropológico a partir da escrita etnográfica, como George Marcus. Isso mostra a grande dificuldade que os pesquisadores possuem de entender que o conhecimento pode ser produzido para além do espaço livresco, visto que a proposta principal de Fabian era pensar a colaboração e a transparência de seu arquivo. Ao final do escrito, o autor do texto principal responde aos autores afirmando estar desapontado, já que nenhum dos comentários dos colegas falava sobre o *site* e os arquivos contidos na plataforma – fato que o fez questionar com sarcasmo se os colegas haviam feito críticas sem nem ter olhado o trabalho feito para além da escrita.

2.4.4 Grupo 04: Os dados abertos na Antropologia Visual

Alguns dos materiais bibliográficos coletados abordaram a questão da Antropologia Visual dentro da temática sobre repositórios digitais e dados abertos, mas não foram muitos.

Além das obras já mencionadas anteriormente do BIEV, foi encontrado outro chamado *Anthropology and the Third Information Revolution* (Antropologia e a Terceira Revolução da Informação) publicado em 2020 por Alain Macfarlane, um pesquisador sênior que tem 79 anos de idade no momento de escrita desta dissertação. A idade dele é salientada porque o autor trabalhou com recursos digitais desde seus 18 anos na Universidade de Oxford no ano de 1964, memória que ele traz na sua escrita para contar sobre como ele presenciou toda transformação dos recursos tecnológicos digitais.

Ele relembra toda transformação que foi acontecendo com o uso das tecnologias no campo da Antropologia Visual, mostrando a enorme dificuldade que era fazer e manter um acervo de etnografia audiovisual em campos como o Nepal, país onde ele trabalhou por muitos anos. Por isso, ele argumenta sobre a importância de manter o debate sobre as tecnologias nessa subárea, visto que a “Terceira Revolução da Informação” ainda está em curso, afetando a forma como se disponibilizam os materiais da Antropologia Visual. Dentro dessa revolução, Macfarlane cita os repositórios digitais como uma das mais importantes questões contemporâneas para se debater.

Nesse sentido, foram encontrados dois textos de José da Silva Ribeiro (2007; 2005)

um pouco mais antigos do que o texto anteriormente citado. Esses textos da primeira década dos anos 2000 também tocam na questão dos repositórios digitais para dados de pesquisa da Antropologia Visual, utilizando muitas vezes o termo hipermídia para falar sobre essa questão. Não são obras que falam especificamente sobre repositórios digitais, uma vez que elas abordam questões generalizantes sobre a emergência do digital como algo propulsor para grandes modificações na produção nessa subárea de pesquisa.

2.4.5 Grupo 05: A criação de repositórios digitais para museus antropológicos

Algumas pesquisas falam especificamente sobre a criação de repositórios digitais para museus que possuem objetos de comunidades com as quais se faz pesquisa na Antropologia. Nesse sentido, as ações de abertura de dados se referem à preservação digital de metadados referentes a esses objetos, fotografias digitais dos mesmos ou representações feitas com escaneamento tridimensional. Claramente, existem muitos outros dados antropológicos dentro dos museus, como fotografias e documentos audiovisuais, mas, hegemonicamente, debate-se a questão dos objetos nessa interface de áreas.

Isso pode ser visto no artigo chamado “Acervos etnográficos do Museu Nacional: preservação digital como solução pós incêndio” publicado por Bianca França (2019).

Em suma, refere-se às políticas de preservação digitais que já estavam sendo feitas antes do grande incêndio do Museu Nacional em 2018 e que continuaram sendo realizadas apesar das grandes perdas que ocorreram. Acima de tudo, reflete como são recentes as formações acerca da preservação digital de acervos museológicos, carecendo formação especializada no Brasil para suprir essa lacuna.

Por isso, ao longo do texto, a autora detalha o que ela e outros profissionais estão fazendo nessa instituição nos últimos anos, mostrando como a questão da preservação digital também está aliada à qualificação dos acervos antropológicos que envolvem populações originárias do Brasil. Essa qualificação se refere a um processo de curadoria compartilhada entre indígenas e não-indígenas, não apenas pela produção, doação e revisão dos acervos, como também na criação de acervos locais – como é o caso do Museu Magüta (FRANÇA, 2019, p. 224).

Outro trabalho que possui esse enfoque se chama “Museu do Índio: Estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o *software* livre Tainacan” (LOPES; CARMO; GERMANI, 2018).

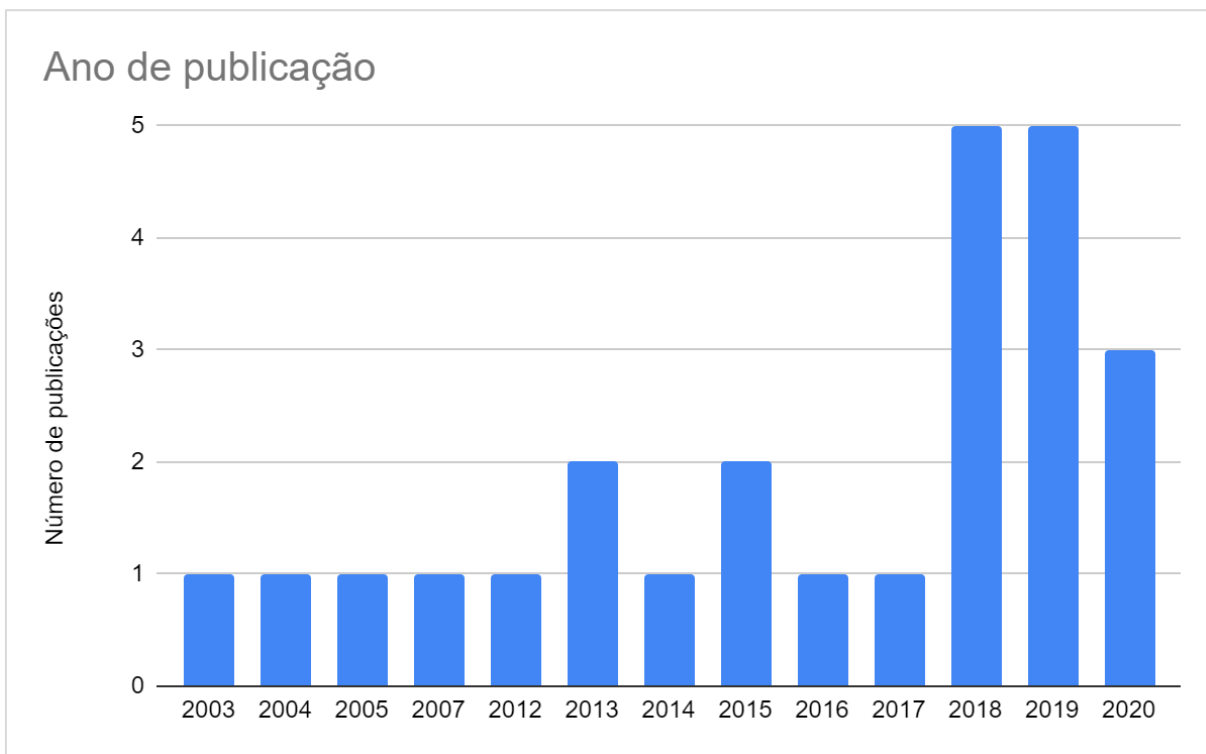
Foi publicado por profissionais que trabalharam com a criação do Tainacan, um

software livre feito para criação de repositórios digitais na *internet* que oferece uma solução brasileira para instituições culturais ou grupos em geral que possuem coleções multimídia. Essa publicação analisa e reporta a migração da documentação do acervo museológico do Museu do Índio para o Tainacan após a realização de um diagnóstico dos problemas informacionais existentes nas bases de dados trabalhadas.

Não se trata de uma obra que aborda questões interdisciplinares mais profundas, mas não deixa de ter uma importância muito grande, dado que foram encontrados muitos problemas técnicos sintáticos que precisavam de normalização, de reconciliação e de desambiguação. Além disso, utilizou-se a plataforma *Wikidata* para registrar as nomenclaturas indígenas que existem nessa base de dados, uma vez que muitas não possuíam um registro específico para que fossem utilizadas de forma interoperável no futuro. São poucos os que realmente fazem um diagnóstico das bases de dados e oferecem soluções, um dos grandes problemas da produção nessa área.

2.5 Análise dos resultados da revisão de literatura

Após essa exposição sumária dos materiais bibliográficos coletados, é possível perceber algumas conclusões referentes ao estado da arte da produção acadêmica escrita acerca dos dados abertos antropológicos e dos repositórios digitais para esse tipo de informação. Para isso, foram feitos alguns gráficos para analisar as publicações a partir das informações coletadas.

Figura 1 - Contagem dos anos das publicações da revisão bibliográfica

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Primeiramente, é importante notar que a maioria das produções se situam na década de 2010, principalmente nos últimos cinco anos. Apenas quatro produções foram localizadas na primeira década dos anos 2000 e somente seis bibliografias foram publicadas entre 2010 e 2015, o que mostra que quinze publicações foram localizadas entre 2016 e 2020. Isso explicita que o número de publicações sobre essa área temática vem crescendo, o que é compatível com o aumento do número de produções bibliográficas na área dos dados abertos de pesquisa (SILVEIRA *et al.*, 2021, p. 3).

Contudo, a análise qualitativa das publicações mostrou que olhar apenas para os anos da produção não é o suficiente para entender o avanço dessa área de pesquisa. Acima de tudo, esse gráfico aponta o crescente número de produções que utilizam os termos “dados abertos” e “repositórios digitais” (assim como seus equivalentes em inglês), mas isso não significa que não existiam antes produções sobre a abertura de documentos antropológicos na *internet*. Pelo contrário, percebeu-se que existe uma quantidade bem grande de projetos que foram feitos na primeira década dos anos 2000, mas que os pesquisadores envolvidos não utilizavam os termos atualmente empregados nessa discussão.

Um exemplo disso pode ser visto no estudo de Healy (2004) que menciona várias pessoas que estavam trabalhando com isso nessa época, como a antropóloga Bárbara

Glowczewski que foi uma das grandes referências em torno da construção de arquivos na *web* sobre e com as populações originárias da Austrália. Existem muitas publicações dessa antropóloga acerca da restituição de coleções etnográficas multimídia e sobre projetos concretos que foram feitos na *internet*, principalmente nos anos das décadas de 1990 e 2000. Contudo, nenhum trabalho dessa autora foi mapeado devido ao fato de que outros termos eram utilizados nessa época, como o “hipermídia”.

Outro fator expressivo analisado foi que alguns projetos não foram mapeados na revisão, mas foram encontrados dentro de alguns artigos através de citações. Esse é o caso da publicação de Murillo (2018) que menciona alguns projetos bem importantes no cenário internacional como o *Digital Himalaya* da Universidade de Cambridge, o *Murkurtu* da Universidade Estadual de Washington e o ArchEthno do *Observatoire des Humanités Numérique* da França.³⁷ Pesquisou-se sobre esses projetos e foi possível constatar que existem trabalhos sobre essas bases de dados, mas eles não usam alguns dos termos aqui empregados.

Verificou-se que alguns não utilizam o próprio termo “*anthropology*” na sua escrita, visto que se tratam de bases de dados feitas por pesquisadores de outras áreas, como os *Religious Studies* (Ciência da Religião) ou os *Cultural Studies* (Estudos Culturais). Aqui, interpreta-se que esse é um problema da fragmentação dos saberes no campo acadêmico (MORIN, 2007), dado que conexões inerentes existem entre as disciplinas mencionadas e a Antropologia.

Essa é outra constatação encontrada acerca dos desafios de se fazer revisão de literatura sobre essa temática de estudo, porque se fragmenta demais a discussão se não houver uma reflexão mais ampla sobre por onde andam e onde são preservados os dados considerados antropológicos. É provável que existam muitas outras bibliografias se considerarmos a questão da complexidade defendida por autores já mencionados nessa dissertação.

Aqui, conclui-se que não se deve menosprezar essa literatura dos anos 2000 que percorreu o caminho inicial para que os estudos contemporâneos nessa área fossem mapeados, havendo a necessidade de revisões futuras que consigam fazer um mapeamento mais alargado sem perder o objeto de análise. O que se pode concluir é que, atualmente, cresce o número de publicações que possuem uma preocupação maior em fazer uma aproximação inter ou transdisciplinar com os campos que estudam os fenômenos infocomunicacionais dos dados abertos na *web*. Essa é uma das grandes contribuições que se pode ver de forma progressiva

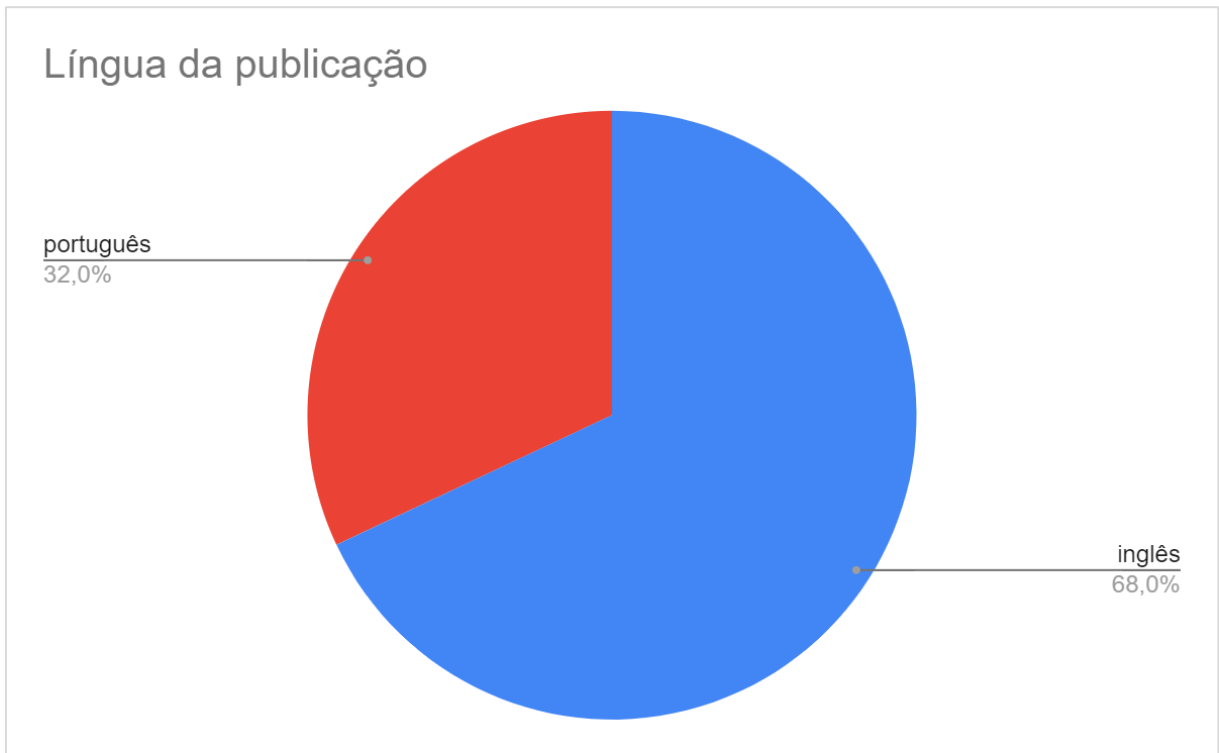
37 Esse é um caso específico pelo fato de existirem escritas em francês sobre esse projeto.

ao longo dos anos, dado que o grau de sistematização entre as áreas tem crescido de forma relevante.

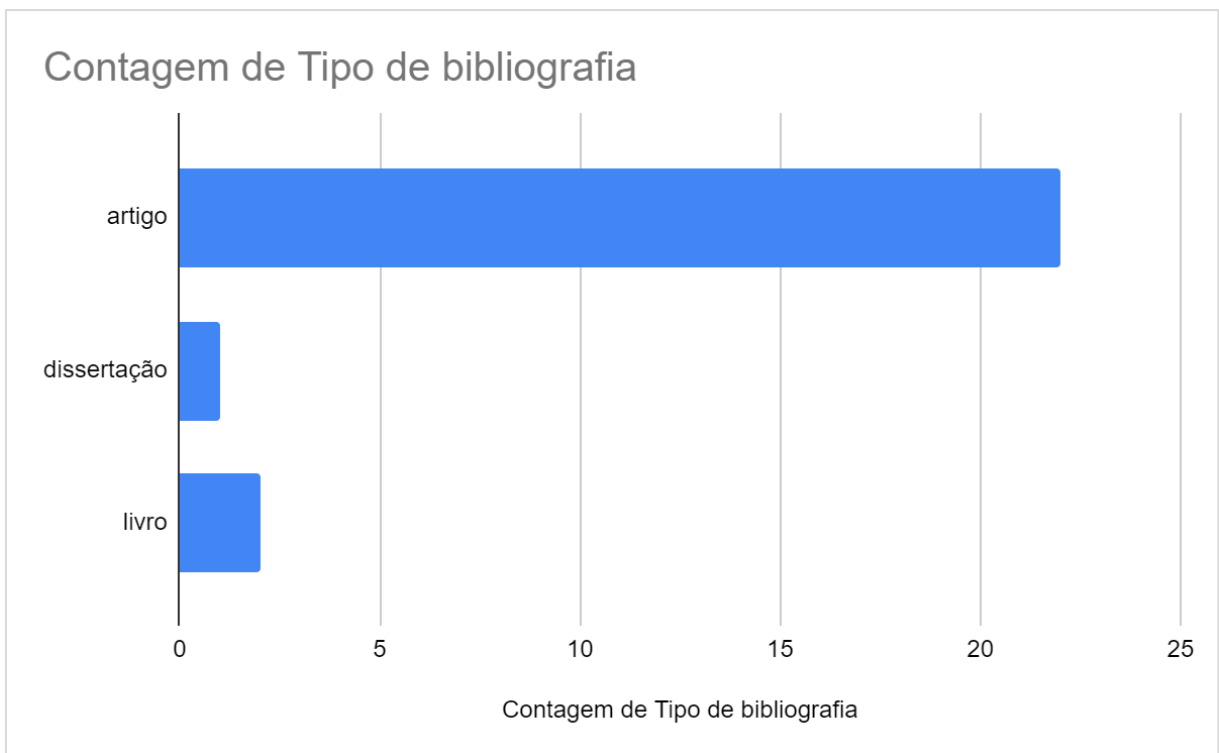
Algo que consta na maioria das produções é um grande receio dos pesquisadores da área em aderir às políticas e modelos atuais para dados abertos de pesquisa. Os únicos escritos que não possuem esse receio são feitos de forma mais disciplinar, principalmente por profissionais da área da informação. Nesses casos mais disciplinares, há uma preocupação na especificidade temática desse tipo de dado, o que geraria pesquisas sobre a construção de metainformação específica, por exemplo. Contudo, os autores desses trabalhos se mostram pouco preocupados com a dimensão relacional inerente aos dados etnográficos.

Logo, é possível constatar que a grande maioria das produções que foram feitas junto de antropólogos mostra essa consternação. Há grandes possibilidades de haver uma correlação entre essa constatação e a grande produção existente na área da Antropologia Digital ou da Cibercultura (MILLER; HORST, 2015; ESCOBAR, 2005; SEGATA; RIFIOTIS, 2016), uma área temática que une estudos comunicacionais e antropológicos como foi mostrado na seção 2.2 deste capítulo.

Isso se deve ao fato das redes sociais possuírem uma dimensão relacional muito mais óbvia do que a questão das bases de dados abertos de pesquisa. Isso não significa que não há questões comunicacionais pungentes na construção dessas bases, o que pode ser visto principalmente no grupo 01 e no grupo 03 dessa revisão de literatura.

Figura 2 - Porcentagem da língua das publicações da revisão bibliográfica

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Figura 3 - Contagem do tipo de bibliografia

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

Além disso, foi possível perceber que a literatura dessa área temática é ainda pouco desenvolvida em português. Somente oito das vinte e cinco obras foram produzidas na nossa língua, o que mostra que esse aprofundamento do debate sobre os dados antropológicos tem sido feito mais no cenário internacional do que no nacional. Essa é uma observação que está correlacionada com o avanço ainda lento na consolidação de repositórios digitais para dados de pesquisas brasileiras, fenômeno que foi visto de forma geral pelo relatório do RDP Brasil (PAVÃO *et al.*, 2018; VANZ *et al.*, 2018).

Em termos de produção científica, pode-se ver o caráter ainda exploratório da área temática pelo fato de se ter encontrado apenas dois livros e uma dissertação. Ambos os livros foram produzidos nos últimos cinco anos e a dissertação foi publicada em 2018, sendo que a dissertação não possui como foco exclusivo a discussão sobre dados etnográficos ou antropológicos (CARVALHO, 2019). Em futuras pesquisas, poderiam ser investigados mais repositórios de teses e dissertações do cenário internacional, visto que se trata de uma etapa mais profunda de investigação em busca de pesquisas maiores feitas na língua inglesa. Contudo, há grande probabilidade desse material não ser vasto.

Mesmo assim, constata-se a mesma situação dos projetos e obras não mapeados pela revisão de literatura. Existem inúmeras tentativas de criar espécies de repositórios digitais para os dados etnográficos no Brasil, como é o próprio caso do BIEV UFRGS que possui bem mais produções do que as que foram aqui mencionadas.

É também o caso do projeto Vídeo nas Aldeias (VNA) que foi iniciado em 1986 e está ativo até o momento atual da escrita dessa dissertação. Esse projeto começou como trabalho de uma ONG chamada Centro de Trabalho Indigenista e tinha como atividade principal a formação de diretores cinematográficos indígenas para que eles próprios retratassem a sua realidade.

Em meados dos anos 2000, o projeto foi inserido no Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura e recebeu apoio de vários grupos de pesquisa de universidades do nosso país, principalmente das áreas da Antropologia e da Comunicação. Atualmente, o VNA possui um *site* que contém os audiovisuais que produziram ao longo de todos esses anos³⁸ e está produzindo um acervo virtual com o *software* livre Tainacan³⁹.

Outro caso importantíssimo no Brasil é o repositório digital do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA) da Universidade de São Paulo (USP), um grupo de pesquisa

38 O site pode ser acessado aqui: <http://www.videonasaldeias.org.br/>

39 Esse repositório ainda não está no ar, mas foi referenciado como algo em construção na seção “Casos de Uso” do site oficial do Tainacan: <https://tainacan.org/blog/casos-de-uso/acervo-video-nas-aldeias/>

histórico nesse campo do saber.⁴⁰ Essa base de dados etnográficos possui quase dois mil documentos audiovisuais, vinte e quatro mil e quinhentas imagens e em torno de 700 horas de registros sonoros. Nem todos os documentos estão de fato disponíveis nessa base de dados *online*, mas há uma estrutura consolidada que mostra metadados de todos esses documentos ao usuário interessado.

Por isso, reflete-se sobre a importância de não realizar conclusões apressadas sobre o objeto de estudo. O que fica claro no caso brasileiro é que alguns projetos estão sendo desenvolvidos, mas sem essa correlação entre o campo dos repositórios digitais para dados abertos de pesquisa e a criação de bases de dados na *internet*. Muitos outros termos são utilizados, como “acervo”, “museu virtual”, “videoteca”, “filmoteca”. Isso mostra a importância de entender de forma mais alargada a questão dos repositórios de dados nas humanidades para evitar uma fragmentação das áreas do saber ao longo do desenvolvimento de políticas de ciência aberta.

*

Conclui-se, então, o segundo capítulo acerca das revisões teóricas e bibliográficas da dissertação. Com essa base, o trabalho seguirá para o terceiro capítulo em que se começará a discutir detalhadamente o estudo de caso do BIEV enquanto grupo de pesquisa da UFRGS, voltando, sempre que possível, às reflexões feitas aqui.

40 O repositório do LISA pode ser acessado em: <https://lisa.fflch.usp.br/acervo-banco-de-dados>

3 DIAGNÓSTICO DO BANCO DE IMAGENS E EFEITOS VISUAIS

Esse capítulo se refere ao diagnóstico que foi realizado sobre as diferentes tentativas de abertura dos dados etnográficos no BIEV dentro do contexto universitário da UFRGS.

A primeira seção de número 3.1 faz uma contextualização histórica do nascimento do projeto dentro da universidade. Essa descrição do contexto foi criada como parte do diagnóstico, porque mostra uma dimensão temporal que é fundamental para entendermos o contexto da UFRGS enquanto complexo universitário que produz e abriga dados etnográficos.

São trazidos vários detalhes sobre acontecimentos que antecederam a criação do BIEV, visto que isso possibilita traçar paralelos entre este estudo de caso e várias outras disciplinas das humanidades que possuem dados de pesquisa. Esse relato será aproveitado posteriormente no capítulo quatro onde serão retomadas algumas dessas questões.

A seção 3.2 realiza um diagnóstico das diferentes tentativas de criação de repositórios digitais na *web* no BIEV. Possui três subseções devido ao fato de terem sido três tentativas maiores que foram realizadas durante os últimos 20 anos: 3.2.1) BIEV-data em *Access*; 3.2.2) BIEV-data com tecnologias *open source*; 3.3.3) BIEV a partir do *software* livre Tainacan. Esses empreendimentos foram detalhados do início ao fim, mostrando como surgiram e porque não foram bem sucedidos até 2020.

Na seção 3.3, é exposto o *thesaurus* do grupo. Aqui, foi estudada a construção de uma linguagem documentária específica para dados antropológicos feitos na área da Antropologia Urbana, uma das especialidades do BIEV. Como exposto na revisão sistemática de literatura, há lacunas de pesquisas que reflitam sobre o caso de dados de áreas da Antropologia que vão além do estudo para e com comunidades tradicionais fora de contextos citadinos.

Feito isso, são expostas as variadas formas de comunicação dos dados de pesquisa na *internet* na seção 3.4. Isso foi considerado como parte importante do diagnóstico, uma vez que o grupo investiu em vários projetos de comunicação na *internet* após não ter conseguido consolidar um repositório na *web*. Além de mostrar as formas de suprir a falta de um repositório institucional, são trazidas algumas dimensões da questão relacional que essas plataformas possibilitaram em comparação com a criação das bases de dados.

Por fim, na seção 3.5, é exposta brevemente a situação atual das coleções do grupo de pesquisa. Informações adicionais sobre quais coleções o grupo possui podem ser encontradas no Apêndice I deste trabalho.

3.1 O nascimento do BIEV na UFRGS

Para começar essa seção, é importante salientar que o projeto não foi sempre o mesmo desde o início. Existe uma duração do banco de imagens dentro da universidade que é maior do que duas décadas e, por isso, é importante perceber a complexidade própria das pesquisas universitárias que são feitas por tantos anos. Assim sendo, será realizada uma apresentação a partir das memórias de uma das coordenadoras do projeto, a professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, que foram resgatadas em várias gravações feitas na pesquisa dessa dissertação.⁴¹

Tudo começa com a experiência da professora enquanto parte da equipe técnica da UFRGS. Ela fez a graduação em Ciências Sociais de 1972 a 1978. Após esse período, trabalhou na universidade como Agente Administrativa de 1980 até 1986 e atuou como Servidora Pública no cargo de Técnica em Assuntos Educacionais de 1986-1990. Por isso, é importante entender que, nesse período, ela não passou pela universidade apenas como uma aluna, mas teve uma experiência de simultaneidade entre ser servidora técnica e, ao mesmo tempo, pessoa em formação.

Houve algumas experiências importantes nessa atuação enquanto técnica. Durante o seu período de mestrado, que ocorreu entre os anos de 1981 a 1985 (quando o mestrado ainda era feito em quatro anos), ela atuou praticamente todo o período de formação como Agente Administrativa da universidade. Nesse período, ela trabalhou na área de pesquisa e extensão com Ana Maria Busko, arquiteta que trabalhava no departamento de expressão gráfica da faculdade de Arquitetura. Tratava-se de um projeto específico que almejava reunir uma base de dados das pesquisas feitas pelos professores arquitetos da universidade. De acordo com o relato da professora, existiam dois acervos muito importantes de pesquisa sobre cidades e planejamento urbano, conjuntos documentais que eram oriundos do GEDAB (arquitetura) e do GEDURBN (urbanismo).⁴² Nesse projeto, estavam sendo organizados acervos de pesquisadores importantes como Francisco Riopardense de Macedo.

Depois, principalmente no período em que trabalhou como Servidora Pública, continuou atuando como técnica na UFRGS, mas agora no Núcleo de Documentação e

41 As conversas foram feitas com a professora Ana Luiza, posto que foi ela que esteve intimamente relacionada com a criação do banco de imagens, principalmente no que se refere ao uso de tecnologias na criação das bases de dados e nos *sites* do grupo de pesquisa. De toda forma, a professora Cornelia Eckert sempre foi uma das coordenadoras do projeto junto de Ana Luiza, sendo uma pessoa fundamental na universidade para a manutenção desse projeto. Essa nota de rodapé é deixada aqui como reconhecimento desse papel, ainda que ela não tenha sido entrevistada para essa dissertação devido ao foco que foi dado nessa pesquisa.

42 O GEDAB e o GEDURB foram grupos de pesquisa dentro da UFRGS. O GEDURB ainda existe como grupo de pesquisa da universidade.

Memória Social (NDMS), um projeto especial que era ligado ao gabinete do reitor. Em 1984, Francisco Luis dos Santos Ferraz assumiu a reitoria da universidade até o ano de 1988, exatamente o período de redemocratização do Brasil. As suas ideias de gestão da universidade possuíam o mesmo espírito desse período social do país, já que a principal proposta desse reitor foi restabelecer a missão acadêmica e social da UFRGS como universidade pública e gratuita a partir de uma série de atividades, como a implementação de um grande centro cultural estabelecido no campus central.

Esse centro era dirigido pelo próprio reitor e, por isso, o NDMS era ligado diretamente ao seu gabinete através dos chamados projetos especiais. A intenção dessa forma de gestão foi criar projetos que tivessem um cunho menos burocrático e fossem diretamente voltados para alguns tipos de ações. Em suma, o NDMS foi um núcleo criado pela UFRGS para que fossem trabalhadas as múltiplas memórias da universidade e para ser um centro de documentação geral para diversos departamentos e cursos.

Apesar de não possuir esse nome, esse núcleo desempenhava o papel de um museu universitário dentro da UFRGS onde eram trabalhados importantes patrimônios científicos, como é o caso dos acervos de cursos que fundaram a universidade: a Engenharia e as Belas Artes – que dão origem à Arquitetura⁴³ –, a Medicina – que dá origem a vários campos como a Biologia – e o Direito – que dá origem à Letras, à Ciências Sociais e outras humanidades. Ao longo da sua existência, trabalharam com outros acervos importantes, como o da Comissão de História que foi reunido entre 1977 e o final da década de 1980 que possuía todas as pesquisas e memórias dos professores mais antigos daquela época, como o professor Dante de Laytano.

Esse centro foi coordenado por muitos anos por Sandra Jatahy Pesavento, uma professora e historiadora da nossa universidade que faleceu aos 63 anos em 2009. A professora Ana Luiza começou a trabalhar no centro junto de Sandra após concluir o seu mestrado em Antropologia Social em 1985 sob orientação de Gilberto Velho no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

É importante mencionar que esse contato não aconteceu só porque ela era funcionária da UFRGS. Na época, não existiam muitos doutores e doutorados na nossa universidade, e, para suprir essa demanda por pesquisadores, eram ofertadas bolsas de dois anos para mestres formados desenvolverem mais pesquisas no Brasil. Foi assim que Ana Luiza teve uma bolsa

43 Inicialmente, a Arquitetura era um curso fragmentado entre o Instituto de Belas Artes e a Engenharia. Após uma pressão de diferentes setores da sociedade, sobretudo do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS), houve a fusão do curso.

de dois anos pelo CNPq, momento em que teve experiência de trabalho com acervo e que coletou vários dados de pesquisa que depois seriam utilizados no seu doutorado.

Isso se deve ao fato do núcleo possuir muitos acervos importantes que não se restringiam à universidade, principalmente fotografias físicas e documentos diversos que versavam sobre a memória da nossa cidade. Uma das marcas da coordenação de Sandra Pesavento foram as exposições criadas pelo NDMS, uma forma comum de comunicação dos patrimônios das universidades para um público mais abrangente. Muitas imagens que o núcleo possuía e recolhia eram tratadas nesses momentos por fotógrafos que faziam parte da equipe, como Leopoldo Plentz que foi coordenador do Gabinete de Fotografia da Faculdade de Arquitetura da UFRGS entre 1980 e 1990.⁴⁴

Ana Luiza relembra que, nesse período da passagem dos anos 80 para os anos 90, considerava-se que alguns membros da equipe do NDMS estavam em desvio de função, visto que sua atuação era enquadrada como atividade de pesquisa e não como atividade de técnico da universidade. Esse é o motivo pelo qual ela acredita que a UFRGS tenha aberto concurso público para sociólogas, antropólogas e historiadoras naquela época, uma forma de regularizar a atividade desempenhada pela funcionária. Foi com isso que, exatamente em 1990, Ana se tornou oficialmente antropóloga da universidade por já ter seu mestrado na área e ter conseguido o cargo pela via do concurso público.

Porém, como característica do funcionamento das instituições de ensino superior, algumas pessoas que estavam trabalhando com esse projeto se ausentaram para dar continuidade aos seus processos de formação em regiões exteriores ao Brasil. É importante lembrar que era (e ainda é) possível realizar esse deslocamento sem que houvesse perda do emprego no serviço público da universidade. Sandra Pesavento foi uma das professoras que fez isso, ausentando-se do cargo de coordenadora do NDMS para fazer pós-doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) na França em 1990 com uma bolsa Capes. Apenas seis meses depois, Ana Luiza também se afasta do núcleo para fazer o seu doutorado como bolsista CNPq na universidade *Paris Descartes, Paris V*, período que dura de 1990-1994.

Esses períodos de afastamento de pessoas importantes tiveram impactos significativos aos andamentos dos projetos de memória e documentação na universidade. Desde 1984, já

44 Percebe-se a importância da Arquitetura como campo que muitas vezes desempenhou papéis que hoje se consideram como atuações restritas aos campos que estão situados dentro do guarda-chuva que é a Comunicação. Durante o processo de relembrar da professora, o departamento de Arquitetura é mencionado inúmeras vezes. No caso das exposições, Ana Luiza contou sobre a exposição chamada “Memória, Espaços e Vivências” que foi produzida junto de Décio Rigatti, um urbanista que fez parte da nossa universidade.

existia o Museu da UFRGS, inicialmente como órgão suplementar ligado ao gabinete do reitor (ainda no período da gestão de Ferraz) e, posteriormente, tornou-se parte da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT). Tratava-se de outro órgão que não fazia o mesmo trabalho que estava sendo feito pelo NDMS, mas, em 1993, uniu-se os dois para evitar a existência de dois corpos técnicos diferentes com missões semelhantes (ARISTIMUNHA; FAGUNDES, 2010, p. 49).

Na volta da professora Ana Luiza em 1994, o Museu da UFRGS e o NDMS já estão unificados sob coordenação de Maria Helena Bered que, na época, era diretora da faculdade de Arquitetura. Ela retornou ao Brasil para trabalhar dentro da nova estrutura do museu universitário. Anos de trabalho foram se passando e os papéis exercidos para as diferentes funções administrativas foram mudando. Em 1995, Ana Luiza assumiu a coordenação do Museu da UFRGS e trabalhou com os patrimônios diversos da universidade com outras funcionárias, como Sônia Maria Piccinini (cientista social), Ligia Ketzer Fagundes (historiadora) e Nivia Heinen (historiadora).

Ana relatou como não existia nenhuma estruturação adequada dos acervos da universidade, mesmo havendo mais de uma década de existência do Museu da UFRGS e do NDMS. Esse momento de assumir a coordenação foi fundamental para que ela percebesse certas questões que estavam por detrás de todas as exposições que eram montadas por esses grupos de trabalho criados nos projetos especiais. Se antes ela ocupava um papel importante na montagem das exposições e na coleta de alguns dados visuais para pesquisa, nesse momento ela passa a ver que existe uma situação calamitosa dos documentos nos “bastidores” da produção desse tipo de extensão feita pela universidade. Como uma memória marcante, relatou que muitas coisas importantes estavam quebradas e jogadas no chão, como os negativos em vidro que eram criados para a produção fotográfica nesses centros.

Com isso e sob sua gestão, iniciou-se um processo de organização de dois grandes fundos que geraram dois setores de trabalho:

- 1) um chamado Memória Social da UFRGS onde ficaram todos os documentos que formavam os diversos tipos de patrimônio dos cursos que foram mencionados anteriormente;
- 2) outro chamado Memória Porto Alegre que continha vários tipos de documentos sobre a cidade onde reside a universidade, incluindo materiais diversos que foram resgatados a partir da gestão de Ferraz e os acervos que foram organizados durante a coordenação de Sandra Pesavento no NDMS junto dos fotógrafos do departamento de

Arquitetura.

É fundamental mencionar que isso aconteceu com auxílio de aulas de capacitação dadas por uma professora da biblioteconomia⁴⁵ que havia voltado há pouco tempo de um período de formação no Canadá e que fora convidada para que isso começasse a ser desenvolvido nesse setor da UFRGS. Isso se deve ao fato de estarem trabalhando nesse projeto pessoas que são oriundas de diferentes cursos das Ciências Sociais que não possuíam essa formação de base em algum tipo de organização da informação. Então, a partir dessa cooperação interdisciplinar, formaram-se esses acervos que até hoje estão no Museu da UFRGS com um tipo de organização semelhante, como se pode ver no seu *site*.⁴⁶

Depois de alguns anos na coordenação, a professora Ana sai do museu e se transfere enquanto antropóloga da universidade para o departamento do IFCH junto de Rosemari Nunes Feijó (conhecida como Rose), que foi uma gestora pública da UFRGS. Entretanto, diferente de Rose, deslocou-se para trabalhar no Programa de Pós-Graduação da Antropologia Social (PPGAS), especificamente no Laboratório de Antropologia Social (LAS). Isso não aconteceu só por causa da formação da pesquisadora, mas porque sua colega de mestrado e doutorado chamada Cornelia Eckert estava trabalhando há alguns anos no departamento como professora após conseguir o cargo pela via do concurso público.

Cornelia já estava atuando como coordenadora do Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) desde 1994, núcleo que havia sido coordenado anteriormente por Ondina Fachel Leal pelo fato de ter sido a primeira pesquisadora das Ciências Sociais da UFRGS a trabalhar com imagens. Ondina fez sua dissertação sobre a recepção da “novela das oito” da Rede Globo e, durante seu processo de pesquisa, atuou como fotógrafa na casa das pessoas que consumiam a novela da época (ECKERT; ROCHA, 2020, p. 12) – um tipo de pesquisa que une o estudo de recepção na área da Comunicação e a produção da Antropologia Visual de fotografar no trabalho de campo.

Esse deslocamento da professora Ana Luiza para o laboratório fez com que ela tivesse mais contato com esses saberes e começasse a produzir sob a rubrica dessa área temática. No

45 Como qualquer pesquisa que envolve oralidade, há algumas dificuldades em resgatar detalhes específicos, como nomes de algumas pessoas. Há a possibilidade de ter sido a bibliotecária da UFRGS chamada Ana Lúcia Wagner, um nome que foi lembrado por Miriam Loss, a atual bibliotecária-chefe da universidade, com auxílio da professora Jeniffer Cuty.

46 Não existe um catálogo acessível do Museu da UFRGS para que se possa saber com mais detalhes o que permaneceu dessa organização e isso pode ser afirmado pelo fato do pesquisador deste projeto ter entrado em contato diretamente com funcionários do museu por *e-mail* em 2021. Contudo, é possível ver algumas das coleções que existem nesse acervo no seu *site* que está disponível em: <https://www.ufrgs.br/museu/acervo/>

entanto, ao invés de fazer o trajeto que estava sendo feito por muitos(as) pesquisadores(as) brasileiros nesse campo (fazer trabalho de campo com recursos visuais), todas essas experiências anteriores da professora fizeram com que ela tivesse pensado um projeto em uma outra direção: o do acesso à informação.

É importante mencionar que ela havia feito um acúmulo grande de dados visuais sobre Porto Alegre (principalmente fotografias e textos) durante três períodos de atuação na universidade: 1) na bolsa de pesquisa de dois anos após o mestrado; 2) na produção de sua tese na *Universidade Paris V, Sorbonne*, sobre a instalação da civilização urbana no sul do Brasil a partir de uma “estética da desordem” (ROCHA, 1994); 3) na coordenação do Museu da UFRGS com a organização da grande coleção chamada Memória Porto Alegre. A professora Cornelia também possuía um acervo grande de dados multimídia sobre mineiros de carvão, seu tema de estudo no mestrado e no doutorado (ECKERT, 1985; 1991), sendo que a organização do acervo da tese foi auxiliada pela professora Ana por possuir experiência como técnica da universidade.

Logo, esse grande conjunto de documentos (que não poderia ser aberto à sociedade através das tradicionais formas de publicação acadêmicas) gerou essa inquietação, incômodo que já vinha das experiências anteriores relatadas. Ana Luiza não falou apenas que o incômodo vinha do trabalho feito dentro da própria UFRGS, mas de todos os locais em que ela tentava acessar documentos para realizar pesquisa nas décadas de 1980 e 1990, como a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Planejamento Urbano e os museus da cidade. Por isso, nasce o banco de imagens enquanto uma atuação de pesquisa dentro da área temática da Antropologia Visual em 1997 a partir do projeto integrado chamado “Estudo antropológico de itinerários urbanos, memória coletiva e formas de sociabilidade no meio urbano contemporâneo”.

Não se pode esquecer que as tecnologias digitais na época não eram tão acessíveis e nem tão desenvolvidas quanto são hoje, momento de escrita desta dissertação. Por isso, essa contextualização da época é importante, já que não havia um discurso próprio sobre repositórios digitais ou sobre dados de pesquisa abertos na *internet*.

Se já havia essa dificuldade de haver políticas de investimento para conservação e preservação em instituições em geral, é claro que não havia uma discussão sobre preservação digital de documentos, dado que tudo isso era muito recente no Brasil. Então, o movimento de criação do BIEV enquanto projeto na UFRGS se deu por uma vontade de comunicação acima de tudo. Em outras palavras, a intenção da professora era permitir o acesso de alguma forma, sendo a *internet* vista como um meio emergente para realizar essa abertura para além dos

muros da universidade justamente por ser desterritorializante por essência.

De igual forma, não se tinha consciência de que se estava criando um repositório de dados de pesquisa ou mesmo ações de comunicação científica e isso é importante de ser mencionado, porque a própria professora relatou que foram movimentos intuitivos sendo realizados. Havia uma vontade de suprir uma lacuna de acesso, uma intenção de realizar a abertura de documentos que estavam sendo acumulados em pesquisas, mas o discurso consciente sobre isso é algo que foi sendo formado paulatinamente, principalmente a partir dos questionamentos feitos pelo pesquisador desta dissertação nas entrevistas semi-estruturadas.

Com isso, foi criado esse projeto de cunho híbrido entre ser o que se denomina comumente como pesquisa científica na área das humanidades e uma atuação técnica na criação de um projeto que vai além da produção escrita. Claramente, isso já estava em consonância com a visão sobre o que é pesquisar na Antropologia Visual: é através da técnica de captação de imagens e sons que se começa a produzir um conhecimento que vai além da transcrição das informações para criação de escritos acadêmicos. Mas, diferente dessa produção diretamente ligada com o trabalho de campo, o BIEV foi projetado para ser um espaço de experimentação que tentaria criar esse repositório digital de forma simultânea à produção de etnografias visuais pelos alunos que ali passassem e pelas próprias coordenadoras.

3.2 As diferentes tentativas de criação de repositórios digitais na *web*

Com essa contextualização, pode-se avançar no diagnóstico das produções do grupo ao longo dos últimos anos, iniciando com as tentativas de construção de bases de dados multimídia e dos repositórios digitais na *web*.

3.2.1 A primeira tentativa: BIEV-data em *Access*

A primeira base de dados foi chamada de BIEV-data e foi construída a partir do *Access*, um *software* fechado escrito com a linguagem de programação *Basic* a partir da interface gráfica do *Visual Basic*.⁴⁷

47 O *Access* teve seu primeiro lançamento em 1992 e continua ativo no momento atual. Trata-se de um gerenciador de banco de dados criado e mantido pela *Microsoft* que possui uma interface gráfica amigável aos usuários para trabalho com o *Microsoft Jet Database Engine*.

Para iniciar essa base de dados, foi contratado um profissional externo à universidade, uma pessoa que era programadora e que pertencia à rede de profissionais do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA) no qual Ana Luiza atuava.⁴⁸ Essa primeira experiência começou em 1997 com o intuito de criar uma base de dados especificamente sobre Porto Alegre, porquanto a Antropologia Urbana sempre foi o enquadramento das pesquisas realizadas por ambas as coordenadoras do projeto. Aqui já se percebe que pulsava uma intenção de abrir materiais de pesquisa que falavam sobre uma mesma área temática, o que diferia bastante da atuação que estava sendo feita no Museu da UFRGS.

Por isso, iniciou-se a construção da base de dados a partir de todo o material que a professora Ana havia colhido durante sua trajetória de pesquisa. Esses acervos possuíam principalmente textos diversos (provenientes de livros de literatura, de cronistas da cidade, de jornais e revistas – principalmente a revista do Globo) e as fotografias da coleção Memória Porto Alegre que foram organizadas no museu da universidade.

Apesar dessas dificuldades tecnológicas, a ideia das pesquisadoras não era apenas trabalhar documento a documento para haver metadados que poderiam auxiliar na recuperação da informação nessa base de dados. Existia uma preocupação com a interface do programa e com a possível interação do usuário com diversos documentos diferentes. A ideia era fazer uma composição onde a fotografia era o centro (suporte esse que possuía metainformação nesse sistema) e os textos se acoplavam a elas como documentos que se relacionam com as imagens. Nessa primeira construção, os textos não tinham metadados, mas eram acompanhados de suas referências bibliográficas.

Assim sendo, o primeiro projeto feito em *Access* foi criado para tentar mostrar um ruído de diferentes mídias que registravam alguma faceta da cidade em diversos tempos. A ideia era evitar uma narrativa histórica e patrimonial, já que se almejava mostrar as diferentes sobreposições de tempos da cidade – uma questão fundamental das teorias utilizadas pelo grupo para entender o fenômeno da memória humana. Por isso, é possível perceber que, mesmo na base de dados local, existiam questões comunicacionais que estavam sendo pensadas, extrapolando o que comumente se denomina como um problema informacional.

Os *sites* propriamente ditos do grupo começaram a ser feitos somente após a consolidação dessa primeira base de dados, posto que o *Access* só funcionava em ambiente

48 Profissionais externos à universidade sempre vão ser salientados nessa dissertação (mesmo que seus nomes não sejam lembrados em alguns momentos), posto que isso é um indicativo de que a UFRGS tem dificuldade de se retroalimentar com os saberes que produz de forma inter ou transdisciplinar.

offline. A intenção do grupo não era só organizar uma base para acesso local, porque, desde a fundação do grupo, as pesquisadoras desejavam utilizar a *internet* como meio de abertura do conhecimento produzido pela universidade. Por isso, separaram dois projetos diferentes com desenvolvimento simultâneo, um chamado BIEV-data (já explicado anteriormente) e um denominado BIEV-site (que seria o repositório digital e *online* do grupo).

A primeira versão do BIEV-site foi criada aproximadamente em 2000-2002, alguns anos depois do início dos trabalhos com o *Access*.⁴⁹ Nessa época, a *internet* estava ainda começando e o campo do *webdesign* ou do design de interfaces dentro dos estudos de Comunicação e Informação existia de forma embrionária. O curso de Design não existia na UFRGS, pois o mesmo foi criado somente em 2005 como derivação das pesquisas de alguns engenheiros e arquitetos da universidade. Assim, para poder construir a interface do *site* que iria mostrar o acervo, foi chamado Luiz Antônio Carvalho da Rocha (mais conhecido como Nico) que é arquiteto e artista plástico, mestre em Comunicação e Informação e doutor em Poéticas Visuais pela UFRGS.

Novamente, neste novo projeto, foi chamado um programador chamado Sérgio que era contato da rede das professoras e que era um profissional externo à universidade. Com isso, iniciou-se a construção da plataforma, mas não se fez a transposição da base de dados que estava em *Access* para algum outro sistema que fosse *online*. Ao invés disso, foi estruturada uma outra base de dados com uma organização da informação diferente. Foram separados quatro acervos distintos para esse repositório (artefatos, cenas, lugares e personagens) em que foram categorizados os documentos do grupo. Esses quatro acervos ficavam dispostos na tela de consulta do usuário e, quando se clicava neles, aparecia uma série de subcategorias dentro de cada um. Quando o usuário clicava nos termos, diferentes telas de interação apareciam dependendo do que foi selecionado, não havendo uma única interface.

Dentro de artefatos, encontrava-se os seguintes termos para interação: criações; escultura; pintura; desenho; mapa; escritura; foto; gravura. Em cenas, podia-se selecionar cenas públicas e cenas privadas da cidade, sendo que apareciam os seguintes termos quando se clicava em cenas públicas: catástrofes, identidades, ritmos e tensões. Ao lado esquerdo da tela, havia uma coluna de cubos desenhados com um período de datas escrito em uma de suas facetas. Neles, podia-se selecionar um período de tempo de forma simultânea, funcionando como um filtro do repositório que se estava acessando. Os períodos eram de cinquenta anos, começando em 1700-1750 e indo até 2000-2050.

49 De 2001 a 2002, as coordenadoras estavam fazendo pós-doutorado na Universidade Denis Diderot em Paris sobre Antropologia e registros sonoros, o que também afetou a produção desse projeto.

O programa utilizado foi criado para Windows 98 e, até hoje, roda apenas nesse sistema operacional, sendo difícil sua recuperação para poder analisar com mais detalhes como esse *site* foi criado.⁵⁰ Contudo, a professora Ana Luiza relatou que, ainda que o projeto estivesse pronto para ser hospedado em um servidor e finalmente estar na *web*, ele não foi colocado em ambiente *online* porque aconteciam muitos problemas técnicos nessa transposição. É curioso notar o nível de tecnologia que existia nessa época, pois a professora relatou que não existia nem o *Adobe Flash Player* para criação de *sites*, uma ferramenta que foi central para o desenvolvimento da *web* dos anos 2000 e que, hoje, já está em desuso.

Não existe um *backup* dessas bases de dados iniciais. Existe um computador com Windows 98 instalado onde está tanto a base criada em *Access* quanto o BIEV-site. No momento atual, momento de pandemia e de impossibilidade de estar nos campi presencialmente, esse computador está fora da universidade, uma vez que a profissional Sandra Piccinini (que trabalhou no NDMS e no Museu da UFRGS) está trabalhando com alguns dados de forma voluntária devido ao risco de perda dos documentos.

3.2.2 A segunda tentativa: BIEV-data e BIEV-site com tecnologias *open source*

Antes de falar sobre a segunda tentativa do banco em si, é importante mencionar que um dos motivos dessa transformação do projeto aconteceu devido à influência forte de trabalhos que estavam sendo feitos fora do Brasil e que foram conhecidos a partir do pós-doutorado sob orientação de Jean Arlaud em 2001-2002. Nesse momento, as pesquisadoras conheceram o projeto chamado *First Australians* pela via da antropóloga Barbara Glowczewski (2007), uma pesquisadora que foi referência na primeira década dos anos 2000 no trabalho com o que se chamava de Antropologia em Hipertexto (incluindo nesse termo DVDs – interativos ou não –, CD-ROMs e *sites* em geral).

O *First Australians* era um *site* que foi criado no início dos anos 2000 como uma forma de dar restituição dos trabalhos feitos na Antropologia Visual com os povos aborígenes da Austrália, visto que nessa época havia uma discussão muito forte sobre comunicar os documentos de pesquisa para tirar essa autoridade dos pesquisadores em relação aos registros feitos sobre a vida dos outros.⁵¹ Na época, esse projeto foi feito com várias parcerias de

50 A professora não soube relatar especificamente quais foram as tecnologias utilizadas. Apesar disso, foi possível entender que não foi utilizado um *software* já existente para a construção de alguma base de dados na *web* naquela época. O grupo que trabalhou nesse projeto tentou criar todo o sistema, desde a interface até a sua base informacional, para tentar atingir uma experiência ao usuário específica.

51 Isso pode ser visto como resultado do desenvolvimento de várias produções na área da Antropologia que

Organizações Não-Governamentais (ONGs) e com reconhecimento da UNESCO. O apoio também era dado pelo próprio governo australiano como forma de reparação histórica devido ao reconhecimento do genocídio feito pela colônia britânica e pelos imigrantes europeus oriundos de diversas regiões.

Esse *site* funcionava como uma espécie de repositório digital no início dos anos 2000. Havia documentos de vários tipos de mídia autorais das pesquisas antropológicas, mas também uma série de outros documentos que precisavam ser comunicados para reparar as catástrofes criadas pelo sistema colonial. Por isso, eram divulgados nesse *site* filmes de época que versavam sobre o assunto e fotografias antigas que mostravam situações sensíveis – como o caso de crianças aborígenes que haviam sido criadas por brancos após a dizimação de suas famílias. Contudo, não se restringia somente a dimensão do sofrimento, já que mostrava vários tipos de documentos que versavam sobre a complexidade dos “primeiros australianos” antes e durante o impacto colonial.

Depois da volta do pós-doutorado, as pesquisadoras queriam tentar aprimorar o projeto e retomar a ideia do repositório *online*, agora com inspiração no *First Australians*. Então, antes de migrarem para a segunda tentativa, os pesquisadores começaram a perceber a necessidade de trabalhar com mais tipos de mídia e diferentes tipos de cadastro, e o banco em *Access* havia sido criado especificamente às fotografias e aos textos como foi mencionado anteriormente. Nesse momento, o grupo já estava acumulando um acervo etnográfico bem considerável de registros audiovisuais e captações sonoras, mídias que não foram trabalhadas na primeira tentativa de criar essa base de dados.

Essa transição foi acontecendo aos poucos a partir de 2003 aproximadamente. Nesse momento, o BIEV já possuía alguns computadores que haviam sido adquiridos especificamente para criar ilhas de edição desses materiais, sendo que a maioria dos aparelhos eram *Macintosh* da *Apple*. Assim, os novos tipos de documentos que estavam sendo criados foram sendo organizados no próprio sistema operacional com ferramentas básicas: utilizava-se algum programa específico para trabalhar com essas mídias nessa época, mas nenhum pesquisador soube dizer qual era esse *software* exatamente. As fotografias e os textos continuavam sendo trabalhados em *Access* no computador com Windows 98.

O que importa constatar aqui é que foi se fragmentando a forma de tratamento dos

abordaram o tema da invenção da cultura do “outro”, normalmente por pessoas brancas que tem acesso às universidades ocidentais. Como exemplo disso, pode-se ver o texto de Roy Wagner (2018) que fala sobre a invenção do próprio conceito de cultura que, muitas vezes, serviu como forma de estagnar populações diversas em uma única forma de ser, enquanto o branco sempre se percebeu como parte de uma sociedade que modifica suas formas de viver ao longo do tempo e das gerações.

documentos de pesquisa do grupo. A base em *Access* foi perdendo o seu uso paulatinamente por três motivos principais: em primeiro lugar, a questão da expansão das mídias produzidas em pesquisas etnográficas que estavam sendo feitas; em segundo lugar, o programa era pago e estava sendo utilizado somente para alguns acervos, ficando restrito à única máquina que o BIEV possuía que tinha Windows 98; por fim, pela falta de possibilidade de criar um repositório digital na *web* com esse *software*, o que sempre foi a intenção primeira do grupo.

Assim, esse período foi um momento em que os pesquisadores foram utilizando o que tinham disponível e de forma mais intuitiva, sem que houvesse um programador ou um profissional da informação acompanhando o projeto. Foi só em 2007 que o grupo entrou em contato com Guilherme Deporte de Andrade que, na época, era estudante de Sistemas de Informação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Nesse ano, Guilherme entra para o BIEV como bolsista voluntário para retomar o projeto do banco e unificar os esforços que estavam sendo feitos de forma fragmentada. Atuou no projeto até 2009, desenvolvendo o banco por dois anos.

Na primeira atuação de Guilherme, ele utilizou programas que são *softwares* de código aberto (também chamados de *Open Source* na língua inglesa) devido ao que estava acontecendo com o banco criado em *Access*. Com isso, desenvolveu um banco de dados *MySQL* com linguagem de programação *PHP* que era gerenciado de forma local pelo *phpMyAdmin*. A única parte do projeto que utilizou *software* pago foi o desenvolvimento da interface dos programas, porque essa etapa do projeto foi desenvolvida com auxílio das primeiras versões do *Adobe Dreamweaver*.⁵²

Diferente da primeira base de dados, esse projeto foi criado para que fossem registrados quatro diferentes tipos de mídia de forma independente: 1) Foto; 2) Som; 3) Texto; 4) Vídeo. No registro das mídias, era possível fazer *upload* de um arquivo específico e preencher metadados para esse documento. Não foi utilizada nenhuma padronização de metadados e não houve uma reflexão específica sobre interoperabilidade de sistemas informacionais, porquanto não foi feito esse nível de aprofundamento interdisciplinar nessa segunda tentativa de consolidação do projeto.⁵³

Mesmo assim, é possível perceber que o grupo tentou criar um esquema de metadados

52 No momento de escrita desta dissertação, o *Dreamweaver* é um programa da *Adobe* que continua sendo desenvolvido e atualizado por essa empresa. Inicialmente, ele se chamava *Macromedia Dreamweaver*, porque era pertencente à empresa *Macromedia*. Essa empresa foi comprada pela *Adobe* em meados de 2005, o que fez com que o *Dreamweaver* tomasse outros rumos de desenvolvimento.

53 É importante não esquecer a época em que isso estava sendo produzido. As discussões sobre interoperabilidade e padronização foram se tornando mais comuns no Brasil com o passar dos anos. Além disso, todo o sistema foi produzido com ajuda de apenas um bolsista.

que possibilitasse o registro adequado dos dados de pesquisa da Antropologia Visual especificamente. Isso pode ser visto especialmente para a questão dos dados etnográficos e para os diferentes tipos de mídia. Por isso, foram criadas tabelas a seguir que mostram o tipo de preenchimento que existia nesse banco:

Tabela 2 - Metadados gerais do segundo banco de dados do BIEV UFRGS (continua)

Nome do campo	Descrição
Título da mídia	Texto curto para dar um título ao documento
Autor da mídia	Texto curto com o nome completo do(a) autor(a) da mídia
Descrição do Original	Descrição textual do documento original com até 90 caracteres, contando espaços
Descrição Técnica	Descrição textual da técnica de captura do registro com até 250 caracteres, contando espaços
Descrição Assunto	Descrição textual do assunto do documento com até 250 caracteres, contando espaços
Personagens	Descrição textual de quem eram as pessoas que estavam nos documentos etnográficos coletados com até 250 caracteres, contando espaços
Cenário	Descrição textual de quais são as cenas presentes nos documentos etnográficos coletados com até 250 caracteres, contando espaços
Fonte	Lista de seleção com as coleções etnográficas criadas pelo grupo. Cada item da lista continha nome da coleção, projeto de pesquisa, coordenador e ano
Fundo de Origem	Lista de seleção com o projeto de pesquisa de onde se originou o documento ou com a instituição de onde foi coletado o documento para realização de pesquisas
Estado	Lista de seleção com os estados do Brasil
Cidade	Texto curto para nome da cidade
País	Texto curto para nome do país

Tabela 2 – Metadados gerais do segundo banco de dados do BIEV UFRGS (final)

Nome do campo	Descrição
Instituição	Lista de seleção com instituições que poderiam estar implicadas nos documentos
Localização	Descrição textual da localização do documento de forma mais livre com até 250 caracteres, contando espaços
Orientador	Lista de seleção com nome dos orientadores dos projetos de pesquisa
Equipe	Local de preenchimento onde era possível adicionar campos específicos para descrever a equipe caso se desejasse. Os campos eram: Captação de Imagem; Captação de Som; Digitalização; Direção; Edição de Foto; Edição de Som; Edição de Texto; Edição de Vídeo; Operador de Luz; Produção; Roteiro; Trilha.
Data da Fonte	Data exata da fonte no formato dd/mm/aaaa
Ano do documento	Caixa de texto para preenchimento numérico
Época do Documento	Texto curto para preenchimento da época
Descritor	Texto curto para preenchimento do identificador alfanumérico do documento seguindo padronizações criadas pelo grupo
Usuário responsável pelo cadastro	Texto curto para preenchimento do usuário que fez o cadastro do documento

Fonte: Capturas de tela do BIEV-data, 2009

Tabela 3 - Metadados específicos para as fotografias do segundo banco de dados do BIEV UFRGS

Nome do campo	Descrição
Formato original da mídia	Lista de seleção com tipos de fotografias e seus formatos, como Fotografia em P&B ⁵⁴
Gênero da mídia	Lista de seleção com as opções: retrato; foto-reportagem; ensaio; exposição; registro etnográfico
Subgênero da mídia	Lista de seleção com as opções: descrição de rede social; relato de observação participativa; anotações sonoras de campo; notas visuais de campo; observação participante; cenários e lugares; técnicas e materiais; formas de sociabilidade; gestos e ações; rostos e personagens; performances; atos de conversação; posturas corporais.

Fonte: Capturas de tela do BIEV-data, 2009

Tabela 4 - Metadados específicos para os vídeos do segundo banco de dados do BIEV UFRGS

Nome do campo	Descrição
Formato original da mídia	Lista de seleção com tipos de vídeos e seus formatos com as seguintes opções: VHS SLP; VHS SP; Super-8; Mini-DV; VHS PAL-M; Gravação TV; Vídeo do Youtube
Gênero da mídia	Lista de seleção com as opções: reportagem; clipe; registros; registro etnográfico; notas visuais de campo; relato de observação participante; descrição de rede social; narrativa biográfica; relato de itinerários; formas de sociabilidade; trajetória social; testemunho; depoimento; conversação; relatos de lendas; planos
Subgênero da mídia	Lista de seleção com as opções: notas visuais de campo; relato de observação participante; descrição de rede social; narrativa biográfica; relato de itinerários; formas de sociabilidade; trajetória social; testemunho; depoimento; conversação; relatos de lendas

Fonte: Capturas de tela do BIEV-data, 2009

54 Aqui, não se expôs todas as opções porque elas não existiam nas capturas de tela que foram feitas, única forma de registro que foi possível acessar desse banco de dados.

Tabela 5 - Metadados específicos para os sons do segundo banco de dados do BIEV UFRGS

Nome do campo	Descrição
Formato original da mídia	Lista de seleção com tipos de vídeos e seus formatos, como, por exemplo, fitas K7 ⁵⁵
Gênero da mídia	Lista de seleção com as opções: música; novela; reclame; jingle; discurso; crônica; documentário; registro etnográfico; i-son
Subgênero da mídia	Lista de seleção com as opções: anotações sonoras de campo; relato de observação participativa; descrição de rede social; narrativa biográfica; relato de itinerários; formas de sociabilidade; trajetória social; testemunho; depoimento; conversação; relatos de lendas

Fonte: Capturas de tela do BIEV-data, 2009

Esses campos expostos em formato de tabela constituíam a primeira etapa de cadastramento do documento, sendo a etapa mais extensiva em termos de documentação. Após esse preenchimento, havia outro para finalizar o cadastro que se chamava “relacionamentos”. Nessa etapa, devia-se inserir o documento em apenas uma “constelação” – nome o que o BIEV dava para coleções de documentos específicas que eram criadas a fim de agrupar registros que versavam sobre um grande assunto de discussão. Como exemplo disso, pode-se mencionar as constelações “Crise e Catástrofe” e “Trabalho” que existiam nesse banco. Além disso, devia-se categorizar o documento de acordo com um *thesaurus* específico que foi criado e que se mantém até hoje com poucas alterações. A questão específica do *thesaurus* será abordada em uma seção posterior desse capítulo.

Com esses dados expostos, é possível perceber que o grupo poderia ter se beneficiado com a criação de um esquema de metadados que fosse interoperável e com discussões mais interdisciplinares. Contudo, também é possível ver que muitos campos de preenchimento foram criados para que o grupo tentasse concretizar a base de dados feita em pesquisas na área da Antropologia Visual e da Antropologia Urbana, questão nova de pesquisa que existe pouca produção bibliográfica concretizada. Por isso, apesar dos problemas que possuía, essa segunda tentativa de criar esse repositório digital foi uma expressão das múltiplas reflexões

⁵⁵ Aqui, não se expôs todas as opções porque elas não existiam nas capturas de tela que foram feitas, única forma de registro que foi possível acessar desse banco de dados.

que os grupos foram fazendo com as equipes que conseguiam formar, muitas vezes com suporte técnico que provinha de fora da universidade.

Diferente da primeira base de dados, esse projeto foi feito para ser colocado na *internet* desde o início, já que foram escolhidas tecnologias mais condizentes com a criação de *sites* na época. Mesmo assim, o acesso a essa base de dados criada nunca aconteceu de fato. Foi feita uma plataforma para o grupo de pesquisa por Guilherme Andrade, mas se tratava de um *site* que continha informações básicas do BIEV para fazer uma comunicação sobre os projetos que haviam sido desenvolvidos, com os pesquisadores que passaram pelo grupo, entre outras informações relevantes. O repositório em si nunca foi para a *web* por diferentes motivos que podem ser aqui elencados.

Um deles é o fato de nunca ter sido disponibilizado espaço suficiente para essa transposição dentro do servidor da UFRGS. Por isso, a base de dados sempre foi desenvolvida no computador da sala do grupo de pesquisa de forma *offline* devido a essa falta de espaço. Como até hoje, a UFRGS nunca teve um controle e uma padronização dos *sites* que são produzidos pelos seus departamentos e grupos, deixando essa questão comunicacional livre para ser resolvida pelos(as) pesquisadores(as) e funcionários(as) da universidade. Por isso, Guilherme (assim como muitos outros bolsistas) tiveram a liberdade de desenvolver esse sítio do BIEV sem regulamentações e normativas de padronização, mas esse espaço sempre era dado pela UFRGS como uma oportunidade de comunicação e não de comunicação somada a abertura de bases de dados de pesquisa.

Em segundo lugar, Guilherme se afastou depois de 2009 e o projeto ficou sem nenhum profissional que tivesse competências em sistemas digitais para dar seguimento ao projeto. Outros bolsistas entraram para dar continuidade especificamente a essa segunda base de dados, mas a professora Ana Luiza relata que nenhum conseguiu realmente ocupar o papel que foi desempenhado pelo aluno da PUCRS. Guilherme voltou a atuar no BIEV de forma breve em 2014 em consequência dessa dificuldade, tendo a intenção de capacitar outros alunos para dar continuidade à base de dados etnográficos. Todavia, essa situação nunca foi plenamente resolvida e nenhum aluno conseguiu sustentar o projeto, o que fez com que essa segunda base de dados tenha parado de ser desenvolvida.

3.2.3 A terceira tentativa: BIEV Tainacan

Foi somente em 2020 que o grupo retomou suas atividades com a intenção de construir um repositório digital disponível na *internet*. É necessário dizer que o grupo só retomou esse projeto devido ao impacto que a produção dessa dissertação gerou na equipe durante seus dois anos de produção, visto que o pesquisador deste projeto se manteve ativo e presente nas discussões do BIEV como colaborador. Ao saberem do tema da dissertação, as coordenadoras do projeto solicitaram algumas oficinas para com o grupo sobre repositórios digitais e abertura de dados de pesquisas na *internet* e aceitou-se esse convite como forma de dar uma contrapartida em relação a toda coleta de dados que se estava fazendo.⁵⁶

Em 2020, o autor deste artigo ofertou dois cursos de curta duração em ensino remoto para sensibilização e capacitação dos membros do grupo atual para abordar dois tópicos principais: 1) o conhecimento e a utilização do *software* livre Tainacan,⁵⁷ um programa brasileiro desenvolvido para criação de repositórios digitais diversos para qualquer tipo de mídia; 2) a criação de documentação dos dados das pesquisas sendo desenvolvidas por esses(as) antropólogos(as) a partir da padronização *Dublin Core*,⁵⁸ assim como produção de documentação para pesquisas que estão guardadas digitalmente nos equipamentos do grupo de pesquisa. Em suma, as oficinas diziam respeito ao cuidado em organizar e criar documentação em ambiente digital e *off-line* em tabelas *Excel* e à utilização do Tainacan para criar um repositório digital na *web* – ou seja, um repositório que tem como missão a organização e a comunicação desses materiais na *internet*.

Isso está sendo exposto aqui por se tratar de um dado de pesquisa, posto que inúmeros anos se passaram sem amparo da universidade até que o projeto fosse reiniciado devido ao

56 A oficina criada só foi possível devido à contribuição de Jeniffer Cuty que é professora associada lotada no Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. A aproximação com o Tainacan e com os materiais didáticos oferecidos pela equipe que dirige o desenvolvimento deste programa se deu por causa da generosidade da professora em fazer uma contribuição em outra área do conhecimento dentro da universidade.

57 De acordo com a Wikipédia do Tainacan, o nome faz alusão à lenda indígena do deus das constelações, trazendo a percepção da dimensão do espaço e de suas múltiplas possibilidades de conexões. O *software* livre Tainacan é desenvolvido a partir de resultados de pesquisas científicas e da experiência com a implementação em instituições parceiras, sendo uma ferramenta flexível para *WordPress*, que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com todos os requisitos de uma plataforma profissional para repositórios (TAINACAN, 2021).

58 O *Dublin Core* é um esquema genérico de metadados que permite descrever vários tipos de documentos digitais, como fotografias, imagens, sons, vídeos, textos e mesmo sites na *web*. Ele foi criado pela *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI ou Iniciativa Dublin Core Metadados) que é uma organização de profissionais e pesquisadores que se dedica a criar padrões de metadados para serem utilizados em diferentes projetos e a desenvolver vocabulários especializados. A sua utilização é sugerida pela equipe que coordena o projeto do Tainacan, dado que o *Dublin Core* permite que diferentes repositórios digitais conversem entre si por possuírem o mesmo tipo de metainformação.

trabalho voluntário oferecido. Logo, isso precisa ser exposto para que se entenda inclusive a forma como foram retomados os projetos até a consolidação dessa última base de dados que foi criada.

O trabalho em grupo da equipe foi feito por um pouco mais de um ano após as oficinas ofertadas. Nesse novo projeto, existem atualmente 550 documentos disponibilizados na *internet*.⁵⁹ Os documentos estão separados em coleções que foram criadas por diferentes tipos de mídia: 1) coleção “Fotografias” com 222 itens; 2) coleção “Textos” com 163 itens; 3) coleção “Som” 103 itens; 4) coleção “Documentários e Jogos” com 47 itens. Foi criada a quarta coleção da lista anterior porque se entende que os produtos comunicacionais prontos (como os documentários feitos pelo grupo) fazem parte de outra mídia que é diferente dos outros dados de pesquisa, como as fotografias. Além disso, não existe a coleção de vídeos por se tratar do acervo mais complexo e menos organizado do BIEV, sendo que eles estão disponíveis somente no formato de documentários.

É importante mencionar que esse repositório está em um servidor da UFRGS atualmente, mas os dados em si não estão. Isso se deve ao espaço que foi concedido pela universidade para o projeto, mesmo problema mencionado anteriormente em todas as tentativas de abrir esses dados. No momento desta escrita, a universidade disponibilizou apenas um *site* que possui 700 MB para armazenamento, o que é longe do suficiente para abrigar os dados de pesquisa. Por isso, o grupo começou a utilizar o *Google Drive* como ferramenta externa à universidade para conseguir colocar os seus documentos e, assim, adicionar um *link* de acesso nesse sítio disponibilizado pela UFRGS. Existem também outras produções que estavam em *sites* como *YouTube* e *Vimeo* e foram puxadas para dentro do repositório com os seus respectivos *links*, mas isso será explorado com mais afinco na próxima seção.

A grande maioria dos itens foi adicionada por Manoela Laitano, uma graduanda do curso de Ciências Sociais que possuía bolsa de Inovação Tecnológica – a única bolsa que o grupo possui para trabalhar no grupo de pesquisa no momento atual. Isso se percebe não só pelas observações que foram feitas para e com o grupo, mas também devido ao número de documentos adicionados pela estudante que são oriundos das coleções etnográficas que estiveram responsáveis por ela. Do total, 334 documentos do repositório são da coleção “O Santuário da Desordem” que é proveniente da tese de doutorado da professora Ana Luiza, 89 são do projeto “Habitantes do Arroio” e 81 são de dois projetos que possuem coleções

⁵⁹ Os seguintes dados foram coletados no dia 24 de setembro de 2021.

sonoras. Esses quatro projetos mencionados foram trabalhados pela bolsista no seu período de atuação entre 2020 e 2021.

Todos os outros projetos dos pesquisadores da equipe (maioria de pós-graduação) possuem em média 10 documentos, tendo alguns que tem apenas 3 ou 4 itens disponibilizados. Aqui, expõe-se essa informação pelo fato de ela ser um importante marcador da forma como tem ocorrido a disponibilização no momento, dado esse que será analisado com mais cuidado no quarto capítulo.

3.3 A relação entre o *thesaurus* e a organização da informação científica

Em 2011, foi consolidado o *thesaurus* completo do grupo após os múltiplos recortes e limpezas que foram realizados ao longo dos anos pelos pesquisadores, especialmente pelas coordenadoras do projeto. O *thesaurus* se manteve quase inalterado até 2021, momento de escrita desta dissertação. Quando a linguagem foi utilizada no repositório *online* construído a partir do *software* livre Tainacan, houve algumas alterações na categoria ambientalização devido às reuniões feitas sobre os termos aninhados a esse conceito com o professor doutor Flávio Leonel Abreu da Silveira – especialista na área e professor associado da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA.⁶⁰

60 Há uma forma específica de utilizar esse *thesaurus*. O grupo sempre categoriza os seus documentos de pesquisa a partir de uma única categoria e de três palavras-chave. Nunca se deve categorizar o mesmo documento em mais de uma categoria e se deve fazer um esforço em sempre preencher o número de três palavras-chave.

Tabela 6 - Thesaurus do grupo de pesquisa BIEV UFRGS (continua)

Categoria	Palavras-chave aninhadas
Ambientalização	Ações Públicas, Águas Urbanas, Ambientalismo, Comunidades éticas, Conflitos socioambientais, Conservação, Contaminação, Deflorestamento, Ecossistema, Educação Ambiental, Poluição, Preservação, Proteção, Reciclagem, Risco, Segurança, Topofilias, Topografias, Topologias
Condições de Vida	Cárcere, Caserna, Desemprego, Desvio, Escravidão, Exclusão, Formas de habitação, Insalubridade, Luxo, Mendicância, Oportunidade, Pensões, Periculosidade, Pobreza, Precariedade, Proletariado, Riqueza
Consumo	Atos de compra, Atos de venda, Bens culturais, Bens simbólicos, Comércio formal, Comércio informal, Comércio legal, Globalização, Meios de comunicação, Mercadorias, Produtos alimentícios, Propaganda, Serviços, Vestuário
Cotidiano	Artes de dizer, Artes de fazer, Artes de nutrir, Códigos de amizade, Códigos de emoções, Códigos de higiene, Códigos de vizinhança, Códigos familiares, Códigos sociais, Comportamento, Costumes, Papéis Sociais, Práticas alimentares, Práticas sociais, Rotinas, Técnicas corporais, Trocas sociais
Crise	Acidentes, Calamidades, Campos de conflitos, Caos, Catástrofes, Corrupção, Crise econômica, Crise habitacional, Crise política, Crise social, Crise urbana, Desastre, Disputas discursivas, Guerra, Incêndios, Medos, Morte, Solidão, Tensões, Tragédia, Vandalismo, Violência, Vitimização
Etnografia da Etnografia	Entrevista, Etnografia audiovisual, Etnografia de rua, Etnografia sonora, Etnografia visual, Observação direta, Observação participante, Oficinas, Práticas de conversação
Formas de Sociabilidade	Eventos culturais, Eventos esportivos, Eventos políticos, Eventos sociais, Festas, Formas de negociação, Formas de socialização, Jocosidades, Laços conjugais, Laços de parentesco, Laços de trabalho, Laços de vizinhança, Laços esportivos, Laços familiares, Laços geracionais, Laços políticos, Regras de namoro, Socialidade conflitiva, Socialidade feminina, Socialidade infantil, Socialidade lúdica, Socialidade masculina

Tabela 6 - *Thesaurus* do grupo de pesquisa BIEV UFRGS (continua)

Categoria	Palavras-chave aninhadas
História da Antropologia	Antropologia da pobreza, Antropologia pós-moderna, Antropologia simbólica, Colonialismo, Culturalismo, Escola Britânica, Escola de Chicago, Escola Francesa, Escola História, Escola Manchester, Estruturalismo, Etnocentrismo, Etnografia realista, Guerras coloniais, Interpretativismo, Marxismo, Perspectivismo, Pós-colonialismo, Relativização, Tradição empirista, Tradição intelectualista
Instituições	Abastecimento, Associação civil, Clube, Comunicação, Controle social, Educativa, Esporte, Família, Habitação, Limpeza urbana, Penitenciária, Política, Preventiva, Protetiva, Religião, Saneamento, Saúde, Segurança
Itinerários Urbanos	Rotas de lazer, Rotas turísticas, Trânsito, Transporte aéreo, Transporte coletivo, Transporte de tração animal, Transporte fluvial, Transporte marítimo, Transporte privado, Transporte terrestre, Turismo, Vias
Memorial BIEV	Aula graduação, Aula pós-graduação, Colóquios, Congressos, Defesa de dissertação, Defesa de tese de doutorado, Exposições, Inaugurações, Mostras, Oficinas, Reuniões de pesquisa, Reuniões de trabalho, Salão de iniciação científica, Simpósios
Patrimônio	Arquitetura autóctone, Arquitetura colonial, Arquitetura kitsch, Arquitetura moderna, Arquitetura popular, Arquitetura positivista, Documentos históricos, Folclore, Lendas urbanas, Mitos de fundação, Patrimônio artístico, Prédios históricos, Territorialidade, Tipologias arquitetônicas, Tradição, Tradicionalismo
Representações Sociais ou Visões de Mundo	Adolescência, Cidadania, Códigos morais, Comportamento, Comunidade, Corpo, Cosmos, Crença, Discriminação, Doença, Espiritualidade, Etnia, Gênero, Hierarquia, Ideologias, Inigualdade, Infância, Nação, Poder, Religião, Saúde, Velhice

Tabela 6 - *Thesaurus* do grupo de pesquisa BIEV UFRGS (conclusão)

Categoria	Palavras-chave aninhadas
Ritmos Temporais	Densificação urbana, Economia urbana, Expansão urbana, Gentrificação, Mitos do Progresso, Mobilidade urbana, Mobilização social, Modernização, Movimentos culturais, Movimentos sociais, Paisagem campestre, Paisagem citadina, Planejamento urbano, Reformas urbanas, Ruínas, Tecnologias, Transformações urbanas, Urbanização, Verticalização, Vista panorâmica
Trabalho	Biografias profissionais, Modos de Produção, Ocupações urbanas, Ofícios rurais, Ofícios tradicionais, Ofícios urbanos, Práticas de trabalho, Profissões urbanas, Redes sociais de trabalho, Relações de trabalho, Saberes do trabalho, Trabalho ambulante, Trabalho artesanal, Trabalho feminino, Trabalho infantil, Trabalho informal, Trabalho masculino, Trabalho operário, Trabalho precário, Trabalho rural, Trabalho urbano, Trajetórias de trabalho, Transmissão de práticas
Trajetórias Sociais	Ascensão social, Descenso social, Emigrações, Filiações, Imigrações, Linhagens, Migrações, Mobilidade Social, Projeto social, Redes sociais, Relatos de infância

Fonte: BIEV UFRGS, 2021.

Primeiro, é importante salientar que existem poucos *thesauri* criados especificamente para a Antropologia, especialmente se considerarmos linguagens documentárias criadas para dados antropológicos universitários. Quando se fala de *thesaurus* antropológicos, pode-se mencionar referências clássicas que foram criadas para coleções antropológicas que são custodiadas por instituições museais, especialmente coleções de objetos que foram colhidos a partir de etnografias realizadas com populações originárias e/ou tradicionais.

Existem *thesaurus* clássicos nessa área, como o do “Dicionário do Artesanato Indígena” que é uma produção bibliográfica de Berta Gleizer Ribeiro e Hamilton Botelho Malhano de 1988. Essa linguagem é utilizada por várias instituições museais importantes no Brasil, como é o caso do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás no seu acervo digitalizado sobre as bonecas Karajá.⁶¹ Contudo, há uma grande lacuna no que tange às linguagens documentárias dos acervos de pesquisa da Antropologia Urbana especificamente, dado que se trata de uma área mais recente dentro do campo e que trabalha muitas vezes com alteridades que são mais próximas do pesquisador cidadão do que as populações originárias (PEIRANO, 1995).

61 O projeto Thesaurus Karajá pode ser acessado em: <https://acervo.museu.ufg.br/projetos/projetothesaurus/>

Essa é uma contextualização do porquê o grupo criou um *thesaurus* próprio para as suas tentativas de criação de um repositório digital. Acima de tudo, almejava-se categorizar a grande quantidade de documentos de pesquisa através de uma linguagem específica que ainda inexistia a fim de permitir a recuperação da informação a partir dos principais conceitos trabalhados na área temática de estudo. Ainda que se possa perceber que o *thesaurus* contém um número bem grande de termos (16 categorias, 278 termos aninhados), antes da construção do segundo banco, existia um número muito maior de conceitos que foram sendo mapeados e registrados pelos(as) pesquisadores(as) para criação da linguagem documentária do projeto.

Claramente, um dos motivos de limpeza e síntese foi a quantidade de termos que existiam. Todavia, a variável quantidade não foi a única questão considerada. Ao olhar novamente para o *thesaurus*, as coordenadoras do grupo perceberam que muitos dos termos eram importantes às Ciências Sociais e à Antropologia Urbana, mas não à Antropologia Visual e da Imagem. Ou seja, percebeu-se que, ao trabalhar com documentos multimídia e não com textos teóricos, era necessário descartar conceitos que não possuíssem uma expressão figurativa, principalmente os que possuíam um caráter mais lógico-abstrato.

Como exemplo disso, pode-se mencionar o conceito de “classe social” que é clássico na área das diversas ciências sociais devido à influência das múltiplas escolas marxistas existentes no século XIX e XX. Ainda que se trate de um conceito importante, não serve tanto como uma expressão figurativa, papel que é preenchido por “pobreza”, “luxo”, “desemprego” ou “proletariado” - termos que estão aninhados à categoria “Condições de Vida” do *thesaurus* atual.

Além disso, existem outras questões que precisam ser ditas. Como qualquer projeto de comunicação científica feito em repositórios digitais temáticos, há o problema da especificidade dos estudos de cada grupo de pesquisa. Ainda que existam pontos em comum que unem todas as produções em Antropologia Urbana e também em Antropologia Visual, são áreas vastas que englobam muitos tipos de trabalhos diferentes com temáticas bem variadas. Isso foi um fator fundamental que auxilia na percepção do porquê existem tantas categorias com vários termos aninhados nesse *thesaurus*.

Primeiramente, é importante salientar que, de forma geral, o grupo trabalhava com recortes teóricos dentro das Ciências Sociais que são mais interacionistas e que privilegiam as relações simbólicas humanas. Essa é uma das grandes diferenças entre abordagens mais antropológicas e abordagens mais sociológicas dentro das ciências sociais, uma vez que essa perspectiva almeja compreender o ser humano na sua complexidade ao invés de explicá-lo a partir de algum esquema de pensamento prévio. Por isso, alguns termos foram guiados por

essas teorias mais compreensivas e fenomenológicas que o grupo usava (e ainda usa), como o interacionismo simbólico de Goffmann (1955), o estudo das sociedades complexas de Gilberto Velho (2003) o estudo do imaginário e dos símbolos em Gilbert Durand (1979).

Esse recorte pode ser visto principalmente nas categorias “formas de sociabilidade” e “representações sociais ou visões de mundo”: no primeiro, encontram-se termos como tipos de laços que unem os humanos, formas de socialidades distintas, regras de relacionamento, eventos criados com determinadas finalidades sociais, etc.; no segundo, estão crenças que existem nas cidades, espiritualidades diversas, representações étnicas importantes aos coletivos estudados, entre outros. Com isso, se percebe que há um modelo temático que guia a construção de todo conhecimento acadêmico produzido pelo grupo, que se trata de um saber mais instigado por um profundo sentimento humanista acerca das variadas manifestações do ser humano que vive nas metrópoles contemporâneas.

Ainda assim, muitas outras categorias foram criadas devido às etnografias de longa duração que foram feitas no grupo e que possuíam áreas temáticas de reflexão específicas, especialmente em âmbito de pós-graduação ou em determinados projetos das coordenadoras do BIEV. Com o passar do tempo, foi-se percebendo o acúmulo de dados que o banco teve nessas áreas temáticas, o que gerou a criação de categorias específicas para poder representar adequadamente os novos registros no repositório do grupo de pesquisa.

Um exemplo disso é a categoria Ambientalização, um conceito que é inspirado em um texto de José Sérgio Leite Lopes (2004) que fala sobre o processo de “ambientalizar” os conflitos sociais. Em resumo, o texto fala sobre o fenômeno contemporâneo em que os conflitos sociais deixam de ser meramente pautados como humanos e passam a englobar os não humanos devido ao fato da emergência climática perpassar todos os tipos de conflitos. Essa categoria foi criada porque estavam sendo feitas muitas pesquisas etnográficas pelo grupo com habitantes da cidade que estavam intimamente relacionados aos aspectos ambientais de Porto Alegre. Apesar de não ser a única, uma das trajetórias de pesquisa que mais marcou a construção dessa categoria foi a de Rafael Victorino Devos, atual professor no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Sua trajetória começa em 2000 em uma produção especificamente ligada ao que atualmente se chama de “memória ambiental” nas ilhas da capital do Rio Grande do Sul. Em uma iniciação científica nesse ano, produziu a coleção chamada “O Barco dos Sonhos”, o que o levou também a produzir a coleção etnográfica chamada “A Ilha Assombrada” na mesma região da cidade. Posteriormente e no mesmo local, produziu um acervo de pesquisa chamado “A Morada das Águas” no mestrado em 2003 e, alguns anos depois, outra coleção chamada

“A questão ambiental sob a ótica dos grupos urbanos nas ilhas do Parque Estadual do Delta do Jacuí” no doutorado em 2007.

Ainda após o doutorado como pesquisador colaborador, participou do projeto “Habitantes do Arroio” em 2009 e 2010 com pesquisadoras importantes na área da memória ambiental como Ana Paula Marcante Soares e a própria coordenadora do BIEV, Ana Luiza Carvalho da Rocha. Por isso, percebe-se que são dez anos de pesquisa na área ambiental feitas pelo pesquisador, o que mostra o acúmulo de documentos multimídia que vão se formando sobre questões específicas que precisam ser categorizadas de alguma forma nesse *thesaurus* sobre Antropologia Urbana e Antropologia Visual.

Isso fica explícito em outras categorias quando se observa sua relação com a listagem das coleções existentes neste grupo de pesquisa. A categoria trabalho engloba muitas etnografias que foram feitas acerca da dimensão laboral dos habitantes citadinos, mas pode-se dizer que foi criada especialmente devido à longa trajetória de pesquisa feita por Cornelia Eckert, uma das professoras coordenadoras do projeto. Em 1985, defendeu um mestrado sobre representações e condições de vida dos mineiros de carvão em Charqueadas no Rio Grande do Sul e, em 1991, defendeu sua tese de doutorado sobre o mesmo tipo de trabalhador, mas, agora, a partir de uma etnografia realizada na França em La Grand-Combe.

3.4 Formas de comunicação científica variadas utilizadas na *internet*

Após se ter abordado a questão da tentativa de criação de repositórios digitais na *web* e da construção de um *thesaurus* para essas bases de dados, constatou-se a importância de relatar as diferentes formas de comunicação científica na *internet* que o grupo produziu ao longo dos anos. Isso se deve ao fato de que, tendo enfrentado todas as dificuldades para concretização de sua base de dados como foi relatado na seção anterior, o BIEV investiu em várias formas de abrir os seus dados em projetos feitos digitalmente de outras maneiras que consideraram como mais acessíveis.

Por isso, o diagnóstico atual mostrará que formas de comunicação científica são essas para abordar principalmente dois tópicos. Em primeiro lugar, deseja-se constatar que muitos dados do grupo estão disponíveis na *internet*, mas de forma dispersa em todas essas tentativas de suprir a lacuna do repositório digital nunca concretizado de forma estável. Por outro lado, essas formas também ocorreram porque o grupo desejava fazer a restituição do material de pesquisa de forma interessante aos interlocutores que participavam das etnografias e aos grupos diversos interessados nos dados que eram coletados pelo BIEV. Esse último tópico se

refere a uma divisão grande que existe entre a comunicação científica e as bases de dados de pesquisa, situação que aparecerá nos subtópicos seguintes.

3.4.1 Plataformas de compartilhamento de vídeos

O BIEV possui uma conta no *Vimeo*⁶² chamada “BIEV/PPGAS/UFRGS” que foi criada em meados de 2009 e utiliza o plano de assinatura desde junho de 2011, o que é pago pela professora aposentada que coordena o grupo e não pela universidade. Este é o local que o BIEV colocou suas produções audiovisuais durante toda década de 2010 após não ter conseguido alguma parceria com a UFRGS para essa exposição em um servidor próprio da instituição. Algumas produções feitas com outras mídias são colocadas aqui no formato de vídeo, como será exposto posteriormente.

Existem 115 vídeos nesse canal. Aqui, não é exposto todo o acervo de vídeo do BIEV: foram disponibilizadas somente algumas das produções audiovisuais maiores que o grupo produzia, como os documentários. A maior parte desses longas-metragens etnográficos estão disponíveis nessa plataforma, mas é possível inferir que existem ainda algumas produções de longas que não estão nesse *Vimeo*. Além disso, existem alguns audiovisuais que foram gravados com recursos analógicos e não passaram por processos de digitalização.

Mesmo assim, nessa conta, pode-se encontrar produções importantes do grupo, como todas as edições dos “Narradores Urbanos”, que são documentários feitos com professores de Antropologia Urbana de diferentes lugares do Brasil. Aqui também se encontram importantes conferências e aulas que foram gravadas, outro tipo de produção videográfica que o grupo fazia esporadicamente.

Alguns desses vídeos são pequenas crônicas, como se pode ver nos arquivos chamados “O Trabalho da Benzedeira”, “A Feitura do Barco” e “A Sinfonia da Construção”. Aqui, trata-se de outro tipo de produção que o grupo fazia e que está exposta muito provisoriamente, uma vez que existem apenas algumas dessas crônicas disponíveis. Está claro que, apesar da vontade de mostrar as crônicas em algum local, disponibilizar elas em um canal do *Vimeo* junto das produções maiores seria um problema até mesmo para o usuário encontrar a informação que o grupo quer disponibilizar.

Percebe-se também que a produção sonora foi colocada aqui neste canal, ainda que não seja o melhor local para esse tipo de arquivo. Dos 115 vídeos disponibilizados, 30 são

62 A conta do vimeo pode ser acessada em: <https://vimeo.com/user7491863>

produções sonoras que foram convertidas para o formato de vídeo a fim de poder colocar nesta plataforma na *web*. Nenhuma dessas produções sonoras possui a característica de documentário como os audiovisuais que estão nesse canal, pois a maior duração que existe é aproximadamente 9 minutos.

O BIEV também possui uma conta no *YouTube*. Neste canal, existem 93 vídeos que foram postados em meados de 2018, três anos atrás. De forma geral, aqui se encontram pequenos vídeos ou crônicas sonoras que são oriundas de DVDs interativos⁶³ que foram criados principalmente na primeira década dos anos 2000 ou início dos anos 2010. Isso pode ser visto porque existem 4 *playlists* que possuem o nome desses produtos que foram criados há anos atrás. Entre eles, encontram-se as seguintes listas de vídeos:

1) Habitantes do Arroio (2010) – uma lista com cinco vídeos pequenos que mostram o menu de navegação do antigo DVD interativo. Esses vídeos são oriundos do DVD que possui o mesmo nome que reúne dados etnográficos, documentos de acervo e entrevistas realizadas durante trabalho de campo realizado sobre a bacia do Arroio Dilúvio em Porto Alegre. Originalmente, o DVD possui 1h e 40 min., mas aqui apresentam-se somente os menus de navegação.

2) Etnografias do Trabalho: Saberes e Fazeres (2011) – uma lista de 27 crônicas audiovisuais e sonoras que raramente ultrapassam cinco minutos. São oriundos do DVD que possui o mesmo nome e que fazia um compilado dos resultados de pesquisa do projeto "Trabalho e Cidade: etnografia da memória do trabalho na cidade moderno contemporânea" de 2011;

3) A Questão Ambiental nas Ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí (2007) – tratam-se de 52 crônicas audiovisuais que também possuem menos de cinco minutos em média. Tratam-se de vídeos que foram apresentados em um DVD interativo criado pelo pesquisador Rafael Devos na sua tese de doutorado, especialmente sobre o segundo capítulo. A intenção era mostrar visualmente e de forma interativa o conflito socioambiental investigado na tese sobre as ilhas de Porto Alegre em suas diferentes dimensões através de imagens de satélite em confluência com fotografias e vídeos coletados em campo;

4) Sonoridades da Cidade: entre os meandros sensíveis da vida social (2003-2008) – trata-se de uma compilação de 11 etnografias sonoras produzidas por diferentes

63 Os DVDs interativos eram criações que os pesquisadores faziam para comunicar as suas produções audiovisuais de formas diferenciadas e menos lineares do que o documentário padrão, utilizando menus de interação para que o usuário pudesse escolher os caminhos a percorrer.

pesquisadores(as) que passaram pelo BIEV, variando bastante o ano de produção e resgatando sons produzidos durante toda primeira década do século XXI.

Aqui, percebe-se que o grupo sofreu o impacto da mudança das tecnologias para criação de produtos de comunicação que durem no tempo. Os DVDs interativos foram criações que, hoje, não são mais produzidas e que não são facilmente transpostas à *internet*. Ainda que existam formas simples de simular o DVD em um sistema operacional atual, poucos usuários se disponibilizariam a fazer isso para acessar essas informações. Assim sendo, como forma de dar acesso às produções etnográficas em formato audiovisual e sonoro que existem dentro desses DVDs, o grupo criou essa conta recentemente para mitigar os impactos da passagem do tempo que tanto afeta o patrimônio etnológico e científico dessas produções.

Essa não foi a única tentativa de disponibilização na *internet* desses DVDs. Em 2010, foi criada uma outra conta no *YouTube* chamada “habitantesdoarroio”⁶⁴ em que todo material audiovisual desse projeto de pesquisa específico foi disponibilizado. A esse canal, foram adicionados os vídeos em seu formato de crônicas que compunham o DVD interativo, mas também foi disponibilizado um documento audiovisual completo que possui 1h e 42 min.

Esse vídeo maior utilizava alguns recursos que o *YouTube* possuía para adicionar *links* na própria tela do vídeo em determinada minutagem, forma que os pesquisadores encontraram de simular a interação que existia no DVD. Contudo, esse recurso não existe mais. Assim, o vídeo está disponível, mas com esses problemas de comunicação ao usuário que não sabe toda a trajetória dessa produção como foi aqui mencionado. É curioso o fato de que ninguém no grupo atual sabe a senha dessa conta, tornando-se um projeto que está lá e que possui alguns entraves para ser trabalhado por equipes futuras.

3.4.2 A utilização de *blogs*: habitantes do arroio e livro do etnógrafo

Para esse projeto de pesquisa específico sobre o Arroio Dilúvio, também foi feito um *blog* para que fossem criadas publicações que expusessem o material etnográfico que se estava criando ao longo do pesquisar.⁶⁵ O *blog* foi criado na plataforma *Blogspot* e foi feito no mesmo período que a conta do *YouTube* acima, porque suas publicações começaram em

64 O canal pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/user/habitantesdoarroio/videos>

65 O *blog* pode ser acessado em: <https://habitantesdoarroio.blogspot.com/>

2009⁶⁶ e terminaram em 2012. Além disso, o documentário feito durante esse projeto está exposto a partir do *link* do canal que foi exposto antes. No total, existem 64 publicações que foram feitas nesse meio de comunicação alternativo que os pesquisadores criaram, sendo que a maioria (45 postagens) foram feitas no primeiro ano em que o projeto estava começando.

Nessas publicações, existe muito mais material de pesquisa do que é mostrado no formato de documentário, uma vez que os *posts* contêm muitos vídeos, sons e fotografias que foram feitas durante o projeto. Além disso, o *blog* possui muitos textos que foram feitos a partir de trabalho de campo e que ajudavam a contextualizar os trabalhos de etnografia visual expostos ali. A maioria desses documentos foi enviada para o servidor da plataforma *Blogspot* e estão preservadas somente neste local na *web*.

Ainda assim, para entender a questão da quantidade de dados de pesquisa etnográficos aqui contidos, não se deve pensar apenas que se trata de uma exposição de dados, mas de uma plataforma que, apesar de simples, permitia a interação durante o pesquisar. Como exemplo disso, pode-se ver o relato de uma pesquisa feita por Renata Ribeiro, bolsista de Iniciação Tecnológica Industrial na época, sobre a sua etnografia realizada no Beco dos Marianos, rua do Morro Santana de Porto Alegre.⁶⁷

Sua pesquisa era um dos braços de ação do projeto Habitantes do Arroio. Nesse relato, a pesquisadora fala sobre seu trabalho de campo e sobre suas primeiras impressões da pesquisa que estava em andamento. Com isso, expôs um relato etnográfico não finalizado, mostrando fotografias que foram feitas por colegas e fotos autorais suas ao longo do corpo do texto apresentado. Para mostrar o caráter etnográfico e dialógico da exposição dos dados, trago uma seção do seu relato:

Ao longo de minha etnografia conheci Anderson, um jovem bastante pobre, de 21 anos de idade – antigo morador do Morro Santana. Este rapaz é quem, no primeiro momento, elucida minha etnografia, pois me fez saber que a região do Beco dos Marianos é denominada de “CEEE” pelos moradores, em virtude da existência de uma subestação da companhia elétrica, no alto do Morro Santana. Além disso, também contou que a rua considerada a mais importante, pelos moradores daquela região, é a Atenas e não a Beco dos Marianos, como nós pesquisadores pensávamos. Se tu pedir para o cobrador te avisar qual é a parada da Atenas, ele vai saber. Agora se tu perguntar por qualquer outra rua daqui, ele não vai saber – disse-me. Anderson também falou do porquê, na visão dele, de tanto lixo no arroio. As pessoas não querem mais e atiram lá. (RIBEIRO, 2009, n.p.)

66 Não é insignificante perceber que há uma linha cronológica entre a saída de Guilherme da construção do repositório digital do BIEV e o início da construção desse *blog*, assim como de outros que serão expostos a seguir.

67 O *post* do *blog* pode ser acessado em: https://habitantesdoarroio.blogspot.com/2009/10/segue-abaixo-uma-sintese-da-pesquisa-de_08.html

Aqui, a pesquisadora traz relatos etnográficos que foram feitos a partir da relação dela com Anderson, um morador da região que trazia informações importantes aos que viviam na região do Beco dos Marianos que, na verdade, era conhecida como Atenas. Porém, além desse relato que já mostra a complexidade do local para além do que se sabia sobre a região através das fontes oficiais de informação, há comentários nesta publicação que também são dados etnográficos. O próprio Anderson, parceiro da pesquisa, comentou nesse *post* pedindo que a pesquisadora buscasse saber mais profundamente sobre a história da região, já que sua família foi uma das primeiras que começou a viver ali. No comentário, ele diz:

Olha adorei seu post. Mas acho que vc devia se aprofundar mais na história minha família. São as pessoas mais antigas da região, muito dessas terras foi do meu bisavô, então história bem dita e através de um bom conhecimento. Em meu ponto acho que vc deveria saber das pessoas que foram pioneiras do lugar, lindo excelente seu trabalho. Mas procure a história raiz da comunidade. (RIBEIRO, 2009, n.p.)⁶⁸

Anderson não foi o único que comentou questões que faziam com que se reavaliasse a autoridade da coleta de dados na pesquisa etnográfica na cidade. Uma pessoa que se identificou como Gabriela e como moradora da “Rua 2” também comentou:

Estava lendo alguns *posts* do blog e gostaria de fazer um comentário - apesar do projeto "Habitantes do Arroio" já ter terminado - fornecendo uma informação que não encontrei nos textos divulgados. A área onde localiza-se a Rua 1 (mencionada acima) e a Rua 2 (na qual residio) da região do Beco dos Marianos pertencem à UFRGS e era destinada, antigamente, à moradia de servidores da Faculdade de Agronomia (meu pai é funcionário). Alguns servidores ainda residem nesse espaço, que passou a ser ocupado também por pessoas vindas de outras regiões. Apesar de haver alguma motivação de alguns moradores desta região para o estabelecimento de melhorias na área de urbanização/pavimentação da Rua 1 e 2, esta região encontra-se ainda em situação de abandono, pois as intervenções neste espaço devem ser respaldadas pela Prefeitura da UFRGS/Campus do Vale, sofrendo entraves para a implementação destas melhorias por questões meramente burocráticas. (RIBEIRO, 2009, n.p.)

Esses dois exemplos são fundamentais para entender a exposição de dados de pesquisa etnográfica de forma comunicacional na *internet*, como foi o caso do relato processual de pesquisa explorado aqui. Por um lado, temos Anderson que mostrou a questão da necessidade de diálogo mais profundo com moradores da região para entender melhor como nascem e se desenvolvem certos espaços da cidade. Por outro lado, Gabriela falou sobre outros aspectos da memória coletiva daquele espaço urbano que estava sendo estudado (alguns relacionados com a própria UFRGS), o que nos mostra o potencial de aprofundamento das pesquisas quando há

⁶⁸ Aqui, prezou-se por deixar a escrita dos comentários exatamente como elas foram feitas por respeito aos parceiros das pesquisas etnográficas.

reciprocidade no digital entre várias pessoas que vivem na cidade.

Os *blogs* foram explorados em outros projetos também, provavelmente por serem plataformas fáceis de usar e por permitirem esse aspecto de dialogicidade que tanto se buscava com a base de dados que não se concretizava. O *Blogspot* também foi usado em um projeto chamado O Livro do Etnógrafo, um espaço de comunicação das produções etnográficas textuais produzidas pelo grupo e, mais especificamente, sobre um grupo de trabalho que havia sido criado em meados de 2009 chamado GT Escrita e Etnografia (GRUEE). Possui 97 publicações no total, começando em 2009 e indo até 2013, porém seus *posts* foram publicados principalmente nos dois primeiros anos do projeto.

Ainda que seja um espaço principalmente para textos, muitas fotografias e vídeos também estão publicadas aqui a partir do servidor do *Blogspot*, sendo que muitos desses arquivos não estão em nenhum outro lugar. A estrutura é semelhante ao *blog* do Habitantes do Arroio, apesar de serem projetos diferentes com algumas particularidades. Aqui, cada *post* possui uma espécie de descrição meta informacional para cada publicação criada, ainda que não se trate de uma base de dados estruturada. No início das publicações, há uma ficha com os seguintes campos preenchidos: apresentação; fundo de origem; coordenadores; fonte; autor; data; local; tags. Além desta ficha que auxilia a entender de onde saíram os textos, as publicações são classificadas em algumas categorias que foram criadas no projeto e que versam sobre diferentes aspectos da produção etnográfica.

Apesar desse projeto ter parado em 2013, ele foi retomado em 2016-2017 por uma equipe de bolsistas que o recriaram a partir do *Medium*, uma plataforma para *blogs* mais contemporânea que tem características de rede social também.⁶⁹ Foi dada uma nova cara ao projeto em termos de comunicação visual e foram feitas novas publicações pela equipe de pesquisadores do grupo daquele ano, mas o projeto em si seguiu basicamente sendo o mesmo. Apesar de sua retomada, ele foi utilizado poucas vezes depois do seu lançamento e, depois de 2018, foi usado de forma muito esporádica como meio de comunicação dos dados e produções do grupo.

3.4.3 Fotocronografias: um periódico para fotoetnografias

Com essa experiência com o *Medium*, o grupo criou um projeto chamado

69 O Livro do Etnográfico na plataforma Medium pode ser acessado em: <https://medium.com/livrodoetnografo>

Fotocronografias⁷⁰ nessa mesma plataforma, um espaço destinado à publicação de fotoetnografias (ACHUTTI, 1997) - ou seja, etnografias produzidas a partir dos recursos fotográficos. Esse projeto iniciou no mesmo período da retomada do Livro do Etnógrafo (entre 2016 e 2017) e foi feito porque, como se pode ver até aqui, nunca houve um espaço específico para comunicação das fotografias que o grupo possui. As imagens fotográficas tiveram o seu espaço apenas nas bases de dados que não haviam sido concretizadas na *web* de fato ou no meio das publicações feitas nos *blogs* que foram trazidos aqui nesse diagnóstico.

Quando a Fotocronografias iniciou em 2016, tratava-se de um projeto de comunicação científica como os outros aqui mencionados. Contudo, paulatinamente, foi-se refletindo e considerando a existência de especificidades em relação às formas de publicação do conhecimento produzido pelas fotoetnografias, visto que essa produção sempre foi publicada de forma periférica nas revistas acadêmicas, especificamente nas seções de “ensaios visuais” (quando existentes). Por isso, acabou se criando um periódico científico especificamente para esse tipo de produção, culminando na aquisição de um Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas Eletrônicas (e-ISSN) em 2018 no volume 03, número 05 chamado “A arte que mora na cidade: intervenções artísticas urbanas”⁷¹ organizada por Jose Luis Abalos Junior e Yuri Rosa Neves.

A revista começou com a publicação de duas edições por ano e, atualmente, consolidou-se com a publicação quadrimestral. Para isso, a Fotocronografias possui uma proposta diferenciada de artigo que foi feita para dar centralidade às fotografias no seu processo editorial de comunicação científica das pesquisas nessa área. Cada publicação deve possuir entre dez a vinte fotografias enumeradas conforme a ordem de aparecimento ao(à) leitor(a), não sendo possível publicar sem que haja um processo de seleção e montagem do que deve ser exposto ao público da revista.

Devido ao tipo de mídia trabalhada e ao processo de curadoria digital dos documentos nesse periódico, ele foi criado no *Medium* por ser um *site* mais amigável à exposição de imagens do que plataformas oficiais para publicações, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) que é utilizado na UFRGS na sua versão 2.3 – uma versão desatualizada em muitos anos de um *software* que é gratuito. Além da questão da interface dos programas utilizados na nossa universidade, a questão do espaço oferecido foi uma limitação como em todos os outros projetos, já que se oferece armazenamento para adição de

70 A revista Fotocronografias pode ser acessada em: <https://medium.com/fotocronografias>

71 A edição da revista Fotocronografias pode ser acessada em: <https://medium.com/fotocronografias/v-03-n-05-2018-a-arte-que-mora-na-cidade-interven%C3%A7%C3%B5es-art%C3%ADsticas-urbanas-bde473181254>

arquivos pequenos como os PDFs escritos e não para fotografias em alta qualidade.

É importante mencionar que, nessa revista, não foram submetidas e aceitas somente fotoetnografias feitas pelo grupo, mas foram e ainda são publicadas fotografias de pesquisadores de todo o Brasil. Foi a partir desse projeto mais recente que o BIEV começou a obter um acervo grande de pesquisas fotoetnográficas feitas em várias universidades brasileiras, culminando em um patrimônio etnológico que excede o seu próprio campo de pesquisa. Mesmo assim, devido às questões infocomunicacionais aqui elencadas, esse acervo está restrito ao *Medium* e a um *Google Drive* que foi criado especificamente para guardar esses acervos de pesquisa.

3.4.4 A criação de *sites* temáticos: memória ambiental e memória do trabalho

Ainda no início da década de 10 do século XXI, outros bolsistas da área da tecnologia da informação foram contratados para desenvolver alguns projetos específicos de comunicação científica e abertura dos dados multimídia. Os principais que podem ser mencionados são Cassiano Rocha Kuplich – que era graduando do curso de Ciência da Computação e que foi bolsista de iniciação científica em 2010 – e Vinícius Alves Herbstrith – que era aluno da mesma graduação de Cassiano, mas que trabalhou de 2011 a 2014 no BIEV como bolsista de iniciação científica e bolsista de inovação tecnológica.

Nessa época, o desenvolvimento dos projetos de comunicação começou a se dar de forma temática, posto que se desejava criar duas plataformas que agrupassem dados visuais e produções bibliográficas sobre a questão do trabalho e a questão ambiental. Isso se deve ao fato de que essas foram duas áreas que foram sendo produzidas paulatinamente por uma série de pesquisadores que passaram pelo grupo, criando bases de dados maiores do que outros tipos de produções científicas que eram feitas ali. Não é trivial salientar que, nessa época, estavam no grupo dois pesquisadores em situação de pós-doutorado nessas áreas – Rafael Devos com a questão ambiental e Viviane Vedana com a questão do trabalho.

Essa ideia surgiu após a experiência com o *blog* do Habitantes do Arroio, sendo uma experiência em que os(as) pesquisadores(as) conseguiram atingir resultados de comunicação após os seus esforços, diferente do investimento na construção das bases de dados. Em um primeiro momento, Cassiano foi o aluno que trabalhou em uma plataforma chamada Memória Ambiental que deveria conter os dados que foram colocados no *blog* do Habitantes do Arroio, mas em um *site* que possuísse uma interface mais profissional. Assim, eles produziram um projeto digital que utilizava como recurso principal o *Google Maps*: tratava-se de um *site* em

que eram publicados *posts* que apareciam na forma de *pins* no mapa interativo da cidade de Porto Alegre.⁷²

Após a transposição dos dados do Habitantes do Arroio, a intenção era que esse projeto abrigasse vários outros documentos para realizar a comunicação deles a um público mais amplo. A coordenadora do projeto sempre se refere a esse *site* como uma das referências do que eles gostariam de produzir em termos de interface e interação, mas é importante notar que, apesar da estrutura que foi montada por Cassiano, o projeto foi pouco utilizado. Houve poucos dados e publicações que realmente foram colocados nessa plataforma e, após o ano de 2010, o Memória Ambiental começou a ser utilizado cada vez menos. Somado a essa falta de regularidade de uso, Cassiano ficou presente no grupo somente por um ano, o que gerou a falta de alguém que soubesse atualizar essa plataforma. Assim como outras, ela foi paulatinamente se tornando obsoleta por essa falta de atualização, principalmente por ter sido algo produzido internamente pelo grupo.

Alguns anos depois, em 2013, Vinícius trabalhou com o projeto Memórias do Trabalho junto com Viviane Vedana, Juliana Cavilha Mendes Losso e outros(as) pesquisadores(as) do BIEV que faziam etnografias sobre essa área temática. O desenvolvimento desse projeto fez parte da pesquisa “Trabalho e Cidade: Antropologia da Memória do Trabalho na Cidade Moderno-Contemporânea” que foi financiado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da CAPES de 2009 a 2014. Esse projeto foi intencionado para comunicar especificamente a produção feita nesses cinco anos por esses pesquisadores de pós-doutorado e a plataforma foi utilizada razoavelmente para esse fim específico.

Apesar de ela ter cumprido a sua função naquele momento, foi também um projeto que durou pouco tempo. Foi utilizada durante aquele período e, depois de poucos anos, parou de ser utilizada como um veículo de comunicação e de abertura de dados de pesquisa. Em 2018, esse projeto foi retomado por uma bolsista chamada Manoela Laitano que atualizou a plataforma e a interface de consulta através do *Wordpress*, gerenciamento de conteúdo que estava sendo utilizado.⁷³

É importante notar que, nesse *site*, existem *links* para documentários etnográficos bem importantes para a história da ciência antropológica feita nas universidades brasileiras. Alguns já não possuem o seu *link* de acesso. Outros documentários foram trazidos do *YouTube* para a

72 Esse *site* não está mais disponível para ser acessado e todas as informações descritas foram coletadas nas entrevistas feitas nesta dissertação.

73 O projeto Memórias do Trabalho refeito em 2018 pode ser acessado em: <https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/>

plataforma, como é o caso do filme chamado “Tecido e Memória” que aborda a questão dos trabalhadores têxteis de Pernambuco desde 1976.⁷⁴ Esse longa metragem está em uma conta pessoal de alguém e sua imagem está bem degradada, dado que não houve preocupações de preservação digital. Além disso, poucos dados do BIEV em si estão nessa plataforma, apesar de várias produções bibliográficas terem sido agrupadas aqui.

Por isso, pode-se concluir que, apesar da importância que teve esse projeto, também foi outra plataforma que, com o passar do tempo, deixou de ser utilizada e se tornou obsoleta em termos de realizar ações de comunicação científica.

3.5 Dados do grupo de pesquisa

Para finalizar esse capítulo, desejou-se expor quais são os projetos de pesquisas que geraram dados que estão com o BIEV atualmente a fim de tornar transparente a quantidade de informação que existe e suas temáticas de estudo dentro da cidade.

Como foram produzidas muitas pesquisas ao longo dos últimos 20 anos, criou-se uma tabela que sintetiza essas informações e que está disponível no Apêndice I desta dissertação. Foram coletadas informações sobre 97 projetos de pesquisa realizados, sendo que eles ou foram exclusivamente produzidos no BIEV ou foram feitos a partir de uma parceria entre este grupo de pesquisa e o Navisual. É possível inferir que existem mais projetos que não foram mapeados, visto que muitos estavam sendo defendidos nos últimos anos e não foram registrados na coleta de dados para essa dissertação.

Na tabela, pode-se ver diversas informações sobre esses 97 projetos de pesquisa, como ano, financiamento (quando existente), autores principais, projeto de pesquisa do(a) orientador(a) e coordenação. Ainda assim, é possível entender que essas informações disponíveis no apêndice não permitem ao(à) leitor(a) ter a dimensão do tamanho desses acervos de pesquisa, já que só o número de projetos realizados não traz essa informação de forma evidente. Por isso, é trazido um levantamento feito por Jose Luis Abalos Junior sobre a quantidade de dados que ele possui dos projetos que foram feitos nas suas pesquisas.

Abalos é um pesquisador que trabalha em colaboração com o BIEV desde sua graduação. No seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ele realizou um projeto sobre a

74 O documentário foi produzido por José Sérgio Leite Lopes, Rosilene Alvim e Celso Brandão. Fala sobre os trabalhadores têxteis de Pernambuco no auge do poder patronal sobre as cidades e os bairros industriais. Trata-se de um filme que narra a saga das lutas dos trabalhadores por direitos sociais e melhores condições de trabalho e moradia até os anos recentes. Foi baseado em pesquisa antropológica e historiográfica feita desde 1976 e retomada para filmagem entre 2006 e 2008. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=WwrBfkZWcok>

“Batalha do Mercado”, que era um evento público onde aconteciam duelos de MCs em Porto Alegre (ABALOS, 2014). Na sua dissertação, realizou uma etnografia sobre o Cais Mauá na mesma cidade, onde estudou e produziu registros visuais sobre os conflitos em torno das propostas de requalificação destes espaços urbanos (ABALOS, 2017). No seu doutorado, ele fez etnografias visuais no Brasil e em Portugal por quatro anos com artistas de rua, abordando o tema do *graffiti*, do *street art* e do desenvolvimento urbano-cultural (ABALOS, 2021).

Em uma apresentação que o pesquisador fez no BIEV, ele trouxe uma tabela em que expôs suas coleções etnográficas organizadas através de certas categorias do *thesaurus* do grupo. Além disso, ele mostrou quantos dados existiam para cada tipo de mídia, contabilizando um total de documentos que possui no seu acervo pessoal.

Tabela 7 - Dados de pesquisa de Junior Abalos

Etapa	Categorias	Fotografias	Vídeo	Som	Texto	Iconografias	Total
Graduação	Estilo de vida	180	22	11	7	0	220
	Performance	190	18	7	12	0	227
	Formas de Sociabilidade	150	18	7	7	0	182
	Consumo	27	8	5	9	0	49
Mestrado	Paisagem	120	3	8	52	16	199
	Formas de Sociabilidade	82	12	15	32	10	151
	Projetos	48	0	0	15	20	83
Doutorado	Estilos de vida	150	70	22	180	5	427
	Formas de Sociabilidade	55	12	8	130	0	205
	Processos Criativos ⁷⁵	2400	122	25	250	30	2822
Total		3042	285	108	752	81	4553

Fonte: ABALOS, 2021.

Apesar dessa dissertação não ter tido como objetivo a constatação da quantidade de documentos que o BIEV possui, é importante demonstrar que a base de dados não é pequena e que ela tem muitos registros em cada um dos projetos de pesquisa listados no Apêndice I.

⁷⁵ Essa categoria sobre arte urbana estava sendo pensada pelo pesquisador como contribuição ao *thesaurus*. Trata-se de uma pesquisa que ainda estava andamento.

Como se demonstrou, existem 4553 documentos acumulados e selecionados somente por Junior Abalos durante sua trajetória como pesquisador.

A maioria desses dados estão resguardados pelas coordenadoras do projeto em *Hard Drives* (HDs). Como forma de preservar os documentos sem ter conseguido construir um repositório ao longo das décadas, os registros possuem um *back up* em um Google Drive que é pago pela professora Ana Luiza apesar de ser aposentada. Sempre que possível, esses dados foram guardados pelas coordenadoras do projeto nos HDs dos BIEV, mas, em alguns casos que são exceção, os registros ficaram com os pesquisadores que passaram pelos grupos de pesquisa. Em parte, isso se deve ao fato da entrega dos dados não ser algo obrigatório na passagem de um pesquisador em formação dentro da universidade.

*

A partir das cinco seções deste capítulo, conclui-se que houve grandes dificuldades na consolidação da base de dados por diversos motivos que já ficaram explícitos nesse diagnóstico. Ainda assim, o próximo capítulo – último desta dissertação – irá aprofundar ainda mais a resposta à pergunta central desta pesquisa, mostrando a percepção de quatro pesquisadoras que passaram pelo BIEV e que tiveram uma contribuição ativa à construção do repositório para dados abertos da Antropologia Urbana e da Antropologia Visual/da Imagem.

4 PERCEPÇÃO DOS(AS) PESQUISADORES(AS)

Como último capítulo da dissertação, serão trazidas percepções de diferentes pesquisadores(as) que passaram pelo BIEV UFRGS que foram coletadas através de entrevistas em profundidade semi-estruturadas (BONI; QUARESMA, 2005).

A intenção desse capítulo é responder aos dois últimos objetivos específicos delimitados para essa dissertação. Nesse sentido, intentou-se identificar as dificuldades técnicas de abertura dos dados, entendendo o papel da universidade no amparo destes projetos criados pelo grupo de pesquisa. Além disso, almejou-se verificar quais são os desafios de realizar a restituição ética dos documentos às comunidades específicas que participaram das pesquisas etnográficas ou aos grupos interessados nesse patrimônio etnológico.

Para isso, foram entrevistadas quatro pesquisadoras para realização deste projeto. Elas foram contatadas devido a sua proximidade com a produção do banco de dados antropológicos do BIEV UFRGS ao longo das últimas duas décadas, desempenhando papéis diferentes ao longo desse tempo.

A primeira pessoa entrevistada foi a professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, coordenadora do projeto desde o seu nascimento que já foi longamente apresentada no capítulo dois. Aqui, serão exploradas outras falas da professora que não se referem à realização de um diagnóstico de como o BIEV foi se desenvolvendo ao longo do tempo, almejando investigar suas percepções que apontam às dificuldades de concretização do projeto.

A segunda pessoa entrevistada foi Rafael Victorino Devos, graduado em Publicidade e Propaganda, mestre e doutor em Antropologia Social. Desde sua formação em publicidade, atua com a fotografia e com o audiovisual em diálogo com comunidades diversas, tendo se especializado na linguagem do vídeo e do documentário.

Toda sua formação acadêmica aconteceu na UFRGS em diálogo íntimo com o BIEV desde seu período na graduação como bolsista de iniciação científica na área da Antropologia Visual. Atualmente, é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no departamento de Antropologia onde atua com temas como a relação entre humanos e não humanos na discussão sobre a crise climática contemporânea no antropoceno – temas que já pesquisava em Porto Alegre. É um dos coordenadores do grupo de pesquisa chamado Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas (CANOA).

Rafael foi um pesquisador no BIEV que fez etnografia sobre a memória dos antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros em Porto Alegre no seu mestrado (DEVOS, 2003),

doando vários dados visuais para o banco do BIEV nesse percurso. No seu doutorado, fez uma etnografia ainda mais ampla na mesma região da cidade, estudando a memória coletiva envolvida com a questão ambiental da Ilha do Parque Estadual Delta do Jacuí (DEVOS, 2007). Depois disso, ainda fez parte da coleta de dados de um grande projeto chamado Habitantes do Arroio, uma pesquisa coletiva que já foi mencionada nesta dissertação. Atualmente, e fora do BIEV, ele tem desenvolvido etnografias com grupos de pescadores artesanais ou de pequena escala em Santa Catarina e no nordeste do Brasil. Essas etnografias visuais tem rendido produtos importantes como o documentário *Seeing Fish* que foi lançado em 2017.⁷⁶

A terceira entrevistada foi Viviane Vedana, graduada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Antropologia Social pela UFRGS. Desde 2014, também é professora da UFSC no departamento de Antropologia Social, participando do CANOA. Assim como Rafael, a pesquisadora teve proximidade com o BIEV desde a sua formação de graduação, mantendo-se como pesquisadora do grupo até o final do seu doutorado. Além disso, realizou um pós-doutorado em colaboração com o BIEV posteriormente. Durante toda essa atuação, Viviane foi uma das pesquisadoras que mais desenvolveu estudos sobre o som como um registro de campo e um dado etnográfico, tendo contribuído grandemente para essa parte do banco de dados.

Como pesquisadora, desenvolveu várias etnografias relacionadas com o mundo do trabalho nos espaços urbanos contemporâneos, uma outra faceta de estudos que foi muito desenvolvida no BIEV UFRGS. Durante seu mestrado, desenvolveu etnografia sobre o mundo dos feirantes e fregueses da Feira Modelo do Largo Zumbi dos Palmares (Largo da Epatur) de Porto Alegre (VEDANA, 2004). No seu doutorado, manteve seu tema de estudo, mas expandiu suas etnografias para entender as práticas de compra e venda de alimentos nos mercados de rua e feiras-livres em Porto Alegre, em São Paulo e em Paris (VEDANA, 2008). Atualmente, continua estudando o tema do mercado de alimentos e da Antropologia Visual ligada aos registros sonoros na UFSC, contribuindo com produções que são feitas com pesquisadores diversos.

A última entrevistada foi Camila Braz da Silva, graduada em Ciências Sociais, mestre em Antropologia Social pela UFRGS. Em 2021, ela passou a ser doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da mesma universidade. Durante as entrevistas realizadas, Camila ainda participava do BIEV, tendo seu primeiro contato com o

⁷⁶ Atualmente, o documentário está disponível na plataforma Vimeo na conta do pesquisador. Está disponível em: <https://vimeo.com/user5092748>

grupo e com o projeto do banco de dados em 2017 – apesar da sua trajetória ser um pouco mais longa no Navisual, grupo de pesquisa muito próximo do BIEV. Camila é uma pesquisadora que trabalha com a questão da transformação dos espaços urbanos através da chamada Memória Ambiental, uma forma de entender as relações ecossistêmicas entre cidade e meio ambiente a partir de múltiplas narrativas de moradores urbanos e de acervos diversos coletados ao longo das pesquisas.

No seu trabalho de conclusão de curso, estudou as memórias relacionadas com o mundo do trabalho e da paisagem no Hotel Rodoviária de Porto Alegre, entendendo como se deu a construção desse espaço urbano (DA SILVA, 2018). No seu mestrado, estendeu a região estudada na sua etnografia feita no TCC, englobando a formação de toda a rua Voluntários da Pátria (DA SILVA, 2021). Diferente dos outros pesquisadores, Camila tem mais experiência com a parte fotográfica do acervo: tanto fotografias etnográficas feitas pelas pessoas ligadas ao grupo de pesquisa quanto imagens de acervos múltiplos coletados para entender a formação dos espaços nas cidades. Além disso, ela atuou na construção da última versão do banco de dados do BIEV UFRGS durante a coleta das entrevistas, o que a fez trazer um olhar mais próximo da realidade atual do projeto.

Após concluídas as entrevistas com os(as) pesquisadores(as), foi realizada uma análise de conteúdo (BARDIN, 1977) das percepções registradas. A partir dessa metodologia, foram feitos quatro agrupamentos temáticos que realizam a convergência de certas falas que serão expostas junto com as análises do pesquisador desta dissertação.

4.1 Desafios éticos da construção das bases de dados etnográficas

Uma das questões mais importantes que foram mencionadas é a dimensão ética da restituição dos registros às comunidades que participaram do processo etnográfico. Diferente do caso de outros tipos de pesquisa em que a restituição não é um fator determinante, a etnografia trabalha por longos períodos de tempo com comunidades diversas, fazendo com que os dados que são coletados não sejam meramente objetos de autoria do pesquisador que está resguardado por alguma universidade.

Pelo contrário, a restituição é vista como uma das questões mais importantes para que o registro coletado através da etnografia possa ser de fato visto e usado pelas comunidades que possuem suas vidas intimamente envolvidas com as pesquisas feitas. Como alguns pesquisadores mencionaram nas suas entrevistas, o tema da restituição é um debate que já vem sendo feito há bastante tempo dentro da área de pesquisa, principalmente na

Antropologia Visual pelo fato da visualidade dos dados terem um impacto ainda maior nos momentos de retorno dos registros às comunidades que são parceiras das etnografias. Alguns cineastas importantes da área foram mencionados como expoentes importantes nesse debate, como Jean Rouch (2003) e Jean Arlaud (2006).

Nesse sentido, a professora Ana Luiza relatou algo que mostra como a questão da restituição é algo muito difícil e poucas vezes realmente feita, mesmo por grandes pesquisadores ou por grupos de pesquisa que são referência. Na nossa entrevista, estávamos conversando sobre questões relacionadas com os porquês de ter tentado criar um banco etnográfico na *internet* e a professora lembrou de alguns eventos que foram marcantes para ela no entendimento de como isso vem acontecendo no Brasil:

Outro momento que eu me dei conta da questão da restituição foi quando eu e a Chica (Cornelia Eckert) fomos convidadas a passar uma semana com o RCO (Roberto Cardoso de Oliveira) fazendo um documentário chamado “Iluminando a face escura da lua”. Porque, nessa uma semana, todo mundo que trabalhou em cima dos acervos de pesquisa dele – que agora estão na Unicamp – fizeram palestras e mesas. O cara tem um acervo – tinha, agora está lá, ele faleceu – de fotografias de grupos indígenas que é gigantesco, tu não tem noção, Matheus, quase quarenta anos de trabalho. E quando ele escreve “O Diário e Suas Margens”, ali eu me dei conta: “mas pô, os caras vieram na porta dele para pedir imagens!”

Aí eu começo a me dar conta de algumas coisas. Essa uma semana que estávamos passando lá deu origem a um seminário de Antropologia Visual, e teve uma apresentação do pessoal do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), mostrando os vídeos que eles fizeram que foram circulando – tu vê, essas coisas eu estou me dando conta só porque estou falando contigo agora, tá? Que foram circulando entre as tribos do mesmo grupo linguístico, o vídeo servindo como entrelaçamento e retomada de contato com as tribos que estavam trabalhando de forma isolada – isso se chama circulação! De que? De um acervo que não é do antropólogo. (ROCHA, 2021)

Nota-se a importância dessa memória que ressurge no processo de lembrar feito nas entrevistas qualitativas. Aqui, é resgatado um documentário que foi feito por Ana Luiza, Cornelia Eckert e outros pesquisadores com Roberto Cardoso de Oliveira, um grande antropólogo do Brasil que trabalhou com inúmeras comunidades em parceria com o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Museu do Índio e o Museu Nacional. Mesmo sendo um dos grandes nomes da Antropologia brasileira, possuindo um acervo muito grande que é resultado de mais de 40 anos de pesquisa, a restituição sempre foi muito limitada, como mostrou a professora.

No processo de fazer o documentário mencionado, o próprio Roberto Cardoso de Oliveira falou sobre uns trechos do seu livro chamado “O Diário e Suas Margens” (OLIVEIRA, 2002) em que relatou como algumas comunidades indígenas tiveram que ir até a

porta de sua casa para poder tentar conseguir o material etnográfico que ele produziu ao longo de todos esses anos em contato com diferentes instituições de pesquisa e de memória. Atualmente, o seu grande acervo está no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o que mostra como o tratamento e a disponibilização dos dados de pesquisa universitários são feitos de forma póstuma ou após muitos anos de trabalho.

Por isso, ela salientou como, muitas vezes, a circulação dos materiais etnográficos vão acontecendo sem o apoio das universidades, como é o caso que ela narrou sobre as ações realizadas pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que, por muito tempo, foi uma Organização Não Governamental (ONG). Nesse seminário, o CTI apresentou como se dava a circulação e a restituição dos materiais comunicacionais produzidos no projeto chamado Vídeo nas Aldeias, uma ação de produção audiovisual que já fora mencionada nesta dissertação. Não é banal que esse foi um dos poucos projetos brasileiros de Antropologia Visual que realmente possuiu *sites* mais duradouros na *internet* que fizeram a divulgação da grande maioria das produções audiovisuais produzidas em colaboração com grupos indígenas.

Sobre essa abertura, Rafael Devos trouxe questões importantes sobre o receio de vários pesquisadores(as) em abrir os registros em alguma plataforma comum na *internet* e ver os dados etnográficos sendo utilizados para fins comerciais, descontextualizando toda a perspectiva social dos trabalhos de pesquisa realizados.

É importante entender um pouco essa particularidade dessas imagens, porque não é uma imagem que se pode... (risada) eu lembro uma vez nos procuraram para usar algumas imagens para uma propaganda política, por exemplo. Não faz o menor sentido usar essas imagens para isso, né? Elas não foram produzidas com essa intenção e também não faria sentido para fazer uma propaganda do Zaffari (supermercado de Porto Alegre), porque elas têm já esse fundo cultural, então... acho que tem alguns... dependendo do material pode ter alguns desafios mais particulares. Dependendo do que está sendo pesquisado, mencionei esse caso porque foi um dos trabalhos que a gente fez também, que colegas no Navisual que eu conheci estavam trabalhando que tinha um pouco esse tipo de cuidado. (DEVOS, 2021)

Devos trouxe essa memória quando foi questionado sobre como ele se sentia sobre outros grupos trabalharem na criação de um repositório digital para disponibilização dos dados antropológicos. Para além da questão da restituição que ele também salientou como um elemento extremamente importante, lembrou desses problemas possíveis causados pela abertura dos dados em um sistema digital devido à perda de controle sobre os registros etnográficos caso não haja algum desenvolvimento de direitos autorais para que não seja permitido o uso de forma indiscriminada. Por isso, questiona-se que, se há a necessidade de abertura e restituição de dados que são públicos, isso precisa ser feito de forma cautelosa a

partir de alguns mecanismos que possibilitem driblar atitudes danosas como a apropriação de imagens de minorias.

Em um certo momento da conversa com Viviane Vedana, ela recuperou memórias que mostravam como essa era uma das grandes preocupações com a criação do banco de dados do BIEV na UFRGS. Ela afirmou que, em vários momentos, o grupo parou para refletir sobre possibilidades de criar um projeto na *internet* em que a inclusão, a classificação e a organização de arquivos ocorreriam de forma mais descentralizada.

Seria uma forma de criar um acervo colaborativamente a partir do digital, mas isso implicava também em reflexões acerca dos riscos envolvidos nesse tipo de projeto devido à quantidade de imagens de pessoas registradas na base de dados do BIEV. Além disso, esse tipo de proposta envolveria ainda mais quantidade de desenvolvimento tecnológico, uma questão que sempre foi um problema dentro desses projetos como já explicado no capítulo três.

Avançando nesse debate sobre a ética dos dados, Rafael Devos opinou acerca de como ele consideraria adequado que houvesse um projeto para dados abertos que tivesse uma equipe interdisciplinar trabalhando com os registros etnográficos do BIEV:

A gente sempre tem que levar isso para um contexto, né? Na experiência que eu tive no BIEV, por exemplo, eu acho que o material que eu produzi em particular não teria muitos problemas, no sentido de que eu já sabia que havia conflitos socioambientais, questões legais envolvidas, então tudo que eu produzi não tinha nenhum tipo de problema para os moradores no sentido de algo que não poderia ser mostrado. Então, no meu caso, eu fico tranquilo nesse sentido, porque já era um ponto de partida da pesquisa, o que seria mostrado já era de alguma maneira mostrar o direito daquelas pessoas a morar naquele lugar que era algo que estava sendo questionado e que segue sendo questionado, né?

Mas em outras pesquisas, por exemplo, com religião afro-brasileira, que é o exemplo mais comum que a gente utiliza, existem certas interdições, tanto do que pode ser mostrado dos ritos, quanto os períodos de luto quando alguma pessoa que está na imagem faleceu e que não pode ser mostrada essa imagem por um certo período de tempo... então eu acho que poderia ter outras pessoas trabalhando com isso, eu acho que seria uma boa (risada), porque não dá para a gente fazer essas coisas pelo resto da vida, mas desde que elas também tivessem um pouco esse olhar para essa reflexão sobre esses materiais, não só para o material em si, mas entendendo esse material como a produção de conhecimento mesmo. Do quê que pode ou não ser mostrado, o pesquisador tem um pouco essa dimensão ética junto. Ética não no sentido legal da coisa como a gente tem no comitê de ética, de uma certa formatação, mas no sentido de uma reflexão do processo de pesquisa mesmo. Então acho que é necessário sim, mas é necessário que sejam pessoas que tenham um mínimo de conhecimento do que se faz na Antropologia, uma maneira um pouco mais ampla. (DEVOS, 2021)

Nessa fala, o professor pesquisador demonstrou que acredita que há entraves éticos para realização da abertura desses dados de pesquisa pelo fato de eles possuírem uma

dimensão comunicacional que vai além da simples disponibilização dos documentos em ambiente digital. Ao invés de trabalhar da mesma forma que em vários outros projetos de ciência aberta, deve-se entender qual é a dimensão da produção de conhecimento existente nesses arquivos. Assim como em vários textos recuperados na revisão de literatura (PELS et al., 2018; CARVALHO, 2019; ROBERT, 2013), Rafael demonstrou que determinados temas de pesquisa possuem maior sensibilidade, como as etnografias feitas com pessoas de religiões de matriz africana, um assunto bastante estudado na área da Antropologia.

No caso dos dados de pesquisa feitos por Devos em colaboração com outros(as) pesquisadores(as) na Ilha do Parque Estadual Delta do Jacuí, ele afirmou que não há problemas de abertura, porque ele mesmo fez uma curadoria para o banco do BIEV no sentido de disponibilizar somente o que seria condizente com a postura ética do pesquisador. Contudo, quando conversamos sobre a criação de algum repositório em que os dados poderiam ser descritos com metainformação, ele afirmou que seria interessante uma equipe sensível que pudesse acessar os escritos que ele fez sobre esses acervos ou que entrasse em contato com o próprio pesquisador para acessar informações mais densas sobre esses dados.

Isso mostra a importância de se ter uma restituição mais próxima do tempo em que a pesquisa foi realmente feita, visto que é o pesquisador e a própria comunidade pesquisada que pode contrapor se há algum problema em relação à disponibilização do material e à criação de descrição pela via de metadados. Por isso, é importante pensar que esses acervos não podem simplesmente se tornar um patrimônio científico em alguma instituição anos após a concretização de alguma pesquisa sem perdas muito significativas, porque a dimensão comunicacional dos dados e da própria descrição dos documentos é algo essencial.

Além do já mencionado, Devos ainda falou sobre como esse tipo de eticidade não pode replicar o que é feito pelos comitês de ética que, no Brasil, são majoritariamente feitos a partir dos modelos propostos para pesquisas na área da saúde. Muitas vezes, a simples assinatura de um termo não assegura nenhuma postura ética, porque um documento oficial assinado não garante o processo dialógico que deve haver em toda produção e restituição de dados antropológicos.

Ainda sobre essa questão, Viviane Vedana trouxe outra perspectiva diferente da de Rafael Devos. Quando a questioneei sobre a necessidade dos(as) antropólogos(as) estarem junto na criação de um repositório digital e na disponibilização de dados visuais etnográficos, ela narrou a seguinte história:

Essa é uma questão bem interessante que você coloca. Eu não sei se eu tenho uma resposta muito fechada para isso. Vou te falar isso a partir de uma experiência que

eu estou vivendo agora e que está sendo bem interessante, assim. Eu estou participando de um projeto junto com alguns amigos. Na verdade, foi um amigo que me chamou. Ele elaborou um projeto junto com o IPHAN do Paraná sobre o que eles chamaram de paisagens Caiçaras, que tem a ver com os modos de existência desse povo, dessa multiplicidade de povos que é a cultura Caiçara no Paraná.

E qual era o fundamento desse projeto: eles queriam montar paisagens que falassem dessas paisagens Caiçaras, desse modo de viver Caiçara e eles fizeram isso a partir dos acervos pessoais de outras pessoas. Eles abriram uma chamada com alguns critérios e as pessoas enviavam para lá, tanto textos quanto fotografias, vídeos, sons, músicas, tudo. E aí ficou um acervo considerável, grande, de várias coisas diferentes. E, lá pelas tantas, eles me chamaram justamente pra pensar essa dimensão de uma coleção sobre uma paisagem e essa dimensão ética do trabalho com as imagens de outras pessoas. Então é interessante você estar colocando isso, porque a gente fez muitas discussões nesse grupo sobre, por exemplo, a questão de autoria, já que nós estávamos produzindo pequenos vídeos com as imagens fotográficas, videográficas e sonoras de outras pessoas. E misturando pessoas que nem se conhecem, né, nessas imagens.

A princípio, eu acho que isso é bastante profícuo porque, claro, eu sou uma antropóloga nesse grupo. Eu sou a única antropóloga e o resto são professores da Música, do Design, do IPHAN, do Patrimônio, e eu sou a única antropóloga. Então quando eles me chamam, essa questão já vem junto, porque eles poderiam estar fazendo isso sem a minha presença ali. É uma das coisas que a gente conversou enquanto grupo. Como alguém que pensa o som, eu entendo esse meu lugar de alguém que pensa o som e vai contribuir para a ideia de paisagem sonora, mas tem outros musicistas que também poderiam fazer isso.

E aí a gente chega nessa discussão: “Ah, mas é que tem uma antropóloga que vai colocar em questão aqui para gente sobre as ideias de cultura, a questão da própria exotização dessas pessoas que a gente poderia cair e que uma antropóloga ou antropólogo provavelmente não vai deixar isso acontecer, né? Vai colocar questões que talvez a gente não se colocaria”.

Então, por isso que eu te disse que eu não sei se eu tenho uma resposta fechada, porque eu não sei se eu concordo exatamente que o antropólogo que tem esse poder. Eu acho que a gente tem de fato uma sensibilidade para isso, para tratar de questões éticas e para pensar a diversidade cultural sem exotizar as pessoas. Acho que esse é o nosso trabalho enquanto antropólogo. É entender a diferença sem fixar as pessoas nesse lugar. Por exemplo, uma das discussões que foram bem acaloradas nesse grupo que eu estou te comentando era sobre algumas fotos que a gente recebeu e que tinham um caráter meio de uma natureza distante, de uma paisagem natural sem os humanos, ou de humanos idílicos assim.

E aí o coordenador do grupo colocava essa questão: “olha, a gente não pode tratar essas pessoas como pessoas que estão paradas lá no tempo, que são comunidades tradicionais e permanecem fixadas nessa temporalidade outra que não seria a temporalidade do capitalismo, por exemplo, ou do desenvolvimento, etc”. Então acho que os antropólogos tem uma sensibilidade pra olhar pra isso e questionar se isso acontece de alguma maneira, mas eu não acho que só os antropólogos podem trabalhar com esses acervos, sabe? Não sei, eu tendo a desconfiar dessa essencialização do próprio trabalho do antropólogo, no sentido de que vai estar isento de pré-concepções ou isento de um olhar reificante. Não acho que a gente tenha essa prerrogativa, assim. Então, a princípio, me parece que outras pessoas poderiam muito bem trabalhar com aquelas imagens ali. (VEDANA, 2021).

Viviane narra uma história importante sobre um projeto recente que participou com o fim de reunir um acervo com várias proveniências e fazer difusão de narrativas sonoras,

imagéticas e audiovisuais sobre as paisagens Caiçaras do Brasil.⁷⁷ Como já mostrado na fala de Viviane, trata-se de um projeto interdisciplinar entre vários tipos de pesquisadores e de profissionais, englobando pessoas de diferentes áreas da Comunicação e do Patrimônio, sendo ela a única antropóloga da equipe.

Nesse sentido, ela trouxe essa narrativa de um outro contexto de produção para mostrar como não necessariamente é a pessoa formada em Antropologia que precisa estar junto para criação de um repositório digital. Várias áreas podem estar em colaboração nesses projetos, desde que elas tenham a sensibilidade suficiente para realizar o trabalho de disponibilização do material.

Após contar como se sentiu nesse caso, ela afirmou que acredita na importância de haver informações suficientes sobre os registros multimídia e etnográficos para a equipe responsável poder abrir os dados de forma adequada. Para ela, não é necessário que o(a) antropólogo(a) esteja necessariamente sempre trabalhando junto na disponibilização e reuso dos materiais, mas é importante que se formem equipes sensíveis em torno de informações suficientes para que os registros sejam descritos mostrando um contexto etnográfico dos dados. Em outras palavras, é importante nomear quem são as pessoas, descrever adequadamente certos saberes e fazeres que podem estar registrados, mostrar em que contexto aquilo estava sendo feito, entre outros aspectos próprios da pesquisa etnográfica.

Percebe-se claramente que muitas imagens não possuem uma única autoria no caso do projeto das Paisagens Caiçaras. Um banco de dados etnográficos e visuais nem sempre é marcado exclusivamente por registros feitos por antropólogos(as) a partir de trabalho de campo, o que corrobora com a argumentação teórica feita neste projeto de que se deve pensar na interdisciplinaridade entre Comunicação e Antropologia para que não se mutile esse saber a partir da disciplinaridade. É muito comum que os registros sejam feitos por pessoas da Comunicação (principalmente fotógrafos e cineastas) e, cada vez mais, é normal que se agrupe registros feitos pelas próprias comunidades que estão tendo acesso a recursos tecnológicos.

Ainda sobre a questão da ética dos registros etnográficos, Camila Braz da Silva trouxe outro olhar a partir do seu trabalho de campo, principalmente sobre o que viveu com um narrador da cidade chamado Seu Guido, dono do Hotel Rodoviária de Porto Alegre. Além das fotografias autorais que ela fez na sua etnografia urbana, ela herdou um grande acervo fotográfico da família de Seu Guido que mostra muitas facetas do desenvolvimento da região

77 O *site* do projeto pode ser acessado aqui: <https://paisagenscaicaras.wordpress.com>

que ela estava etnografando.

Eu acho que não dá para colocar todo o material etnográfico que a gente produz dentro de um repositório! Tanto que os recortes que a gente faz sempre são recortes éticos. Por exemplo, trabalhar com uma infinidade de fotografias de um acervo pessoal de alguém é fazer escolha de quais fotografias podem ir ou não, e tem fotografias que talvez não sejam eticamente apropriadas para colocar dentro de um repositório, né?

Então, enfim, vou te dar um exemplo. O Seu Guido fotografava muitas coisas na rua, inclusive pessoas em situação de rua dormindo na calçada. Eu vou colocar essa foto dentro do repositório para contar sobre a “marginalização” de um território? Essa história que eu quero contar? Não é a história que eu quero contar, não quero usar essa imagem dessa maneira de uma pessoa em extrema situação de vulnerabilidade, como tem muitos dos carroceiros que trabalham por ali, alguns também em extrema situação de vulnerabilidade. Eu vou tirar fotos dessas pessoas? Mas esse é um conflito ético que vem desde a minha produção da imagem - que imagens são essas que eu, como antropóloga visual, estou produzindo em campo, porque eu vou publicizá-las? Então eu acho que essas questões - e talvez essa seja uma questão bem interessante, que seja muito difícil você trabalhar só com um acervo de imagens sem produzir fotografias por exemplo, sem produzir imagens, outras mídias de campo, outros dados etnográficos. Por quê? Porque você tem que ter uma atenção crítica aos seus processos éticos, não tem como você não fazer isso.

Eu também não quero contar a história de um interlocutor que, por vezes, ele também é preconceituoso e ele também tem... né? Os seus dilemas, os seus embates éticos, eu não quero contar essa história, naquele momento eu não queria contar essa história. Eu queria contar a história das transformações do entorno daquele hotel a partir de tensionamentos que as águas urbanas causavam naquele território, como os alagamentos. Têm histórias das enchentes, tenho muitas fotos de alagamentos - aquilo lá para mim é o que eu queria contar, eu não queria contar a história de pessoas em situação de rua e de extrema vulnerabilidade, sendo que o Seu Guido tirava foto delas e ainda colocava: “Morador de rua, mais uma vez” - coisas do tipo assim - “Prefeitura não toma providências, pessoas continuam dormindo em volta do prédio”. Para ele, isso era uma documentação e um alerta ao descaso daquela região e, para mim, no meu entendimento, é outra coisa que pode ser muito perigosa para você discutir nesses termos. Eu não queria pensar sobre isso, então essa imagem prontamente não entra, ela não está ali dentro, eu faço a escolha de que ela não esteja dentro das coleções. Eu tenho essas imagens, mas elas não são públicas. (DA SILVA, 2021)

Seu Guido foi um parceiro de pesquisa de Camila por muitos anos. Ele era um imigrante alemão que morava no interior do Rio Grande do Sul e, participando do movimento de êxodo rural, veio para Porto Alegre tentar uma vida nova. Com isso, criou o Hotel Rodoviária na Rua Voluntários da Pátria, sendo um grande narrador de como aconteceram as transformações urbanas nesse segmento da cidade (DA SILVA, 2018). No ano de 2020, ele morreu, deixando uma parte muito significativa de sua memória com a pesquisadora por ter feito etnografia por tanto tempo com esse senhor.

Neste caso, Camila mostrou questões muito importantes dos acervos etnográficos, particularmente dos dados de pesquisa da Antropologia Urbana que trabalha com pessoas diversas que vivem nas cidades – diferente do caso da etnologia que trabalha com

comunidades tradicionais que possuem uma cultura mais distante da civilização branca ocidental. Fica claro na fala da pesquisadora que há várias situações controversas que se vivem neste tipo de etnografia, ocasionado na necessidade de não tornar público todos os dados produzidos em campo.

Apesar das falas e dos registros escritos de Seu Guido mostrarem que ele relacionava a existência de moradores de rua e de catadores de lixo à degradação do espaço urbano, em outros momentos, o mesmo interlocutor de pesquisa compreendia que essas situações de precariedade aconteciam devido à falta de investimento na região. Por isso, Camila salientou que é preciso ter cautela no que será aberto a um público maior em um repositório de dados antropológicos, visto que as pessoas são complexas, frequentemente contraditórias e podem inclusive estar construindo suas opiniões ao longo da etnografia com a presença do(a) pesquisador(a). Não é banal mencionar que o ato de registro visual em etnografias ocasiona algum tipo de transformação das pessoas também, ainda mais quando se trata de pessoas que vivem em camadas sociais que nunca tiveram algum tipo de representação.

Isso é ainda mais pungente quando se considera que Camila estava pesquisando a questão da Memória Ambiental da região, procurando por informações relacionadas com as águas urbanas. Um de seus maiores interesses era entender a questão dos alagamentos e de como Porto Alegre foi lidando com essa constante invasão das águas nesse território. Contudo, à medida que o trabalho avançava, ela percebia uma série de questões complexas que são próprias desse tipo de etnografia:

Porque o meu trabalho, eu também fico pensando, é numa região territorial de disputa imobiliária dentro da cidade. Tem pessoas de diversas classes sociais, pessoas em situação de vulnerabilidade, de moradia, de infinitas coisas, que trabalham com materiais recicláveis, tem pessoas que... enfim, que estão trabalhando ali naquele lugar com empregos informais, tem muitas dinâmicas de muitas pessoas, dinâmicas de grupo diferentes em um mesmo território, né? Mas eu percebo na minha pesquisa que é um lugar que, ao longo do tempo, tem uma repetição de um lugar que “não vai para frente”, de um lugar perigoso que tem relação com tráfico, você tem medo de ser roubado naquela região.

E aí você está lidando com um território que tem vários estigmas, que são vários conflitos e contradições, que tem uma especulação imobiliária forte ali, imensa! Aí você vai falar sobre as pessoas como? Quais discursos você vai usar? Você vai colaborar com aquilo de que não tem vida, olha isso, eu estava falando até agora do tanto de gente que habita aquele lugar, mas tem os discursos de que não tem vida, de que é perigoso, de que é marginalizado, enfim. Eu acho que isso também é nossa curiosidade dentro da Antropologia. Tá, estão falando que é assim, mas não é assim exatamente. Como que é? Quais as dinâmicas que permeiam esse lugar? Quais são os conflitos? (DA SILVA, 2021)

Esse é outro levantamento importante que a pesquisadora fez sobre a questão dos dados antropológicos. Se considerarmos o campo dos dados abertos de pesquisa, normalmente se entende que é necessário haver uma purificação de certos registros em áreas do conhecimento extremamente delimitadas – como é o caso do repositório digital Globe que foi criado especificamente para pesquisadores(as) que estudam a mudança de uso e cobertura do solo (PAVÃO *et al.*, 2018). No caso da Antropologia Social e da Antropologia Urbana, não é desejável estudar e criar um repositório de dados somente sobre os chamados aspectos culturais de um determinado grupo. Ao contrário dessa purificação, a etnografia mostra aos pesquisadores os entrelaçamentos que existem entre diversas questões societárias, inclusive na relação entre humanos e não humanos diversos na constituição dos ecossistemas onde vivemos.

Como se pode ver no relato da autora, não há como falar sobre a memória das águas urbanas da região sem considerar a especulação imobiliária, as disputas entre comerciantes, a situação do tráfico e da vulnerabilidade social de diversas camadas sociais. Isso fica ainda mais claro quando se considera a questão temporal vista pela etnografia que é feita com pessoas mais velhas que são grandes narradores dos processos de transformação da cidade, como é o caso da Etnografia da Duração (ECKERT; ROCHA, 2013) que é feita no BIEV.

A partir da memória das pessoas, a narrativa sobre os espaços urbanos não é constituída por fatos objetivos sobre como ocorreram as mudanças no tempo. Nessa perspectiva, a cidade é permeada por corpos que tem seus marcadores, por subjetividades diversas que têm relação com movimentos civilizatórios de colonização no Brasil e por contradições que, muitas vezes, não entendemos por um viés interpretativo racionalista.

Ainda assim, a questão dos desafios não se refere só aos dados etnográficos, já que existem muitos tipos de dados diferentes em grupos como o BIEV UFRGS. Por isso, adentrar-se-á na próxima seção que agrupará percepções dos(as) pesquisadores(as) acerca desses desafios.

4.2 Diferentes tipos de dados de pesquisa

Para além das especificidades éticas dos dados etnográficos, há o desafio de criar um repositório para abrigar variados tipos de registros devido às subáreas de pesquisa feitas no BIEV UFRGS: a Antropologia Urbana (ligada à Etnografia da Duração) e a Antropologia Visual e da Imagem.

É importante mencionar que os dados do BIEV possuem algumas peculiaridades que

não são tão comuns em outros grupos dessa área temática no Brasil.⁷⁸ Neste estudo de caso, as pesquisas sobre os espaços urbanos estão intimamente relacionadas com a duração dos fenômenos citadinos, ocasionando em uma reflexão sobre a dimensão temporal dos acontecimentos das civilizações urbanas que se instalaram nos trópicos da América Latina.

Assim sendo, há uma forma específica de trabalho etnográfico que vai além da simples observação participante com o registro do que se vive em campo. Sobre isso, é possível recuperar uma das falas de Rafael Devos sobre o projeto Habitantes do Arroio:

O meu último projeto no BIEV foi o Habitantes do Arroio que foi um projeto sobre uma paisagem específica, o Arroio Dilúvio, essa bacia hidrográfica (de Porto Alegre). Ali, a gente teve essa ideia de produzir uma coleção de imagens, de reunir vários tipos de materiais. Então a gente acabou desenvolvendo meio que essa maneira de trabalhar: ao mesmo tempo produzir novas imagens e reunir uma coleção de imagens que estão presentes em várias bases de dados. Um pouco dessa maneira de atuar, ao mesmo tempo consultando essas bases e alterando essas bases, uma espécie de observação participante, seria um pouco isso que eu poderia pensar contigo aqui. (...)

A gente não aplicou assim uma metodologia própria no sentido de que seria um arquivo. Estava muito mais perto talvez das reflexões lá do Didi-Huberman, falando do quanto a imagem segue ardendo e, cada vez que a gente vai mexer num arquivo, a gente mostra aquilo que foi apagado. Tem um pouco essa coisa - cada imagem é uma sobrevivente de um incêndio, né? (DEVOS, 2021)

Com essa forma de trabalho e pesquisa relatada por Devos, o BIEV se tornou um grupo que não só produzia registros etnográficos visuais feitos pelos(as) pesquisadores(as), como também se transformou em um local de agrupamento de vários documentos oriundos de diferentes fundos de origem. Como no caso do Habitantes do Arroio mencionado na fala anterior, os registros coletados pelo grupo não eram aleatórios, pois eles saíam de seus fundos de origem para serem agrupados com vários outros (principalmente com os registros etnográficos) a fim de criar uma base de dados de pesquisa sobre certos temas e sobre determinadas regiões da cidade.

Isso se deve à forma de pesquisa que foi se criando nesse grupo onde não se trabalha apenas com o que se chama de Antropologia Visual, mas se realiza um trabalho híbrido com a chamada Antropologia da Imagem – um termo bastante desenvolvido pelas coordenadoras do projeto. Nesse sentido, a ideia não é realizar um trabalho historiográfico para perceber o passado da cidade através de conjuntos documentais diversos. A questão principal colocada é a da multiplicidade de documentos que se chocam, principalmente os dos acervos oficiais

78 Apesar de existirem grupos de Antropologia Urbana e de Antropologia Visual e da Imagem que possuem características semelhantes aos registros produzidos no BIEV UFRGS, esses grupos são exceções dentro do cenário acadêmico.

sobre a cidade e os etnográficos coletados pelos pesquisadores, mostrando determinados apagamentos que acontecem na nossa memória coletiva através das escolhas do que se preserva e como.

Por isso que Devos menciona um autor como Didi-Huberman (2012) por entender que os acervos são vivos e reverberam na construção da nossa memória coletiva, inclusive através de apagamentos. Sobre esse tópico, Ana Luiza contou um pouco sobre o desenvolvimento desse tipo de pesquisa através da sua tese de doutorado:

E aí, eu acho Matheus... acho... que isso tem a ver também com o período da minha tese. Que período é esse? É o mesmo período que o pessoal que desenvolveu a discussão da decolonialidade da CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales) está fazendo as suas teses também. Eu peguei isso porque eu comecei a ver as teses dos caras na época que eu estou fazendo a minha - e que época é essa, Matheus? É a época da comemoração dos 500 anos da descoberta da América, porque minha tese foi em 94.

Então tu tem uma série de produções teóricas da discussão sobre as narrativas de fundação da América de 1492. Tu tem os textos do Thodorov sobre isso, tem textos sobre a questão da Europa no período da Renascença, um outro sobre a América Mágica do Jorge Magasich e do Jean-Marc de Beer. Tem o Gruzinski trabalhando no México com isso, tem a Carmen Bernand com a “História do Novo Mundo”, então, eu acho que é um momento de discussão sobre as fontes documentais. E que fontes documentais? A que estão, obviamente, nos acervos de Portugal em Lisboa - se tu for em Lisboa, vale a pena ir no Museu da Navegação porque tu encontra os mapas, tu tem cartografia da época. Digamos que eu queira estudar isso como fez o Gilberto Freyre, vai para Portugal que tu tem, vai para Espanha que tu tem, vai para Gênova que tu tem - então, eu acho! (...) Eu diria que tem uma sincronia de uma discussão sobre as narrativas de descobertas da América e a discussão das narrativas historiográficas e as fontes documentais.

E, por isso, a importância de discutir, de novo, eu acho que é dessa época também, o De Certeau com “Escritas da História”, uma discussão sobre essas fontes documentais e como tratar as fontes documentais para problematizar, eu diria, relações de poder - hoje eu te diria relações coloniais. Acho que dava pra usar isso na época porque era uma coisa que a gente falava, os grandes impérios coloniais, mas não se discutia tanto esse processo de decolonialidade dos arquivos, por exemplo, né? (ROCHA, 2021)

Durante a entrevista, a própria professora fez algumas reflexões ligando várias produções intelectuais das últimas décadas com a criação deste tipo de banco de dados dentro das humanidades e, principalmente, das Ciências Sociais.

Essa reflexão tem conexão intrínseca com alguns dos textos recuperados na revisão de literatura, como o de Livio Sansone (2013) e o de Moacir Rodrigo de Castro Maia (2018) que versam sobre a criação de repositórios digitais de documentos sobre a questão da negritude no Brasil. Nesses dois artigos, não é falado sobre a criação apenas de plataformas digitais para dados de pesquisa originais, porque se percebe a importância de coletar e disponibilizar documentos que convergem para determinados temas e que nos auxiliam a descortinar

questões apagadas devido aos aparatos coloniais instaurados nos trópicos latinos.

Assim, esse tipo de projeto possui certas discrepâncias em relação à noção de que os dados abertos universitários precisam sempre ser originais e autorais. Nesse caso, há conflito entre determinados projetos de criação de repositórios digitais, visto que existe a problemática sobre os fundos de origem e os direitos autorais envolvidos nesses documentos históricos que são coletados pelos(as) pesquisadores(as).

Se isso sempre foi um terreno comum às humanidades, a questão da criação de dados abertos traz outros problemas, já que não se trata apenas de utilizar esses documentos como fonte de informação para criação de pesquisas escritas em formato livresco. O estudo de caso do BIEV especificamente mostra que a intenção do grupo sempre foi criar coleções etnográficas não só para reuso dos materiais, mas para que o usuário do banco de dados pudesse entender os conjuntos documentais (etnográficos e não etnográficos) a partir de determinados agrupamentos. Nesse sentido, Camila Braz ressaltou na sua entrevista que a questão da narrativa construída é tão central quanto a abertura dos dados, dado que o trabalho de coleções perde seu sentido caso não seja considerada essa dimensão mais comunicacional.

Assim, é importante resgatar a construção teórica feita neste projeto, percebendo a necessidade de integração de saberes entre às áreas da Comunicação e da Ciência da Informação (WEBER; STUMPF, 2015; ROCKEMBACH, 2015), porque existe uma dimensão de como isso aparece ao usuário que é tão importante quanto a preservação e a disponibilização dos dados. Logo, um outro problema importante é a construção de uma interface específica para esses repositórios digitais, pois é a partir da dimensão da interação que se pode entender um pouco esse tipo de trabalho.

Existem outras especificidades também, como o grande desafio de criação de um repositório que entenda as particularidades dos dados multimídia produzidos na Antropologia Visual e da Imagem. Para começar essa discussão, pode-se trazer um relato da professora Ana Luiza sobre a inspiração que ela teve com a Ina Thèque para pensar nos desafios da construção de um repositório digital para os dados audiovisuais antropológicos:

Para o acervo de vídeo, não conseguimos fazer a organização, porque é uma tarefa enorme de grande, o acervo em vídeo ele é muito complicado, entende Matheus? Em termos de definição de autoria, de várias questões de metadados que eu acho ele complicado, né?

A minha experiência com audiovisual vem muito da Ina Thèque, agora, a Ina Thèque fazia o corte no programa, ela pegava o programa como um todo e depois tu podia decupar pela, bom, tem a pauta original do programa por escrito e o que resultou, porque a pauta nunca é a mesma, eles vão adequando, né? E depois tem as entradas das propagandas, e coisas do gênero, né? Então, na verdade, tu assiste o programa todo e o programa te permite parcelar o momento que tu quer assistir da

coisa como um todo.

Olha... é um trabalho maravilhoso, assim, a forma como eles estruturaram. Eles não cortam, entende? O programa consegue chegar na minutagem, é muito sofisticado. Agora, feito para isso, para quem trabalha com a Comunicação, eu não quero perder a estrutura do programa, como que eles montam o programa, como que tu organiza a pauta de um programa, como que ele se dá - dá para discutir a TV francesa tranquilamente aí. (ROCHA, 2021)

Conversando sobre os desafios de se trabalhar com diferentes tipos de dados etnográficos, a professora Ana Luiza relatou os problemas referentes aos registros audiovisuais que ela considera os mais desafiadores no BIEV. Para falar sobre o que há de desafiador, ela trouxe uma experiência que teve na Ina Thèque na França, que é um serviço de consulta aos arquivos audiovisuais do Instituto Nacional de Audiovisual (*Institut national de l'audiovisuel* – INA). Nesse serviço, há possibilidade de depositar legalmente audiovisuais para preservação e acesso continuado a todos(as) os(as) usuários(as) interessados(as).

Ao invés de haver a implementação de algum *software* comum utilizado na criação de repositórios digitais, o projeto da INA realizou pesquisas e ações para entender as especificidades dos dados audiovisuais diversos que existiam na França. Nesse sentido, pode-se mencionar os registros da TV Francesa que são coletados pelo projeto junto dos roteiros de gravação, das pautas originais dos dias, das mudanças que aconteceram ao longo das transmissões, dos entrevistados de um determinado programa, dos comerciais passados, entre vários outros detalhes relacionados com o mundo da televisão.

Esse exemplo do mundo da Comunicação é trazido para dentro da discussão sobre os registros audiovisuais da Antropologia Visual por suas intersecções. Apesar de não estarmos falando sobre comunicação televisiva, a professora Ana Luiza trouxe esse exemplo para mostrar como os dados de pesquisa da Antropologia Visual poderiam se beneficiar grandemente de um projeto que pensasse nessas especificidades dos tipos de mídia. Afinal, quando se pensa nos desafios dessas bases de dados, percebe-se que não se trata só da disponibilização do material final criado em formato de um produto comunicacional (como um documentário).

É necessário considerar os materiais que não compõe produtos finais, como os registros dos bastidores (como roteiros de captação) e registros audiovisuais que não são utilizados na criação de produtos fechados. Além disso, é preciso considerar como a recuperação da informação acontece para o caso desse tipo de mídia, sendo que algumas ferramentas digitais podem auxiliar na marcação do documento sem necessariamente precisar cortar o arquivo em partes.

Esse diagnóstico da complexidade dos projetos se intensifica quando se considera que a Antropologia Visual e da Imagem não trabalha apenas com o audiovisual, mas trabalha também com registros sonoros, fotográficos e iconográficos. Logo, pode-se entender que todos os desafios aqui elencados para o caso do audiovisual existem de forma diferenciada para os outros tipos de mídias que são produzidas e coletadas.

Devido à toda essa complexidade, claramente existiram tentativas de realizar contatos externos ao grupo de pesquisa a fim de consolidar algum repositório de dados abertos de pesquisa mais estável na *internet*. Por isso, passar-se-á à próxima seção.

4.3 Contatos externos ao grupo de pesquisa

Como visto no diagnóstico feito no capítulo dois, um dos maiores problemas enfrentados na consolidação da base de dados foi a falta da possibilidade de contatos externos que entendessem a particularidade dos dados etnográficos que o grupo possui. Apesar dos pesquisadores entrevistados observarem sua autonomia como algo positivo em muitos aspectos da produção do conhecimento científico na Antropologia (em especial na Antropologia Visual), é possível ver que vários grupos e profissionais foram contatados durante os vinte anos de existência do BIEV a fim de solucionar os problemas da criação do repositório digital na *web* a partir de um *site* institucional.

Para começar a mostrar essa dificuldade, é trazida aqui uma história da professora Ana Luiza sobre as primeiras bolsas de inovação tecnológica que o grupo possuiu para desenvolvimento do projeto no início dos anos 2000.

Nós tivemos as nossas experiências no salão de inovação, né? Que nós passamos por aquela experiência do... da primeira apresentação do banco que nós fizemos com o *Visual Basic* e o *Access*, nós ganhamos o prêmio da feira de inovação tecnológica. Foi o Olavo (Olavo Ramalho Marques) e a Rosana (Rosana Pinheiro Machado) que apresentaram. Depois, passado um tempo, quando já não era mais na ESEF⁷⁹ – porque era na ESEF antes, era linda a feira, era enorme! Era o pavilhão da ESEF e ficava quase essas feiras grandes que ficam em São Paulo, na França também tem muito dessas tecnologias, em grandes capitais tem isso.

E quando foi... acho que passou uns seis anos, por aí – é! Eu acho que foi isso! Nós ganhamos o prêmio da feira com outra apresentação do banco e nós fomos para receber – e aí nos avisaram que nós não poderíamos receber porque eles dariam o prêmio para a área técnica. Aí já tinha a separação entre a bolsa de inovação tecnológica e a bolsa científica – antes não tinha. Quando eles dividiram – aí foi terrível! Porque nos avisaram antecipadamente que nós tínhamos ganho, tá? Mas como é a entrega final, quando chegamos, nos avisaram que nós não poderíamos

79 A sigla ESEF significa Escola Superior de Educação Física da UFRGS. Atualmente, a escola se chama ESEFID que significa Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança.

ganhar, porque a gente vinha da área das humanas – apesar de trabalhar na área de tecnologias da informação, teria que ser dado para o pessoal das exatas... então essa é a lógica. Aí nós ficamos com menção e não sei mais o que, mas com o prêmio nós não ficamos. (ROCHA, 2021)

Essa memória mostra claramente o problema da divisão entre áreas de pesquisa, o que ocasionou progressivamente na dificuldade de inovação tecnológica às áreas das humanidades. Apesar do projeto do banco de dados do BIEV feito em *Access* ter sido uma inovação no início dos anos 2000 e ter sido premiado pelo júri da feira de inovação tecnológica, o prêmio não foi efetuado devido à área em que foi desenvolvido o projeto. Esse ato carregado de simbolismo mostra as escolhas políticas que foram sendo progressivamente feitas na UFRGS, escolhas que refletem a noção de que os conhecimentos nas humanidades não são passíveis de criar inovação e desenvolvimento na sociedade.

Depois dessa fala, a professora ainda mencionou como, pouco a pouco, foi se tornando cada vez mais difícil a obtenção de bolsas de inovação tecnológica para o projeto. Ela relatou que, apesar de tentar conseguir essas bolsas, havia grande dificuldade de diálogo com as instâncias da universidade que distribuíam esse recurso. Uma memória que mostra essa dificuldade foi recuperada quando Ana contou que, para conseguir algumas bolsas com pessoas da área da Ciência da Computação, ela teve que construir o plano de ação com auxílio de alguém que fosse da área da informática, porque o linguajar do projeto deveria condizer com os conceitos que são utilizados por essas áreas. Isso expressa uma política pública das universidades que não incentiva o desenvolvimento interdisciplinar, já que poderia haver uma outra forma de auxílio aos professores das humanidades que desejam esse apoio para desenvolvimento entre áreas.

Assim, paulatinamente, a professora Ana Luiza desistiu de tentar obter bolsistas de inovação tecnológica para o projeto. Além da falta de aparatos universitários que fizessem uma mediação mais compreensiva com as competências informacionais dos pesquisadores das humanidades, o próprio diálogo com os estudantes de outras áreas que trabalham com tecnologia foi narrado pela professora como algo extremamente difícil.

E aí tu pegas alguém da área de informática, vamos dar um exemplo. Tenho a bolsa, tenho o espaço, tenho isso, mas o cara não tem sensibilidade para o que eu estou falando. Eu já entendi o que é programação, eu já aprendi a minha lição, já entendo o linguajar, tá? Eu não faço nada com aquilo, mas eu entendo quando o cara está falando, ele não está falando grego comigo, mas quando eu falo com o cara, eu sou grega para ele. Então como que nós avançamos? Graças ao Cassiano e ao Vinícius que tiveram formação com um professor que trabalhava com a etnografia dentro da pesquisa de *software*. Para a produção de *software*, ele utilizava a etnografia para trabalhar a experiência dos usuários, ele botava pessoas para fazer uma exploração e fazia uma etnografia de recepção.

Aí tu tem o Cassiano, tu tem o Vinícius, mas por sorte! Por sorte, porque o trabalho com o Sérgio, que foi o primeiro programador que contatamos, foi difícilimo, difícilimo! Porque, de novo, o pensar é engessado. E aí eles vêm com modelos, né Matheus? Eles vêm com um modelo, e esse modelo das próprias tecnologias da informação e da comunicação, ele é tão engessado que não permite que tu trabalhe outras modalidades de narrativa. Então, para nós que trabalhamos com o estudo de narrativas, que trabalhamos, por exemplo, com história oral, com memória oral, eu não posso trabalhar como uma biblioteca e trabalhar documento a documento. (ROCHA, 2021)

Assim, percebe-se que o problema não é só a falta de uma política pública diferenciada para desenvolvimento tecnológico nas humanidades, porque há uma dificuldade de diálogo interdisciplinar devido à própria formação dos estudantes a partir dos modelos vigentes. Assim como aponta Edgar Morin (2000, 1999) e Olga Pombo (2006, 2008), à medida que nós temos formações cada vez mais especializadas dentro de contextos disciplinares, torna-se cada vez mais difícil o diálogo entre departamentos para consolidação de projetos de pesquisa e de inovação.

A única memória positiva que a professora possui dessas relações entre disciplinas nas bolsas de inovação tecnológica se deve a experiência de certos bolsistas com a pesquisa etnográfica para construção de *softwares* – uma área que hoje é muito conhecida como *User Experience* (UX) ou Experiência do Usuário em português. Com esses estudantes, foram feitos projetos que se debruçaram na produção de tecnologias digitais específicas à divulgação de dados etnográficos, principalmente através de certas interfaces diferenciadas. Ainda assim, argumenta-se que essa parceria não possibilitou a consolidação de um repositório digital que fosse estável e duradouro, o que não pode ser percebido sem a compreensão de outras dimensões estruturais do problema na universidade.⁸⁰

Por isso, é de suma importância mencionar a grande dificuldade que houve de diálogo entre o grupo de pesquisa e o Centro de Processamento de Dados (CPD) da UFRGS. O CPD é o órgão da universidade que tem como missão prover serviços de TI que apoiem os pesquisadores no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Por isso, essa foi uma instância da UFRGS que foi contatada inúmeras vezes para negociação de auxílio no desenvolvimento de projetos e, principalmente, de armazenamento para o repositório digital *online*. Contudo, esse processo sempre foi muito conflituoso, como mostram as seguintes falas da professora:

80 Outra memória positiva é a do trabalho realizado com Guilherme Deporte de Andrade na construção do segundo repositório. Contudo, a professora salientou que o diálogo interdisciplinar nunca foi fácil apesar de ter havido uma colaboração grande entre o BIEV e o bolsista que estudava na PUCRS. Foi só com esses bolsistas que já conheciam a etnografia que Ana Luiza teve mais facilidade de diálogo e troca desde o início, o que ela relata como uma “sensibilidade maior” às problemáticas dos registros na Antropologia.

Matheus, podem me dar um técnico, mas olha... é para padecer tu falar com pessoas da informática que não tem sensibilidade para o que nós queremos discutir sobre memória. Quando nós falávamos com o CPD, era muito difícil, porque eles davam a estrutura do programa da biblioteca, e nós falávamos: “Mas nós estamos trabalhando com Etnografia da Duração, coleções, não vou trabalhar elemento a elemento”. (...)

Começamos a falar com o CPD, foi logo no início quando nós resolvemos desenvolver o banco no contato com o primeiro programador. De novo, sempre aprendendo com os parceiros. Ele me disse: “Não, mas nós precisamos largar isso em algum lugar!”. A gente ia digitalizar, já existiam os *scanners*, já tinha algumas coisas mais sofisticadas, né? (...) Aí a diretora traz esses dois caras, que aí eu vejo que tem dois setores ali dentro, e esses dois setores, a primeira fala é com o cara que faz a pergunta que não quer calar: “Quanto de espaço vocês precisam?”. Aí eu adoro isso (ironia), aí começa: “Quanto de espaço? Para quê? Para isso?” - do tipo, só faltava dizer - “Eu tenho dados mais importantes para botar na roda”.

Aí tu tem que falar: “Aaaah, mas olha...”. Então isso é falta de formação na área da tecnologia e da informática de gente das sociais lá dentro, porque é fechadinho. Se o lado de cá é fechado, o lado de lá é fechado também. Aí foi uma reunião muito difícil. A segunda e terceira vez que a gente vai, já é mais leve porque já sabem: “Lá vem as chatas, deve ser isso. Lá vem aquelas pessoas lá” - porque a gente tava pedindo mais espaço. Aí volta o processo de negociação, parece a ONU né? Não, vamos negociar aqui, caminhar um pouquinho mais adiante: “Não, olha, a gente precisa de espaço para colocar o site!”. Entendeu? (risada) Porque primeiro era colocar lá os dados e, né, a gente operar domesticamente, depois é dizer que a gente quer colocar lá [em um site], aí já é outros quinhentos, aí é muito... vou só narrar isso assim: “É muito espaço”. (...)

E como que eu fazia então? Chegava para conversar e era: “Ah, mas vídeo não vai dar, ah, vídeo não vai rolar! Não, vídeo é muito pesado... Fotografia acho que está bom para o tamanho que vocês pediram, depois nós vemos quando vamos expandir” - entendeu? O que tu faz? Artíficios. Vai para o Vimeo, graças a Deus que na época já tinha o Vimeo. Bota tudo lá no Vimeo que eu pago! Não é uma maravilha? Eu pago o Vimeo, tá? Para botar as coisas que a universidade vai só depois expandir e publicizar como um produto da universidade. (...) Então tu vê, é esse circuito da tecnologia que também vai dando essas amarras da falta de uma política pública e de gestão dentro da universidade, porque, se tivesse, teria uma área dentro do CPD destinada a isso, com formação de pessoas para conversar sobre os vários perfis de acervos, entende? Dos repositórios que cada pesquisa tem porque cada um cada qual! (ROCHA, 2021)

É com essas falas que se percebe que a professora Ana Luiza teve experiências ruins de negociação e de pedido de auxílio com o setor responsável pelos serviços de TI. A primeira questão levantada se refere à falta de uma política estrutural da universidade para disponibilização de dados de pesquisa feitos nos grupos da UFRGS. O único grande projeto nesse quesito que existe na universidade é o Lume, repositório de trabalhos acadêmicos escritos na UFRGS, principalmente teses, dissertações e trabalhos de conclusão. Apesar de existir algumas seções que são para outros tipos de produção – como para acervos de diversas unidades acadêmicas da universidade –, a estrutura infocomunicacional do Lume não tem como base a abertura de dados de pesquisa produzidos fora dos meios tradicionais da escrita.

Assim sendo, essa abertura e difusão dos dados da Antropologia no BIEV sempre

foram feitos através de negociações diretamente com o CPD para se criar projetos próprios, algo que a maioria dos grupos de pesquisa faz na UFRGS. De forma geral, são disponibilizados *sites* com pouco espaço apenas para fazer uma comunicação simples do que os pesquisadores fazem nas suas atividades. Contudo, para um grupo de Antropologia Visual, a disponibilização dos registros de pesquisa se torna muito mais complexa na medida em que se trata de grandes conjuntos documentais que são pesados demais para serem abrigados por uma pequena fração do servidor.

Por isso, o sentimento da professora é de que há um descaso com as produções feitas nas áreas das humanidades, porquanto, em 20 anos, a única quantidade de espaço ofertada foi em média de um *gigabyte*, não sendo oferecida nenhuma outra solução além do espaço do Lume. Outra memória de Ana Rocha que corrobora com esse sentimento se refere a uma grande base de dados que foi criada pelo professor Ruben George Oliven, antropólogo sênior da UFRGS. Tratava-se de uma base de dados antropológicas que foi criada sob a coordenação de Ruben e que versava sobre o gaúcho enquanto expressão humana dentro do contexto brasileiro. A única memória que Ana possui dessa base de dados é que ela estava em um computador em uma sala de pesquisa, mas que esse aparelho fora doado ao Setor de Patrimônio da UFRGS sem ter tido um processo de recuperação e conservação dos documentos ali existentes.

Além disso, as histórias de Ana Luiza remetem a dois setores de negociação do CPD: um que trabalha com a questão das bases de dados e da distribuição de espaço no servidor; outro que trabalha com a parte de comunicação e construção dos *sites* das unidades acadêmicas. De acordo com os relatos da professora, a sua negociação sempre foi feita de forma mais estável e amigável com o setor da Comunicação, porque era com eles que havia um debate sobre possibilidades de construção de algo diferente dos modelos propostos. Contudo, pode-se perceber o problema dessa dessintonia entre os diferentes setores para construção de ações de abertura de dados nas humanidades, visto que há uma certa cisão entre o comunicacional e o informacional nesses diálogos com os docentes.

Além dessa cisão mencionada, pode-se compreender que há uma grande separação entre o CPD enquanto instância que trabalha com tecnologia e o Museu da UFRGS enquanto unidade acadêmica que trabalha com a memória da instituição. Sobre isso, a professora Ana Luiza relatou:

Tinha um núcleo de memória social e documentação, que era onde a Sandra Pesavento estava. O Museu Universitário era coordenado pela Maria Helena Bered, isso foi montado na estrutura do Ferraz quando ele foi reitor da UFRGS. Esse centro de documentação e memória seria para precisamente trabalhar as memórias da

instituição e ser um centro de documentação das unidades acadêmicas – é de lá que sai o setor de patrimônio. Então, essa estruturação toda do centro de documentação e memória social poderia ter sido um germe para discussão dessa gestão, da memória da produção da própria universidade, mas isso foi desmontado e foi criado o Museu da UFRGS.

Criou-se o setor de patrimônio onde a Sônia estava e, graças ao Marshall, tu tens hoje outro setor onde hoje é o Museu da UFRGS. Então, o Museu serve para publicizar em exposições, mas ele, por exemplo, não é responsável por acervo nenhum dos grupos de pesquisa (...). Aí teve toda uma discussão quando teve a mudança de reitor, porque mudou mais uma vez, para variar, a estrutura do museu. Fica o Museu da UFRGS, não o Museu Universitário. Então todo o trabalho que se fazia com a memória dos cursos e da produção dos cursos já começa a não ser feito mais. (ROCHA, 2021)

Aqui, é importante salientar que a crítica que a professora faz não se direciona ao Museu da UFRGS enquanto unidade acadêmica, muito menos aos seus gestores. Em uma parte da entrevista, ela deixou claro que sempre houve, no Brasil, um investimento extremamente baixo em políticas de patrimônio, principalmente no que se refere ao patrimônio cultural/imaterial em comparação ao edificado. Foi só em governos recentes que houve um aumento significativo de recursos destinados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), havendo novamente um retrocesso de 2016 até 2022.

Contudo, a questão econômica não é a única responsável por essa lacuna em relação aos dados de pesquisa da UFRGS, sendo que isso pode ser argumentado a partir de todos os relatos feitos pela professora que foram expostos aqui e no capítulo dois sobre a trajetória do Núcleo de Documentação e Memória Social (NDMS). Desde a década de 1970, vários docentes e técnicos da universidade estavam pensando em formas de resguardar e comunicar à sociedade os dados das diferentes pesquisas produzidas na universidade – como é o caso do professor Dante de Laytano no Comitê de História. Porém, a incorporação do NDMS ao Museu da UFRGS não resultou em uma gestão estável e duradoura dos patrimônios científicos da universidade como já foi aqui argumentado.

Foi só no final da primeira década dos anos 2000 que alguns docentes começaram a se mobilizar em torno do mapeamento dos acervos existentes nos departamentos da UFRGS. Em 2009, Jeniffer Cuty e outros professores (como Rafael Port da Rocha, Elias Machado e Tania Regina Cappra) criaram um projeto de extensão chamado Rede Virtual de Museus da UFRGS que tinha como objetivo o mapeamento desses acervos da universidade para comunicação da existência desses materiais na internet.⁸¹ Dois anos depois, esse trabalho deu origem à Rede

81 Esse projeto foi apresentado no Salão de Extensão da UFRGS com auxílio da pesquisadora Priscila Chagas

de Museus e Acervos Museológicos (REMAM) que foi criada em 2011 sob coordenação do Museu da UFRGS através da portaria n.º 6493 assinada pelo reitor Carlos Alexandre Netto.

Contudo, pode-se dizer que a REMAM se constituiu mais como um espaço de diálogo e pesquisa entre ações particulares feitas em diferentes departamentos da UFRGS do que uma política pública universitária que dá suporte estrutural para consolidação e manutenção de projetos em termos de gestão, preservação e acesso digital aos acervos existentes. Isso pode ser visto claramente em um artigo publicado por Márcia Bertotto (2021) em que são expostos os nomes dos 31 membros da rede, indicando igualmente os *sites* dos seus projetos. Dos 31 membros, apenas 22 possuem *sites* e somente seis possuem acervos disponíveis na *web* de forma estruturada a partir de algum *software* específico. Não há decisão unânime na forma de construir esses acervos digitais, pois cada projeto utiliza alguma solução específica sem haver um diálogo mais estruturado através de uma política pública universitária geral.⁸²

Além disso, a rede não se define a partir da preocupação para com os dados de pesquisa criados pelos grupos de pesquisadoras da universidade, uma vez que apenas reflete a necessidade de discutir o patrimônio científico de forma geral. Como se pode ver, a grande maioria dos projetos que fazem parte desta rede possuem acervos que não são constituídos por dados de pesquisadoras que passam pela universidade ou que são produzidos por docentes durante todo seu percurso acadêmico. Como exemplo disso, pode-se ver o *site* do acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física da UFRGS: há um grande acervo disponível na *web* sobre a história desses laboratórios, mas não é um projeto de ciência aberta que resguarda dados de pesquisa propriamente ditos. Por isso, é importante perceber essa cisão que foi se criando entre as redes que cuidam dos chamados dados intermediários da produção científica (como já mencionado durante toda a dissertação) e as que se debruçam sobre o patrimônio científico universitário de forma geral, dois campos que poderiam dialogar mais para entender suas interconexões e desafios compartilhados.

Além disso, é possível perceber a partir das entrevistas que, com o passar do tempo e com a ascensão dos sistemas informatizados, começou a haver uma distância ainda maior entre o patrimônio científico trabalhado pelo Museu da UFRGS/pela REMAM e os dados de

Oliveira. Esse projeto faz parte da gênese da REMAM de acordo com a professora Jeniffer Cuty – pesquisadora que participou da banca desta dissertação –, ainda que raramente seja reconhecido como parte do percurso dessa construção dentro da universidade. O resumo da apresentação pode ser visto aqui: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/167859>.

⁸² Os que possuem acervos são os seguintes projetos: Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física a partir do Tainacan; Arquivo Histórico do Instituto de Artes a partir do *software* ICA-ATOM; Centro de Memória do Esporte com o LUME da UFRGS; Museu do Instituto de Química com o *software* Tainacan; Museu Moda e Têxtil UFRGS com um *software* não identificado; Acervo Pinacoteca Barão de Santo Ângelo com o Tainacan.

pesquisa resguardados pelo CPD/pelo Lume. Havendo essa fragmentação entre os setores e sem uma opção plausível para os registros das humanidades, muitos docentes como Ana Luiza começaram a disponibilizar os seus dados em plataformas de terceiros, como é o caso que ela narrou sobre o *Vimeo* em uma conta pessoal que ela mesmo paga. Essa situação foi detalhada no capítulo dois, principalmente na seção 2.4.

Porém, além desses contatos externos mencionados aqui, foi percebida na análise de conteúdo a questão da formação dos pesquisadores das humanidades como uma outra questão importante de ser mencionada.

4.4 A formação dos pesquisadores nas humanidades

Para começar a abordar essa questão, será explorada uma fala da professora Ana Luiza em que ela trouxe seus sentimentos de responsabilidade sobre os dados de pesquisa devido à falta de estrutura universitária e à efemeridade das pesquisas. Junto disso, ela falou sobre seu processo de envelhecimento:

E aí, Matheus, vai ficando isso em cima, por exemplo, em cima de mim! Quando alguém vai trabalhar com vídeos se não tiver eu? Então qual o meu desespero enquanto alguém que reuniu esse acervo, né? Mais do que a própria Chica (Cornelia Eckert), porque eu estive na base do BIEV. É que eu fico sendo a fonte de informação e aí o meu desespero de por isso por escrito, entende? Não sei se tu viste o filme chamado *The Father...*, mas é o Alzheimer, é o medo desesperado de tu esquecer e de que aquele documento não faça mais sentido por não ter essas informações.

Porque, outra coisa Matheus, que é importantíssimo em relação ao BIEV ou grupos de pesquisa, vocês saem dos grupos. Então vocês saem e vão fazer outra coisa e nós ficamos, com o que? Com o material de vocês. Então essa circularidade é outra questão estrutural desses acervos institucionais. A questão financeira, a questão técnica... e, também, essa questão da efemeridade das pesquisas onde vai ficando um repositório que eu sei mais do que todos, tá? Então o meu desespero de colocar as fontes e os fundos de origem, o meu desespero de, nos vídeos também, colocar os dados que tem lá dentro, porque isso se perde!

Então essa questão que eu acho grave, que tem relação com a formação do pesquisador, agora estou falando de quem pesquisa. Mesmo o pesquisador de História. A Sandra Pesavento, quando ela faleceu, eu ainda estive lá tentando levar o acervo dela, que era uma sala inteira que o marido dela me chamou para tentar levar para a Feevale. A Sandra tinha... eu acho que um daqueles fichários antigos de várias das coisas dos materiais dela. Ela teve esse cuidado, mas, de novo, com bolsistas que foram e vieram, porque aquilo não é trabalho de um bolsista só. Então eu pontuaria a efemeridade, a coisa passageira. (ROCHA, 2021)

O medo do Alzheimer expresso na sua fala foi uma forma de mostrar como a professora se sentia no período das entrevistas em relação aos acervos de todos os

pesquisadores que passaram pelo BIEV.

Contudo, ao invés de trazer esse medo apenas para falar da falta de gestão da universidade em relação a esses dados de pesquisa, Ana Luiza trouxe questões relacionadas com a própria formação dos(as) pesquisadores(as) nas humanidades como um problema a ser considerado nas dificuldades de consolidação da base de dados. Por isso, é relevante notar que, aqui, não se levanta apenas a existência da dificuldade dos profissionais da Antropologia em dialogar com pessoas da área das tecnologias da Comunicação e da Informação, visto que há lacunas de aprendizado na formação dos(as) próprios antropólogos(as).

Em primeiro lugar, um problema que é mencionado se refere à forma como acontece a permanência dos pesquisadores nas instituições universitárias, já que a maioria das pessoas fica dentro dos grupos de pesquisa somente durante seu período de formação. Em determinados grupos como o BIEV, muitos desses estudantes deixam os dados de pesquisa brutos nesses locais e saem para atuar em outro local.

Com isso, deixam uma tarefa árdua para a coordenação que é feita pelos docentes responsáveis ou por pesquisadores que se mantêm durante muitos anos como colaboradores dos grupos de pesquisa. Ainda assim, esse é um dos melhores cenários possíveis, porque alguns(mas) pesquisadores(as) não doam os seus dados e ficam com os acervos para si, muitas vezes os deixando sem tratamento e sem disponibilização por décadas.

No caso dos pesquisadores que ajudam a organizar essas bases de dados nos grupos de pesquisa, há uma grande lacuna no que se refere à organização dos seus registros, isto é, raramente há alguma disciplina que ensine esse tipo de competência em departamentos como o de Antropologia na UFRGS. Sobre isso, Ana Luiza pontuou:

Então o que eu estou querendo dizer? Que há uma série de questões sobre os metadados que eu também acho que tem a ver com a formação do pesquisador. Para mim! Eu acho que, em algum momento, nas Ciências Sociais e na Antropologia, deveria sim ter uma disciplina que se trata não só das questões éticas e morais, mas das questões de arranjos dos acervos desses antropólogos, das pesquisas. Em aula, eu sempre insisto: “vocês se flagrem que é ainda o início da carreira de vocês, vocês vão continuar pesquisando e acumulando histórias que não são de vocês, são de vocês com as outras pessoas.” (ROCHA, 2021)

Não é trivial notar que, na seção anterior que versa sobre os contatos externos ocorridos para concretização do repositório ao longo dos últimos vinte anos, as outras pesquisadoras entrevistadas não falaram muito sobre esse assunto. Claro está que esse tipo de negociação acontece através dos docentes por seu vínculo estável com as universidades, mas um olhar mais atento aos detalhes percebe que isso também se deve à falta de capacitações

digitais para pesquisadores das humanidades trabalharem com seus dados.

Nesse sentido e apesar das dificuldades já mencionadas, o BIEV sempre tentou ser esse local de formação para suprir uma lacuna que poderia não existir caso se tivesse uma capacitação basilar para pessoas que estão se formando como pesquisadoras na área da Antropologia e das Ciências Sociais em geral. Quando a pesquisadora Camila foi questionada sobre os desafios de construir a base de dados que começou a ser feita com o *software* Tainacan a partir de 2020, ela disse:

Eu acho que o meu processo (de aprendizado) demorou para acontecer, não foi quando eu entrei no Navisual que comecei a entender perfeitamente como era organizar o meu acervo pessoal ou o meu acervo dentro da pesquisa, foi com o tempo que eu comecei a entender isso. E com a participação dentro do BIEV, aí sim... eu acho que eu começo a ter uma noção maior sobre isso. Antes, para mim, era um pouco confuso, e depois entendi que isso faz parte do meu processo enquanto pesquisadora da organização de um acervo de pesquisa, que isso é essencial para você ter controle das coisas que você está fazendo, né? (...)

Então, eu acho que, por exemplo, a gente não sabia nada sobre base de dados. A gente não sabia o que exatamente era isso. A gente tinha uma ideia, mas eu, particularmente, sou extremamente leiga em questões tecnológicas e... e coisas da *internet*, assim, né? Então foi um universo bem... novo, acredito que para todo mundo, assim, porque a gente tinha que entender a interface, como funcionam as interfaces de *sites* de museus que usam o Tainacan, como funciona essa interface. Quem navega, não vê, então como que aquele dado chega ali? Isso foi bem interessante, né? (DA SILVA, 2021)

Dando continuidade a esse tema, Camila contou que, para além do BIEV, sua única experiência com base de dados de pesquisa nas Ciências Sociais foi na Escola de Administração da UFRGS em um projeto que foi criado para implementação de uma moeda comunitária no território de Porto Alegre chamado 1º de maio. Foi um trabalho que realizou como pesquisadora em que coletou informações quantitativas e qualitativas em um *survey* com pessoas que viviam naquele território, criando uma base de dados em parceria com outras pesquisadoras deste projeto. Contudo, a própria doutoranda mencionou que essa base de dados era pontual para efetuar uma intervenção específica, o que difere grandemente de uma proposta de participar de um banco de conhecimento de um grupo de pesquisa ou de uma área temática de uma disciplina.

Por isso, essa fala mostrou a lacuna de formação na criação de bases de dados, principalmente na Antropologia que precisa de professores que tenham uma noção específica de documento que já foi mencionada ao decorrer desta dissertação. Dentro das três disciplinas que compõe o curso de Ciências Sociais no Brasil, a Antropologia é a área que possui menor familiaridade com essas questões pelo fato dos estudos sobre bases de dados não englobarem

uma pluralidade epistêmica maior (KNORR-CETINA, 1999). Por isso, ela não foi a única pesquisadora que mencionou ter grande dificuldade em entender como funcionam os recursos digitais e como eles podem ser utilizados nas pesquisas universitárias.

Tanto Rafael Devos quanto Viviane Vedana não souberam dizer os *softwares* que eram utilizados na criação das bases de dados e tiveram bastante dificuldade em explicar com detalhes como os programas eram usados pelos grupos. Nas entrevistas, a memória dos pesquisadores mostra o esquecimento do nome das ferramentas e quais recursos elas continham, o que mostra que essa não foi uma competência que se manteve ao longo das trajetórias dos pesquisadores. Isso também pode ser argumentado, porque Rafael e Viviane afirmaram que não trabalham com repositórios antropológicos na UFSC atualmente.

Quando Rafael Devos foi questionado sobre os desafios de consolidar a base de dados no BIEV, o professor salientou que considerava que existia uma certa dimensão de amadorismo na criação do projeto devido ao fato de que todos os pesquisadores estavam em formação sobre algo totalmente novo. Assim, todos que entravam no grupo precisavam receber essa competência por algum voluntário para que fosse possível o avanço no banco. Se somarmos essa dinâmica à questão da efemeridade da permanência dos(as) pesquisadores(as), percebe-se que há um grande problema em conseguir fazer isso dentro de grupos de pesquisa sem um apoio fixo da universidade ou de organizações externas para estabilização destes projetos.

Devos também mencionou que a proposta do BIEV sempre foi muito diferente da missão de algumas instituições, como o Instituto Moreira Salles (IMS) que possui vários acervos, incluindo alguns antropológicos. Para ele, o que se estava tentando fazer nesse banco era algo mais experimental para pensar nos desafios de montar essas coleções a partir dos conhecimentos da Antropologia, o que difere de uma missão para concretização de um repositório de dados abertos na *web*.

Todavia, essa fala se mostra controversa com uma série de outros discursos que foram proferidos por todas as entrevistadas, já que o BIEV sempre teve essa vontade primeira de realizar um repositório na *internet*. Essa controvérsia é aqui interpretada como uma falta de estímulo das instituições universitárias de pesquisa para que pesquisadores possam se debruçar sobre esses problemas e serem reconhecidos por esse esforço ao longo da sua trajetória acadêmica.

Uma parte desse problema é que toda a estrutura universitária é feita para privilegiar produções autorais a partir da escrita enquanto meio de registro, pontuando universitários nas suas carreiras somente quando fazem produções textuais. Isso possui relação com a

interpretação de Foucault acerca da construção da noção de autor nos âmbitos científicos das humanidades e, conseqüentemente, da individualização na história das ideias (FOUCAULT, 1987; CAVALHEIRO, 2008). Não é banal que a separação entre pesquisa e extensão seja abismal.

Assim sendo, é possível inferir que todo o esforço em construir um banco aconteceu muito mais por um voluntarismo do que por ser algo intrínseco às carreiras desses(as) antropólogos(as), porque existe essa separação brusca e disfuncional entre o que se considera como produção científica – que é sempre a escrita – e o que se considera como produção técnica. Nesse sentido, é fundamental lembrar que, no caso do BIEV, essa base é composta por produções na área da Antropologia Visual e da Imagem. Posto isso, os pesquisadores que passaram por esse grupo, assim como pelo Navisual, também tiveram formações que não são dadas de forma convencional nos cursos de Ciências Sociais e de Antropologia.

Por isso, o processo de capacitação na questão do banco de dados sempre fora algo adicional à formação do pesquisador para produção visual em pesquisas universitárias. Sobre isso, pode-se recuperar uma das falas de Viviane sobre como aconteciam as produções sonoras no BIEV:

E a gente discutia os roteiros, aí depois eu fazia as gravações, voltava do campo para ouvir o que as pessoas tinham gravado e obviamente não dava pra ouvir tudo, porque eram muitas horas. Mas cada pesquisador escolhia alguns trechos, a gente escutava, discutia e fazia a crítica de qual era a intenção de gravação e o que a gente pode escutar – e nem sempre isso fecha, né? As vezes a intenção é uma, mas o que a gente escuta é outra coisa. Então a gente discutiu muito isso também: quais eram as qualidades dos sons que eram possíveis de recuperar em uma gravação e quais não. Uma coisa é ouvir e outra coisa é gravar e ouvir depois.

Aí depois disso, a gente fazia os processos de montagem e de decupagem. Tem vários documentos sonoros que a gente fez durante esse período no BIEV. Claro, isso não era um processo linear: enquanto uma estava no campo, outra estava trabalhando no roteiro, outra estava trabalhando no acervo. Era um trabalho meio dinâmico e a ideia era que tudo isso fosse para o banco de dados no final das contas. (VEDANA, 2021)

Aqui, fica explícita a quantidade de trabalho que já era realizado por pesquisadores(as) que produzem registros visuais diversos com a finalidade de os desenvolver como produtos finais não subordinados à escrita acadêmica. Como há uma quantidade grande de especialização entre disciplinas para esse tipo de produção, vários cursos oferecem mestrados específicos para formação de antropólogos(as) visuais, como é o caso do mestrado em Antropologia Visual da Universidade de Manchester.

Essa própria forma de criação de conhecimento na Antropologia Visual e da Imagem

possui menos reconhecimento em termos de pontuação para que os pesquisadores conquistem sua estabilidade nos sistemas acadêmicos. Paulatinamente, foi sendo conquistado reconhecimento à área pelo tipo de produção que realiza, mas isso ainda é bastante frágil quando se percebe que as formas de reconhecimento no Brasil se dão pelo Qualis Imagem que é subordinado aos outros sistemas de produção escrita. Por isso, é possível argumentar que os pesquisadores que se envolvem com esse tipo de produção já possuem um certo tipo de militância dentro do campo acadêmico, uma vez que se sacrificam para poder manter esse tipo de conhecimento vivo na universidade.

Assim sendo, constroem-se redes de apoio e de coprodução que, muitas vezes, são extra-universitárias ou são interdepartamentais, mesmo que esses movimentos interdisciplinares não sejam estimulados. Uma fala de Rafael Devos sobre a produção audiovisual no início do BIEV exemplifica bastante esse tipo de relação de trabalho:

Ao mesmo tempo, assim, eu estava na faculdade de Comunicação, estava chegando no final do meu curso e tinha um projeto junto com esse colega, com o Alfredo (Alfredo Barros) que a gente fazia algumas oficinas de documentário, a gente trabalhou com estudantes em geral, a gente queria muito trabalhar com jovens da periferia. Então a gente meio que juntou as coisas. O Alfredo tinha uma entrada por outro projeto também da Prefeitura de Porto Alegre com o bairro Arquipélago onde a gente fez uma oficina para jovens moradores da Ilha dos Marinheiros, jovens de comunidade periférica, né? Pessoas pobres, que não tinham esse acesso, então era uma entrada um pouco nesse sentido, de uma experiência ali que eles tinham interesse de formação e a gente foi lá.

E a Ana Luiza se interessou bastante também, participou bastante desse projeto e foi um pouco esse combinado. A gente ia fazer uma oficina ali de documentário e as imagens também poderiam ficar para o banco de imagens, né? Como uma contrapartida, como imagens, assim, desse bairro particular, mas talvez como uma proposta geral do BIEV que é essa ideia de pensar a diversidade dessa cultura urbana e da sua memória. Não só reproduzir os acervos oficiais da cidade, mas produzir uma memória diferente. (DEVOS, 2021)

Nessa área da Antropologia, percebe-se a importância da capacitação na produção visual não só para que se possa fazer de fato os registros em campo, mas, também, para que se possa capacitar as pessoas com as quais se está trabalhando para que elas próprias façam suas criações. Por isso, percebe-se o nível de competência que é necessário para realizar esse tipo de pesquisa, o que, como foi falado antes, é comumente feito com auxílio de pessoas da área da Comunicação.

No caso da história narrada, não só Rafael estava inserido no curso de Publicidade da UFRGS, como também Alfredo Barros, um cineasta que atualmente trabalha como professor em três cursos da ESPM Sul. Na época em que atuou em parceria com o BIEV e com o Navisual, trabalhava também na Casa de Cinema de Porto Alegre, realizando produções

audiovisuais locais. Esses contatos interdisciplinares permitiam relações de financiamento estatal extra-universitário, como alguns projetos que eles fizeram com suporte do Fumproarte pela prefeitura de Porto Alegre.

Isso tudo está sendo aqui detalhado para que se possa entender a quantidade de ações que são feitas por profissionais que trabalham de forma interdisciplinar na Antropologia Visual, pois acarreta em consequências para a criação de um banco de dados multimídia dentro de um grupo de pesquisa. Por isso, é muito comum que os documentos comecem a se acumular em equipes como a do BIEV, porque os pesquisadores que estão construindo carreiras acadêmicas precisam dar conta da sua produção visual e da sua produção escrita simultaneamente. Assim sendo, há pouco tempo hábil para se voluntariar na criação de uma base de dados etnográficas.

Esse é um dos motivos pelos quais os bolsistas de graduação, seja os de iniciação científica ou de inovação tecnológica, tornam-se tão importantes para manutenção de bases de dados como essas. Ainda assim, como se percebe, essa atuação dos bolsistas (assim como de contatos externos pontuais) não foi o suficiente para superar esses desafios estruturais de como funciona a produção universitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de trazer conclusões acerca da pesquisa que foi realizada, é importante salientar que a delimitação do projeto que deu origem à essa dissertação se deu pela vontade de desvendar algumas lacunas que existem no campo dos dados abertos de pesquisa.

Como constatado em diversos momentos desse trabalho, o desenvolvimento da ciência nem sempre segue os axiomas imponderáveis do progressismo, como muitas vezes se acredita dentro da academia. Um movimento que denuncia o progresso sempre crescente no campo do conhecimento é o fechamento da ciência, posto que, cada vez mais, o acesso ao saber está restrito aos que podem pagar por cada produção científica (POMBO, 2006).

Contudo, existem muitos estudos que têm lutado contra esse fechamento, dado que ele é contraproducente para o avanço dos saberes e para a coletivização do que é produzido por acadêmicos em geral. Nesse sentido, existem várias publicações recentes que tem pensado nos diversos níveis de abertura que podem existir, incluindo dados de pesquisa que não são publicados em produções textuais – como artigos de periódicos ou monografias finais das formações dos estudantes. A abertura desse tipo de informação é essencial para que outras pessoas possam usar esses dados, tornando toda a produção mais transparente e colaborativa.

Ainda assim, um dos princípios basilares deste trabalho foi a incipiência da discussão sobre os dados abertos de pesquisa em campos das humanidades, visto que ainda existe uma noção generalizante de ciência nesses estudos. Desta forma, partiu-se da premissa de que é necessário pensar em uma pluralidade epistêmica maior no desenvolvimento do campo da ciência aberta a fim de compreender as especificidades de determinados dados de pesquisa que não são os das ciências naturais ou exatas.

Como mostrado ao longo de todo o trabalho, um caso muito particular encontrado nas disciplinas das humanidades é o da Antropologia por se tratar de uma área do saber que possui bases epistemológicas oriundas da etnografia como forma de conhecer o mundo e às diversas expressões humanas. Por isso, esses dados possuem uma ontologia muito diferenciada, já que se trata de uma área do conhecimento que sempre percebeu que a civilização branca e euro-americana não é a única cultura existente do mundo. Por isso, existem princípios de relativização muito importantes nessa disciplina, principalmente pelo fato de que, normalmente, não se desconstrói a universalização do que é tipicamente esse homem da civilização que construiu impérios coloniais ao redor de todo o globo terrestre.

Por esses motivos, foi escolhido o grupo de pesquisa BIEV que existe há 20 anos na UFRGS para realizar um estudo de caso. Esse grupo não só pertence ao departamento de

Antropologia da universidade, como tentou produzir uma base de dados aberta na *web* durante todos esses anos. Esse fenômeno raramente é encontrado nessa área de pesquisa, dado que o diálogo para preservação das informações normalmente acontece pela via da patrimonialização em instituições museais, muitas vezes décadas depois dos documentos terem sido produzidos. Além disso, é bem mais comum que os museus resguardem objetos coletados nas observações participantes do que outros tipos de documentos, apesar dessa constatação não excluir a existência de registros visuais nas instituições museológicas.

Enquanto grupo de pesquisa que nasceu durante a revolução tecnológica que ocorreu nas últimas décadas, o BIEV tentou construir projetos digitais para realizar essa abertura do conhecimento justamente por entender o caráter revolucionário do acesso ao conhecimento antropológico de forma desterritorializante. Contudo, esse coletivo teve enormes dificuldades na concretização desse projeto, diagnóstico que inspirou a pergunta central da dissertação sobre quais são os problemas infocomunicacionais que tem atravessado a consolidação estável dessa base de dados na *internet* dentro da UFRGS.

Como em qualquer pesquisa de mestrado, entendeu-se que era necessário começar com uma revisão teórica, mas esse procedimento metodológico precisou ser pensado de forma específica à medida que o desenvolvimento do trabalho avançava. Ao invés de simplesmente observar o que existia nessa área delimitada de investigação, percebeu-se que seria muito mais profícuo partir do paradigma da complexidade de Edgar Morin (1999, 2000, 2007) para compreender entrecruzamentos disciplinares existentes nessa investigação. À medida que essa forma de realizar uma revisão teórica avançava, percebia-se a importância de realizar a busca dessa forma pelo fato da complexidade do tema exigir diferentes competências disciplinares para que seja possível o entendimento dos desafios existentes na abertura desse tipo de dado.

Os resultados desse procedimento foram sumarizados no capítulo 1. Em primeiro lugar, constatou-se a intersecção inerente entre às áreas da Comunicação e da Antropologia pelo fato do BIEV ser um grupo de pesquisa que produz na subárea de pesquisa da Antropologia Visual e da Imagem. Diferente de muitos campos das humanidades, os pesquisadores que produzem nessa subárea não coletam dados de diferentes locais para fazer uma pesquisa em formato escrito (apesar de também terem muitas obras em formato *livresco*). Eles produzem os seus próprios registros como uma forma de realizar a pesquisa etnográfica, sendo que essas produções são tanto audiovisuais, fotográficas e sonoras – podendo ainda englobar outros tipos de formato.

Perceber esse entrecruzamento disciplinar é importante porque muitas dessas produções são feitas com pessoas da área da Comunicação, como muitas vezes foi mostrado

ao longo desta dissertação. Por isso, existem duas consequências desse entrecruzamento para a abertura desses dados abertos de pesquisa.

Por um lado, percebe-se que, apesar de se estar entendendo que existem especificidades dos dados antropológicos, os comunicadores que trabalham em parceria com antropólogos nesses projetos têm muito a contribuir para que se entenda as especificidades desse tipo de dado. Como exemplo disso, é essencial que se considere a experiência de cineastas e fotógrafos importantes que trabalham nessa área fora do disciplinarismo. Por outro lado, isso gera a impossibilidade de se trabalhar exclusivamente na criação de um projeto para “dados antropológicos”, visto que as fronteiras de produção são um pouco mais fluidas do que aparentam em um primeiro olhar. Isso pode ser visto em vários dos projetos citados ao longo dessa dissertação.

Como segundo nível da revisão teórica, foi recuperada uma série de produções bibliográficas que versam sobre a interconexão entre Comunicação e Ciência da Informação na área de pesquisa delimitada. Sem dúvidas, o campo de estudos dos dados abertos de pesquisa é mais consolidado na área disciplinar da Ciência da Informação pelo fato de investigar questões relacionadas com a preservação e abertura de documentos diversos. Contudo, seria um tanto ingênuo não perceber que há um entrecruzamento disciplinar quando se percebe que a dimensão comunicacional é equiparadamente importante no caso dos dados antropológicos e, ainda mais, dos provenientes da Antropologia Visual/da Imagem.

Aqui, também se constata duas questões de suma importância nesse entrecruzamento disciplinar. Primeiramente, percebe-se a dimensão viva dos dados produzidos através da etnografia, o que faz com que a dimensão comunicacional seja fundamental para não ferir certos princípios éticos basilares destas pesquisas. Como mostrada nessa parte da revisão teórica, muitas vezes na história do Brasil foram feitas produções acadêmicas eugenistas em relação às populações que sofreram processos de genocídio pelos que colonizaram os trópicos latinos, sendo que, nesses casos, a abertura do conhecimento não fez nada mais do que causar grandes consequências à memória coletiva brasileira. Logo, a dimensão da negociação dialógica sobre o que se pode comunicar sobre o outro é parte essencial da restituição dos materiais através de bases de dados abertas.

Em segundo lugar, esses registros de pesquisa não são tabelas de dados feitas em pesquisas exatas, por exemplo. No caso do BIEV UFRGS e de muitos outros grupos universitários no Brasil, os acervos de pesquisa são multimídia e possuem desafios próprios à abertura dos dados. Logo, não é qualquer *software* que permitirá uma construção que torne agradável o acesso ao usuário a esses documentos e não é uma metodologia de descrição

documental genérica que conseguirá entender as especificidades de cada tipo de registro. Por isso, em certo momento do terceiro capítulo, essa questão foi retomada ao falar sobre o caso da Ina Thèque, um projeto francês de preservação e acesso construído especificamente para registros audiovisuais do país.

Por fim, a parte teórica foi fechada com uma revisão sistemática de literatura especificamente sobre esses dados abertos de pesquisa. Devido à falta de bibliografia sobre a abertura do conhecimento antropológico, considerou-se uma revisão genérica para compreender o que foi publicado em inglês e português nos últimos 20 anos sobre o assunto, desconsiderando a restrição dos dados da Antropologia Visual/da Imagem e da Antropologia Urbana para poder ter literatura suficiente na revisão. Assim sendo, coletou-se 25 obras que foram analisadas conforme a metodologia descrita no início do trabalho. A literatura foi agrupada em grupos de convergência e os resultados mostraram várias questões levantadas na revisão teórica de literatura feita a partir do paradigma da complexidade de Edgar Morin.

Foram encontrados os seguintes grupos:

1) obras que relataram os problemas éticos da abertura de dados de pesquisa da Antropologia em repositórios digitais, considerando a importância da dimensão comunicacional da abertura;

2) a interdisciplinaridade entre Ciência da Informação e Antropologia na construção de bases de dados, principalmente aos dados da etnologia que podem possuir uma arquitetura informacional construída junto das comunidades etnografadas;

3) questões comunicacionais das plataformas dos repositórios digitais para esses dados, isto é, pode se inovar nas formas de mensuração de impactos ou na criação de bases de dados mais relacionais;

4) a especificidade dos dados abertos da Antropologia Visual, um grupo que teve poucas obras apesar da peculiaridade dos registros;

5) a criação de repositórios digitais para museus antropológicos, o que se justifica pelo fato dos dados escoarem das universidades às instituições museais e pela quantidade de objetos preservados na área da Antropologia.

Muitas conclusões importantes foram retiradas dessa revisão sistemática de literatura, mas a mais significativa é que, apesar do estado da arte da área estar crescendo, ainda se utiliza pouco os termos “dados abertos” ou “repositórios digitais” para falar sobre os registros etnográficos. Isso foi percebido principalmente pelo fato de que muitas das publicações

mencionavam várias outras obras que foram produzidas nessas últimas décadas sobre a abertura dos dados na *web*, mas muitas utilizavam outros termos como “acervo”, “museu virtual”, “videoteca” e “filmoteca”. Essa é considerada uma das conclusões mais importantes: é preciso que se pense na cisão entre os atuais movimentos de abertura dos dados das pesquisas e áreas como a Antropologia.

Fechando essa revisão sistemática, avançou-se nos objetivos específicos a partir da construção de um diagnóstico do BIEV acerca da situação infocomunicacional dos *sites* e das bases de dados que contém registros etnográficos do grupo. Isso foi feito porque não seria possível responder quais foram os desafios da construção da base de dados sem compreender o contexto em que esse projeto surgiu na UFRGS e como ele foi se desenvolvendo ao longo dos anos. Os resultados dessa parte da pesquisa foram sumarizados no capítulo 2.

A princípio, a intenção era realizar um diagnóstico que focasse especificamente no desenvolvimento do repositório digital e dos *sites* do projeto. Contudo, considerou-se fundamental trazer a trajetória da professora Ana Luiza Carvalho da Rocha, uma das fundadoras do projeto, porquanto ela foi funcionária da UFRGS por muitos anos, trabalhando no Núcleo de Documentação e Memória Social (NDMS) e, posteriormente, no Museu da UFRGS. Assim, essa trajetória mostrou um pouco da própria estrutura da nossa universidade que, em determinado momento dos anos 80, possuía um projeto de memória e documentação dos dados dos cursos (incluindo as humanidades) e, depois, abandonou a proposta na década de 1990.

Depois disso, foram mostradas as três tentativas principais de criação da base de dados do BIEV desde o início dos anos 2000. Percebe-se que todas as tentativas foram feitas sem o auxílio integral da UFRGS enquanto instituição que engloba os dados das pesquisas produzidas, uma vez que o diálogo com as instâncias universitárias sempre foi limitado (como foi mostrado com mais afinco no capítulo 3). Assim sendo, sempre se tentou desenvolver essas bases de dados com contatos externos ou com ajuda de bolsistas de inovação tecnológica, sendo que um deles estudava em outra universidade. Vários resultados razoáveis foram feitos ao longo desses anos, principalmente na primeira década dos anos 2000, mas as tentativas não duraram por muitos anos de forma estável.

Por isso, uma das conclusões mais importantes desse diagnóstico foi que, a partir da década de 2010, a abertura dos dados começou a acontecer:

- 1) a partir do uso de plataformas como *YouTube*, *Vimeo*, *Blogspot* e *Medium*;
- 2) criação de *sites* temáticos menores que não comportam bases de dados estruturadas,

mas que faziam algum nível de abertura do conhecimento para além dos muros da universidade;

3) fundação de uma revista acadêmica chamada Fotocronografias para publicação de fotoetnografias em que vários pesquisadores(as) do Brasil publicam (sendo que vários publicam dados feitos no BIEV).

Aqui, não se argumenta contra a importância dessa forma de comunicação científica, mas, percebendo a história do grupo de pesquisa, verifica-se que essa foi uma forma de lidar com a impossibilidade de consolidação da base de dados na *internet*, o que sempre fora o princípio do projeto. É muito provável que essa fragmentação da forma de abertura dos dados também aconteça em diversos grupos de Antropologia Visual no Brasil pelo mesmo motivo, o que difere da vontade consciente de fazer outros tipos de comunicação científica.

O capítulo foi concluído mostrando o tamanho da dimensão do problema a partir da quantidade de dados que existem nesse grupo de pesquisa, principalmente através de uma síntese que foi feita em uma grande tabela que está no Apêndice I desta dissertação. Apesar do diagnóstico negativo que foi feito até aqui, pode-se perceber que existem vários avanços positivos que o grupo fez apesar de todas as dificuldades enfrentadas, como a construção de um *thesaurus* específico para a área da Antropologia Urbana e a organização de várias coleções dos pesquisadores a partir dos termos existentes nessa linguagem documentária.

Com isso explicitado, o trabalho abriu as portas para o capítulo três em que foram mostradas as percepções de quatro pesquisadores da área da Antropologia que foram importantes na construção na base de dados do BIEV. Aqui, foram trazidas as falas desses(as) pesquisadores(as) de forma intercalada com as interpretações realizadas a partir da análise de conteúdo do material coletado nas entrevistas semi-estruturadas. Essa parte da pesquisa foi considerada de suma importância para responder à questão principal da dissertação, porque, através do olhar qualitativo, foi possível entender certos problemas que o pesquisador não poderia ter inferido da mesma forma com outros tipos de metodologia.

O primeiro resultado encontrado foi sobre os desafios éticos da construção dessas bases de dados. O encontro deste grupo na análise de conteúdo não foi inesperado por causa de uma das perguntas do roteiro de entrevista que se referia à eticidade que concerne à pesquisa etnográfica na área da Antropologia. Contudo, alguns aspectos diferentes dessa discussão foram percebidos neste estudo de caso específico.

Em certo sentido, percebe-se como a tecnologia tem desempenhado um papel fundamental nas formas de restituição desses dados que antes eram tão difíceis de serem

produzidos e mantidos a longo prazo. Como foi mostrado, o retorno dos materiais visuais sempre foi algo extremamente difícil no contexto brasileiro, como demonstrou a narrativa da professora Ana Luiza acerca do acervo de Roberto Cardoso de Oliveira feito para com vários grupos indígenas. Por isso, é importante entender que essa dimensão da ética dialógica dos dados dessas pesquisas possui uma duração no tempo bem longa e que excede em muito o tempo da construção dos atuais repositórios digitais para dados abertos, sendo algo importante de se considerar em pesquisas futuras.

Outra faceta encontrada mostrou a especificidade da ética na pesquisa em Antropologia Urbana. Como mostrou Camila Braz da Silva, é possível que seus interlocutores tenham opiniões muito complexas e distintas ao longo das interações realizadas nas etnografias, podendo gerar documentos que mostram dimensões difíceis da vida social, como preconceitos frente a outros habitantes das cidades. Assim sendo, é muito importante que haja uma curadoria dos documentos não só no sentido de resguardar aquela alteridade antropológica que muitas vezes é idealizada (como o “bom nativo” frente o colonizador), visto que os parceiros de pesquisa podem ser muito diversos dentro do contexto urbano.

O segundo conjunto que foi encontrado na análise agrupou várias falas acerca dos diferentes tipos de dados de pesquisa que existem no BIEV UFRGS. Uma primeira questão que diferencia esse grupo é o fato de ele produzir pesquisas a partir da Etnografia da Duração (ECKERT; ROCHA, 2013), uma forma de etnografar a cidade que não se restringe à produção de trabalho de campo com comunidades diversas. Para além da observação participante, os(as) antropólogos(as) coletam diversos documentos que possuem proveniências diferentes a fim de criar confrontos entre o que se escuta em campo e o que se tem preservado nos acervos das cidades. Assim, criam-se outras memórias sobre os espaços urbanos, utilizando o que há de documentos preservados em confluência com o que se vê e o que se escuta no trabalho de campo.

Nesse sentido, há um problema na concepção de repositórios digitais para dados de pesquisa, dado que muitos estudos contemporâneos entendem que esses locais devem ser reservados para dados intermediários produzidos em pesquisas científicas – sendo eles utilizados para criação de publicações finais ou não. Claramente, percebe-se que essa definição acaba restringindo demais o tipo de dado intermediário que existe nas humanidades, porque muitas das pesquisas das ciências sociais utilizam documentos custodiados por alguma instituição como fonte de informação. A importância desses dados em coleções como as do BIEV não se refere ao valor do documento em si, mas, sim, do registro em um conjunto que foi criado de forma intencional a partir de uma determinada pesquisa. Foi demonstrado que

isso não é apenas o caso deste grupo, mas de outros que foram encontrados na revisão sistemática de literatura.

Além disso, foi descortinado que um dos maiores desafios se refere ao caráter multimídia dos dados etnográficos produzidos na Antropologia Visual/da Imagem. Concluiu-se que esse foi um dos principais desafios para consolidação de um repositório digital na *web* que fosse estável, porquanto as coordenadoras do BIEV nunca desistiram de criar algo que permitisse o tratamento diferenciado de todas as mídias em um projeto só.

Esse nível de complexidade foi atingido em diversos projetos que foram feitos ao longo dos anos desse grupo de pesquisa (principalmente na segunda tentativa de criar o repositório), mas o fato de ser complexo demandava uma equipe maior com mais investimento universitário para que o banco fosse continuado. Por isso, não é trivial a menção que foi feita à Ina Thèque como referência, já que se trata de um serviço que foi desenvolvido ao longo de anos somente para entender as especificidades da preservação e do acesso ao audiovisual na França.

O penúltimo grupo mostrou questões relacionadas com a própria estrutura universitária da UFRGS, algo que foi almejado dentro da pergunta de pesquisa desta dissertação. Dentre os diversos aspectos levantados, salientou-se os desafios de consolidação de bolsas de inovação tecnológica na área da Antropologia, a falta de formação interdisciplinar com as humanidades para os profissionais que se formam na área da TI, os grandes embates do grupo de pesquisa com o Centro de Processamento de Dados (CPD), a falta de continuidade ao projeto do Núcleo de Documentação e Memória Social (NDMS) e, conseqüentemente, o parco diálogo entre o CPD e o Museu da UFRGS para auxílio da abertura aos dados de pesquisa na universidade.

Assim sendo, concluiu-se que existem várias questões estruturais da instituição que dificultaram o desenvolvimento e continuidade do projeto. Principalmente, percebeu-se a falta de integração entre os profissionais que trabalham com a área da informação, os que atuam na área da Comunicação dentro do próprio CPD e os que participam do Museu da UFRGS. Isso ficou ainda mais saliente quando se mostrou a dimensão temporal desse fenômeno de desintegração dos saberes desde a década de 1980.

Por fim, e não menos importante, várias falas demonstraram o problema da formação dos pesquisadores na área da Antropologia. Uma dessas lacunas de formação foi salientada pela professora Ana Luiza e se refere à falta de capacitação na criação de bases de dados de pesquisa, principalmente para sensibilizar os(as) pesquisadores(as) da importância de se preservar e dar acesso aos registros que produzem sobre outras comunidades. Como

mostrado, isso se deve ao fato da estrutura acadêmica restringir o crescimento profissional dos(as) pesquisadores(as) somente ao universo da escrita, principalmente a escrita livresca publicada em artigos científicos de periódicos.

Isso cria uma espécie de monismo intelectual em que há pouco espaço para outros tipos de produtividade. Nesse sentido, foi mostrado como já há um enfrentamento grande dessa hegemonia em grupos de pesquisa como o BIEV, visto que a área da Antropologia Visual possui muitos colaboradores que se sacrificam nos sistemas de pontuação para manter esse tipo de conhecimento vivo nas universidades. Por isso, concluiu-se que a capacitação na criação e manutenção de bases de dados de pesquisa se torna ainda mais difícil nessa área, uma vez que os(as) antropólogos(as) visuais precisam receber formação na área de produção visual que não existe nos cursos tradicionais de Ciências Sociais ou Antropologia. Assim, a questão da preservação e do acesso fica, inevitavelmente, em segundo plano.

Com isso, chega-se ao fim desta dissertação. Após desenvolver esse trabalho, fica claro que se trata de um tema que precisa de mais desenvolvimento para que se possa compreender com mais afinco como se pode efetuar projetos efetivos nessa área no Brasil. Nosso país é um dos mais diversos do mundo em termos socioculturais, assim como é um dos locais em que mais se derramou sangue em nome do progresso e da civilização do sistema colonial que foi impetrado a ferro e fogo. Por isso, o desejo é que essa pesquisa reverbere em equipes sensíveis à complexidade e à inter/transdisciplinaridade, gerando frutos concretos para criação de repositórios digitais para esses registros.

REFERÊNCIAS

ABALOS JUNIOR, Jose Luis. **As políticas da criatividade: graffiti, street art e desenvolvimento urbano-cultural no Brasil e em Portugal**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/219884>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ABALOS JUNIOR, Jose Luis. **Jogando com MCs: estilos de vida, performance e itinerários urbanos na Batalha do Mercado**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/115802>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ABALOS JUNIOR, Jose Luis. **Um porto em contradição: memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre-RS**. 2017. 159 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157929>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ABREU, Regina; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. A trajetória do GT de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, p. 25-57, 2012.

ACERVO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA. **Homepage do projeto Acervo da Cultura Afro Brasileira**, 2021. Disponível em: <http://afro.culturadigital.br/>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robson. **Ensaio (sobre o) fotográfico**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura/PMPA, 1998.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robson. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Tomo Editorial/UFRGS, 2004.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robson. **Fotoetnografia: um estudo antropológico visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

AIATSI. **Native title research and access service**, 2021. Disponível em: <https://aiatsis.gov.au/research/native-title-research-and-access-service>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ARISTIMUNHA, Claudia Porcellis; FAGUNDES, Ligia Ketzer. Museu da UFRGS, trajetória e identidade de um museu universitário. **Patrimônio e Memória**, v. 6, n. 2, p. 47-66, 2007.

ARLAUD, Jean. La mise en scène de la parole dans le cinéma ethnographique. **Communications**, v. 80, n. 1, p. 77-87, 2006.

ASKEW, Kelly; WILK, Richard R. (Orgs.). **The anthropology of media: a reader**. Oxford: Blackwell, 2002.

BALLARD, Chris. The return of the past: on drawing and dialogic history. **The Asia Pacific Journal of Anthropology**, v. 14, n. 2, p. 136-148, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977

BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

BATESON, Gregory; MEAD, Margareth. **Balinese Character: a photographic analysis**. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Revista Mana**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BERTOTTO, Marcia Regina. Patrimônio nas universidades: a Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS. **Revista Museologia & Interdisciplinaridade. Brasília, DF. Vol. 10, n. 19 (jan./jun. 2021), p. 563-576, 2021.**

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Verso e reverso**, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011.

CARVALHO, Érika Rayanne Silva de. **Diferenças na produção, compartilhamento e (re)uso de dados: a percepção de pesquisadores da química, antropologia e educação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CARVALHO, Érika Rayanne Silva de. Diferenças na produção, no compartilhamento e no (re)uso de dados de pesquisa: a percepção de pesquisadores de Química, Antropologia e Educação. **Em Questão**, v. 25, n. 3, p. 321-347, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1808-5245253.321-347>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A comunicação na era digital**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum: estudos da linguagem**, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2237-4876.2008v11n2p67>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

CHAGAS, Mário. Museu do Índio: Uma instituição singular e um problema universal. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 175-198. Disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/18-antropologia_e_patrimonio_cultural-dialogos_e_desafios_contemporaneos.pdf. Acesso em: 03 de dez. 2021.

CHANSANAM, Wirapong; TUAMSUK, Kulthida; CHAIKHAMBUNG, Juthatip. Linked Open Data Framework for Ethnic Groups in Thailand Learning. **International Journal of Emerging Technologies in Learning (IJET)**, v. 15, n. 10, p. 140-156, 2020. Disponível em: <https://www.learntechlib.org/p/217053/>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Orgs.). **Writing culture: the poetics and politics of ethnography: a School of American Research advanced seminar**. California: University of California Press, 1986.

COLLIER, John; COLLIER, Malcolm. **Visual anthropology: Photography as a research method**. UNM Press, 1986.

CROWDER, Jerome W. *et al.* **Anthropological data in the digital age: New possibilities - new challenges**. California: Palgrave Macmillan, 2019, p. 209-237.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Revista Mana**, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132004000200003>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

DA SILVEIRA, Lúcia et al. Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia: propuesta de taxonomía. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 26, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79646>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

DE LARGY HEALY, Jessica. Do trabalho de campo ao arquivo digital: performance, interação e Terra de Arnhem, Austrália. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 67-95, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/gzTF8N3BjYQr8cfYZ3sNLKw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e cultura**, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v6i2.912>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

DEVOS, Rafael Victorino. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. **Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 293-306, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2009000200006>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

DEVOS, Rafael Victorino; SOARES, Ana Paula Marcante; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 22, p. 51-64, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v22i0.17596>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

DEVOS, Rafael. **A "questão ambiental" sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS**. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/8688>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

DEVOS, Rafael. **Uma "ilha assombrada" na cidade : estudo etnográfico sobre cotidiano e memória coletiva a partir das narrativas de antigos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros, Porto Alegre**. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/2059>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de**

Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, [S. l.], p. 206–219, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Acesso em: 6 de dez. 2021.

DURAND, Gilbert. **Science de l’homme et tradition**. Paris: Berg International Editeurs, 1979.

ECKERT, Cornelia. **Memória e trabalho: etnografia da duração de uma comunidade de mineiros de carvão (La Grand-Combe, França)**. Curitiba: Appris, 2012. 280 p.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas**. 1. ed. Brasília: ABA, 2015. v. 1. 196p.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia da Imagem no Brasil: experiências fundacionais para a construção de uma comunidade interpretativa. **Revista Iuminuras**, v. 17, n. 41, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/143517>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia da Duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas**. 1. ed. Porto Alegre: Marcavívisual, 2013.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografias do trabalho, narrativas do tempo**. 1 ed. Porto Alegre: MarcaVisual, 2015.

ELIAS, Norbert. **The civilizing process**. New York: Pantheon books, 1982.

EMMELHAINZ, Celia. Controlled vocabulary standards for anthropological datasets. **International Journal of Digital Curation**, v. 9, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.2218/ijdc.v9i1.290>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

ESCOBAR, Arturo. Bienvenidos a Cyberia. Notas para una antropología de la cibercultura. **Revista de estudios sociales**, n. 22, p. 15-35, 2005. Disponível em: <http://ref.scielo.org/94g7fs>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

FABIAN, Johannes. Virtual archives and ethnographic writing: commentary as a new genre?. **Current Anthropology**, v. 43, n. 5, p. 775-786, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/342640>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

FERRY, Luc. **The new ecological order**. University of Chicago Press, 1995.

FOUCAULT, Michel. ¿Qué es un autor? **Revista de la Universidad Nacional**, v. 2, n. 11, p. 4-19, 1987.d

FRANÇA, Bianca. Acervos etnográficos do Museu Nacional: preservação digital como sugestão pós incêndio. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 58, n. 14, p. 107-128, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2019.vol.58.05>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

FRUGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000100004>. Acesso em: 18 de jan. 2021.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: vozes, 1997.

GEISMAR, Haidy. Drawing it out. **Visual Anthropology Review**, v. 30, n. 2, p. 97-113, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/var.12041>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

GINSBURG, Faye; ROTHENBUHLER, Erik W.; COMAN, Mihai. Media anthropology. **Media anthropology**, p. 17, 2005.

GOFFMAN, Erving. On face-work: An analysis of ritual elements in social interaction. **Psychiatry**, v. 18, n. 3, p. 213-231, 1955. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00332747.1955.11023008>. Acesso em: 07 de dez. 2021.

GOFFMAN, Erving. On face-work: An analysis of ritual elements in social interaction. **Psychiatry**, v. 18, n. 3, p. 213-231, 1955.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, dez., 2000. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/127>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4591>. Acesso em: 03 dez. 2021.

GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos fotográficos**, v. 7, n. 10, p. 77-106, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1984-7939.2011v7n10p77>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões**. Rio de Janeiro: XII Prêmio Funarte Marc Ferraz de Fotografia, 2012.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. 119 p.

HABITANTES DO ARROIO. **Canal do YouTube do projeto de pesquisa Habitantes do Arroio**, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/habitantesdoarroio/videos>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

HANDLER, Richard. On having Culture. nationalism and the Preservation of Quebec's Patrimoine. In: STOCKING JR., George W. (Orgs.). **Objects and others - Essays on Museums and Material Culture**. London: University of Wisconsin Press, 1985.

HERRING, Susan C. (Org.). Computer-mediated conversation, Part I: Introduction and overview. **Language@Internet**, v. 07, 2010. Disponível em: <https://www.languageatinternet.org/articles/2010>. Acesso em: 26 de jan. 2021.

HOCKINGS, Paul (Org.). **Principles of visual anthropology**. Walter de Gruyter, 2009.

JENNINGS, Derek; JOHNSON-JENNINGS, Michelle; LITTLE, Meg. Utilizing webs to share ancestral and intergenerational teachings: The process of co-building an online digital repository in partnership with Indigenous communities. **Genealogy**, v. 4, n. 3, p. 70, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/genealogy4030070>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

JESSON, Jill; MATHESON, Lydia; LACEY, Fiona. **Doing Your Literature review: Traditional and systematic techniques**. London: Sage, 2011.

KNORR-CETINA, Karin. **Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

KUSCHNIR, Karina. A antropologia pelo desenho: experiências visuais e etnográficas. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 5, n. 2, p. 5-13, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.1095>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

LEAL, Ondina Maria Fachel. **A leitura social da novela das oito. Dissertação** (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia. Porto Alegre, p. 167. 1983. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71233>. Acesso em: 01 de fev. 2021.

LEOPOLD, Robert. Articulating Culturally Sensitive Knowledge Online: A Cherokee Case Study. **Museum Anthropology Review**, v. 7, n. 1–2, p. 85–104, 2013. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/mar/article/view/2051>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

LISA USP. **Banco de dados do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia**, 2021. Disponível em: <https://lisa.fflch.usp.br/acervo-banco-de-dados>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

LOPES, José Sergio Leite. A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. In: Lopes, José Sérgio Leite (Coord.); Antonaz, Diana; Prado, Rosane; Solva, Gláucia (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

LOURIE, Amanda; KOJOVIC, Nina; HODSON, Katrina et al. Native Title Archives: Traditional Owner community owned and controlled repositories. **Journal of Colonialism and Colonial History**, v. 20, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/cch.2019.0020>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MACFARLANE, Alan. Anthropology and the third information revolution. **Visual Anthropology**, v. 33, n. 3, p. 197-211, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08949468.2020.1746615>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MACHADO, Mônica. **Antropologia digital e experiências virtuais no Museu de Favela**. Curitiba: Appris, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Pensar grande o patrimônio cultural. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 3, n. 2, p. 62-67, 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451986000300011>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Museus brasileiros e a hiperconectividade: a experiência com a plataforma Tainacan no acesso ao patrimônio Afro-Digital. **Revista Museu**. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2018/4751-museus-brasileiros-ea-hiperconectividade-a-experiencia-com-a-plataforma-tainacan-no-acesso-ao-patrimonio-afro-digital.html>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Ubu Editora

LTDA-ME, 2018[1922].

MARSH, Diana E.; PUNZALAN, Ricardo L.; JOHNSTON, Jesse A. Preserving Anthropology's Digital Record: CoPAR in the Age of Electronic Fieldnotes, Data Curation, and Community Sovereignty. **American Archivist**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/aarc-82-02-01>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MARSH, Diana E.; PUNZALAN, Ricardo L.; LEOPOLD, Robert. Studying the Impact of Digitized Ethnographic Collections: Implications for Practitioners. **Practicing Anthropology**, p. 26-31, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i24782219>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações: 3 introduções. **MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 9-31, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p9-31>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MARTINO, Luiz C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: DE LOPEZ, Maria Immacolata Vasallo (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, p. 69-101, 2003.

MARTINS, Dalton Lopes; CARMO, Danielle; GERMANI, Leonardo Barbosa. Museu do Índio: Estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre Tainacan. **Informação & Tecnologia**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 142-162, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2358-3908.2018v5n2.44590>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MCLUHAN, Marshall; FIORE, Quentin. **The medium is the message**. New York, v. 123, p. 126-128, 1967. Disponível em: <https://archive.org/details/pdfy-vNiFct6b-L5ucJEa/mode/2up>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. **Theory, culture & society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0263276409349275>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MIGNOLO, Walter D.; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Globalization and the decolonial option**. Londres: Routledge, 2013.

MILLER, Daniel; HORST, Heather A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, v. 3, n. 2, p. 91-112, 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/334>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MORIN, Edgar *et al.* **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2014.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Europa-América, 1973.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003 [1995].

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MORIN, Edgar; LISBOA, Eliane. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MURILLO, Luis Felipe Rosado. What Does “Open Data” Mean for Ethnographic Research?. **American Anthropologist**, v. 120, n. 3, p. 577-582, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/aman.13088>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

MUSEU AFRO-DIGITAL. **Homepage do Museu Afro-Digital da UFBA**, 2017. Disponível em: <https://museuafrodigital.ufba.br/>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG. **Acervo digital do projeto Thesaurus Karajá**, 2021. Disponível em: <https://acervo.museu.ufg.br/projetos/projetotesaurus/>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O diário e suas margens**. Distrito Federal: Editora UNB, 2002.

PAISAGENS CAIÇARAS. Sítio eletrônico desenvolvido pela UPFR, pelo IPHAN, pela Secretaria Especial da Cultura e pelo Ministério do Turismo, 2021. Disponível em: <https://paisagenscaicaras.wordpress.com>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

PAREZO, NancyJ; FOWLER, DonD; SILVERMAN, Sydel. Preserving the anthropological record: A decade of CoPAR initiatives. **Current anthropology**, v. 44, n. 1, p. 111-116, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/345687>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. **The city**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

PAVÃO, Caterina Marta Groposo *et al.* **Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: repositórios brasileiros de dados de pesquisa: relatório 2018**. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/185138>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

PAVEZI, Neiva. **Photographic Archive: One Aspect on The Cultural Heritage of UFSM**. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PELS, Peter; Boog, Igor; Henrike Florusbosch, J. *et al.* Data management in anthropology: the next phase in ethics governance? **Social Anthropology**, v. 26, n. 3, p. 391-413. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1469-8676.12526>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

PETERSON, Mark Allen. **Anthropology and mass communication: Media and myth in the new millennium**. Nova York: Berghahn Books, 2003.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma antropologia sonora. **Revista de antropologia**, v. 44, n. 1, p. 222-286, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000100007>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

POIRIER, Lindsay. Metadata, digital infrastructure, and the Data Ideologies of Cultural Anthropology. In: CROWDER, Jerome W. *et al.* **Anthropological data in the digital age: New possibilities - new challenges**. California: Palgrave Macmillan, 2019, p. 209-237.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/ri.v10i1.4141>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

POMBO, Olga. Práticas interdisciplinares. **Sociologias**, n. 15, p. 208-249, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5570>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

POSTILL, John; PETERSON, Mark Allen. What is the point of media anthropology. **Social anthropology**, v. 17, n. 3, p. 334-344, 2009.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **La fin des certitudes: temps, chaos et les lois de la nature**. Odile Jacob, 1996

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 16, p. 5-38, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/3780>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

PUNZALAN, Ricardo L.; MARSH, Diana E.; COOLS, Kyla. Beyond clicks, likes, and downloads: Identifying meaningful impacts for digitized ethnographic archives. **Archivaria**, v. 84, n. 1, p. 61-102, 2017. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/684162>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

RESEARCH DATA ALLIANCE. **About RDA**, 2021. Disponível em: <https://www.rd-alliance.org/about-rda>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

RIBEIRO, Berta Gleizer; MALHANO, Hamilton Botelho. **Dicionário do artesanato indígena**. Editora Itatiaia, 1988.

RIBEIRO, José da Silva. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. **Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 48, n. 2, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200007>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

RIBEIRO, José da Silva; BAIRON, Sérgio. **Antropologia Visual e Hipermedia**. 2007.

RIBEIRO, Renata. O caso do Beco dos Marianos. **Blog Habitantes do Arroio**, 2009. Disponível em: https://habitantesdoarroio.blogspot.com/2009/10/segue-abaixo-uma-sintese-da-pesquisa-de_08.html. Acesso em: 08 de dez. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 7-24, 2018a.

ROCKEMBACH, Moises. Avaliação arquivística: uma análise baseada em revisão sistemática de literatura. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 23, n. 1, p. 90-98, 2018b.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2016v11n1.29528>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. **Modelo de evidência da informação em plataformas digitais: estudo exploratório no âmbito da ciência da informação**. Tese de Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Universidade do Porto, 2013.

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67266>. Acesso em: 22 de dez. 2021.

ROCKEMBACH, Moises; PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 168-182, 2018.

ROTHENBUHLER, Eric; COMAN, Mihai (Orgs.). **Media anthropology**. Sage Publications, 2005.

ROUCH, Jean. The Camera and Man. In Ciné-ethnography [Ethnographic Cinema; Visible Evidence, Vol. 13], by Jean Rouch, 29–46, 2003. Edited and translated by Steven Feld. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ROUCH, Jean. The camera and man. In: HOCKINGS, Paul (Org.). **Principles of visual anthropology**. Walter de Gruyter, 2009[1974].

ROZA, Gabriela. Falar do Museu Nacional é falar dos povos indígenas, da história do Brasil. **Agência Pública**, 10 de set. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/09/falar-do-museu-nacional-e-falar-dos-povos-indigenas-da-historia-do-brasil/>. Acesso em: 12 de jan. 2021.

RÜDIGER, Francisco. A comunicação no saber pós-moderno: crítica episteme e epistemológica. In: Jairo Ferreira (Org.). **Cenários, teorias e epistemologias da comunicação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/download/62518448/Comunicacao_no_saber_pos-moderno20200328-108121-io1i0j.pdf. Acesso em: 29 de jul. 2020.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a Escola de Frankfurt**. Edipucrs, 1999.

RÜDIGER, Francisco. Epistemologia “da” Comunicação: elementos para a crítica de uma fantasia acadêmica. **Revista Famecos** (Online), 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.2.18247>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

SAMAIN, Étienne. Quando a fotografia (já) fazia os antropólogos sonharem: O jornal La Lumière (1851-1860). **Revista de Antropologia**, v. 44, n. 2, p. 89-126, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000200003>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

SANSONE, Livio. Challenges to digital patrimonialization: heritage. org/digital museum of african and Afro-Brazilian memory. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. 1, p. 343-386, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412013000100015>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

SARACEVIC, T. **Introduction to information science**. Nova Iorque: Bowker, 1970.

SARACEVIC, Tefko. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, p. 1051-1063, 1999.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da informação**, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SEEING FISH. Direção: CANOA – Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas - PPG Antropologia Social da UFSC. Plataforma Vimeo. 2017. 46 min. Disponível em: <https://vimeo.com/329764742>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. **Políticas etnográficas no campo da cibercultura.** ABA, 2016.

SHANNON, Claude Elwood; WEAVER, Warren. **The mathematical theory of communication.** Urbana: The University of Illinois Press, 1967.

TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (Orgs.). **A Antropologia na Esfera Pública: Patrimônios Culturais e Museus.** Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/146_00159932.pdf. Acesso em: 08 de dez. 2021.

TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos.** Brasília, DF: Associação Brasileira de Antropologia, p. 25-57, 2012.

VANZ, Samile Andrea de Souza *et al.* **Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: práticas e percepções dos pesquisadores: relatório 2018.** Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/185195>. Acesso em: 02 de dez. 2020.

VEDANA, Viviane. Territórios sonoros e ambiências: etnografia sonora e antropologia urbana. **Revista Iuminuras**, v. 11, n. 25, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.15537>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Zahar, 1987.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana.** Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.

VÍDEO NAS ALDEIAS. **Site do projeto Vídeo nas Aldeias (VNA),** 2018. Disponível em: <http://www.videonasaldeias.org.br/>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

VIVIANE, Vedana. **"Fazer a Feira": estudo etnográfico das "artes de fazer" de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre.** 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/3731>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

VIVIANE, Vedana. **No mercado tem tudo que a boca come: estudo antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo.** 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/10183/13383>. Acesso em: 08 de dez. 2021.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

WEBER, Maria Helena; STUMPF, Ida Regina. O debate retomado: conflitos e convergências entre comunicação e informação. **Intexto**, n. 34, p. 11-27, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.19132/1807-8583201534.11-27>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

WORTH, Sol. Margaret Mead and the Shift from "Visual Anthropology" to the "Anthropology of Visual Communication". **Studies in Visual Communication**, v. 6, n. 1, p. 15-22, 1980. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1088&context=svc>. Acesso em: 03 de dez. 2021.

ANEXOS

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) intitulada “**O Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev) e os problemas da comunicação científica do patrimônio etnológico sobre memória ambiental urbana**”. O pesquisador proponente desta pesquisa é o mestrando Matheus Cervo, CPF 020.610.670-00, RG 9088175816.

Este projeto foi avaliado pelo CEP-UFRGS, órgão colegiado, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, cuja finalidade é avaliar – emitir parecer e acompanhar os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, em seus aspectos éticos e metodológicos, realizados no âmbito da instituição.

O **objetivo do trabalho** é compreender as especificidades e os desafios na comunicação científica em bases de dados abertas na web de registros multimídia etnográficos. Especificamente, almeja-se entender os problemas infocomunicacionais das bases de dados do grupo Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) relacionadas com os dados de pesquisa sobre Memória Ambiental em contextos metropolitanos. Segue o detalhamento dos procedimentos de pesquisa:

Coleta de dados: Ocorrerá através de entrevistas semi-estruturadas que serão realizadas através de chamadas de vídeo a fim de respeitar o distanciamento social necessário durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. As chamadas de vídeo serão gravadas mediante o acordo dos entrevistados no início do processo e somente após a assinatura do termo de consentimento. Serão entrevistados aproximadamente cinco pesquisadores(as) para poder realizar as entrevistas em profundidade. As entrevistas terão a **duração de uma hora** aproximadamente, podendo durar mais caso o(a) entrevistado(a) queira falar mais longamente sobre as perguntas feitas pelo pesquisador. Após a pesquisa ser realizada, o pesquisador guardará os documentos por no mínimo cinco anos, seguindo a **resolução 510/2016**.

Anonimato: O anonimato não poderá ser utilizado nesta pesquisa, já que se busca por pesquisadores(as) que são ou que foram membros do Banco de Imagens e Efeitos Visuais que possam falar abertamente sobre seus dados de pesquisa que fazem parte do

acervo deste banco.

Desta forma, o anonimato se torna uma ferramenta impossível de ser utilizada devido à necessidade de falar abertamente sobre as pesquisas que foram feitas no grupo em questão, assim como sobre os dados que foram doados ao projeto. Para assegurar a integridade dos pesquisadores que participarão das pesquisas, os entrevistados serão avisados de que eles possuem a total liberdade de não responder determinadas perguntas.

Liberdade: O entrevistado terá o total direito de solicitar que alguma parte de suas falas não sejam utilizadas na escrita da dissertação do pesquisador. Além disso, o pesquisador garante a liberdade de abandono total do projeto. Caso o entrevistado tenha alguma objeção a toda entrevista que foi concedida à pesquisa, é possível o entrevistado solicitar que sua fala não seja utilizada no projeto até a conclusão do mestrado em andamento. Além disso, o participante tem o direito de requerer as transcrições da entrevista, para conhecimento, ou mesmo o direito de requerer caso retire o consentimento de participação na pesquisa.

Riscos: De acordo com a Res. 466/2012- Cap V, "Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados". Assim sendo, entende-se que essa pesquisa possui riscos, ainda que eles sejam pequenos devido ao público a que se direciona e comparado a outros tipos de pesquisa. Desta forma, considera-se que o indivíduo entrevistado pode não se sentir à vontade para publicizar as suas contribuições ao Banco de Imagens e Efeitos Visuais, principalmente porque esta pesquisa não utilizará o anonimato e será feita com entrevistas em profundidade. Isso pode acontecer por diferentes motivos, como por não querer expor suas relações de pesquisa na universidade ou por não querer tornar pública a sua contribuição a um projeto de um grupo de pesquisa da UFRGS. Como forma de mitigação deste risco à ética do entrevistado, assegurar-se-á o direito de não responder a determinadas perguntas, assim como será assegurado o direito de se retirar da pesquisa em qualquer momento até a publicação da dissertação de mestrado em questão.

Além disso, essa pesquisa segue as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde a fim de mitigar os riscos existentes em pesquisas feitas virtualmente. Por isso, observa-se que os convites para a pesquisa serão realizados por e-mail com apenas um remetente e um destinatário, sem que seja possível a identificação dos convidados por

terceiros. Neste convite, será brevemente explicitada a pesquisa e será enviado, em anexo, o TCLE para que o(a) entrevistado(a) tenha conhecimento dos procedimentos de pesquisa e dos seus direitos. A obtenção da sua assinatura digital ocorrerá via e-mail em respeito do distanciamento social e será feita antes da entrevista ser gravada para assegurar que o participante teve conhecimento dos seus direitos.

As entrevistas serão feitas por chamadas de vídeo na plataforma Google Meet a partir dos recursos oferecidos pela UFRGS. Assim sendo, os encontros ficarão gravados no Google Drive da conta deste aluno oferecida pela universidade a partir do e-mail 00219154@gmail.com. O Drive não será utilizado como nuvem e as informações coletadas serão excluídas desta plataforma logo após a realização de uma cópia em um HD pessoal do mestrando responsável por esta pesquisa. Será utilizada apenas a transcrição desses arquivos, não sendo concedido o direito de utilizar as imagens gravadas pelo pesquisador.

Benefícios: O entrevistado desta pesquisa pode se beneficiar da entrevista que está concedendo ao pesquisador devido aos objetivos da investigação em curso. O objetivo geral desta pesquisa é a identificação de quais são os problemas infocomunicacionais existentes para consolidação de bases de dados abertas com registros multimídia provenientes das pesquisas etnográficas realizadas pelo grupo de pesquisa BIEV UFRGS. Desta forma, a pesquisa se direciona para que sejam respondidas algumas questões que podem ser norteadoras para a construção de bases de dados abertas de pesquisa na nossa universidade com características epistemológicas mais plurais. Assim, o entrevistado pode se beneficiar, já que se trata de uma pesquisa que foi feita para impulsionar a construção de projetos digitais que comuniquem e preservem registros de pesquisa oriundos de seu campo disciplinar, a Antropologia.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, declaro ter lido as informações acima antes de assinar este documento. Por este instrumento, tomo parte, voluntariamente, do presente estudo. Declaro também que fui informado:

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta sobre assuntos relacionados à pesquisa;
- De que a participação é voluntária e que terei a liberdade de, a qualquer

momento, retirar o meu consentimento, sem que isto traga prejuízo para mim;

- Que, se considerar necessário, poderei entrar em contato com o pesquisador, Matheus Cervo, e seu orientador, Moises Rockembach, através dos contatos informados ao final deste documento e do seguinte endereço: Rua Ramiro Barcelos, número 2705, sala 210 – Campus Saúde UFRGS – Bairro Santana – CEP: 90035-007 – Porto Alegre/RS.

- Que, em caso de questões éticas sobre a pesquisa, poderei entrar em contato diretamente com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS através do seguinte endereço e dos seguintes contatos: Avenida Paulo Gama, número 110, sala 321 – Prédio Anexo 1 da Reitoria – Campus Centro UFRGS – Bairro Farroupilha – CEP: 90400-060 – Porto Alegre/RS. Telefone: (51) 3308-3738. E-mail: etica@propesq.ufrgs.br. Caso estejamos no enfrentamento da pandemia, o isolamento social deverá ser respeitado e o contato com o CEP da UFRGS deverá acontecer exclusivamente por e-mail.

Declaro que recebi cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando outra cópia com a pesquisadora.

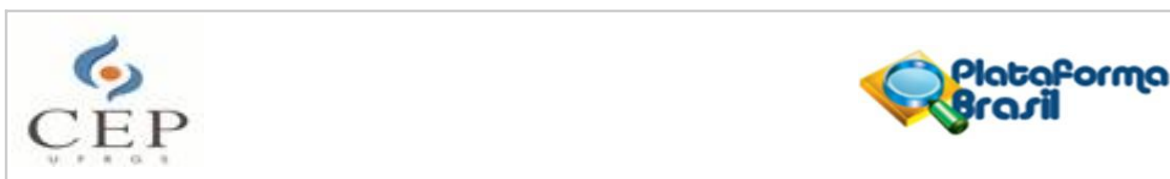
Assinatura do(a) entrevistado(a)

Matheus Cervo
Pesquisador
E-mail: cervomatheus@gmail.com

Moises Rockembach
Orientador
E-mail: moises.rockembach@ufrgs.br

Porto Alegre, xx de xxxxx de 2021.

Anexo II – Última página do parecer positivo do Comitê de Ética



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - PROPESQ UFRGS

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1746228.pdf	28/05/2021 15:07:55		Aceito
Outros	Documento_resposta_ao_parecer_consultado_do_CEP.pdf	28/05/2021 15:07:38	MATHEUS CERVO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Moises_Rockembaach.pdf	25/05/2021 13:36:21	MATHEUS CERVO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodemestrado.pdf	25/05/2021 13:35:10	MATHEUS CERVO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	25/05/2021 12:17:22	MATHEUS CERVO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 08 de Junho de 2021

Assinado por:
Patrícia Daniela Melchiors
 Angst(Coordenador(a))

APÊNDICES

Apêndice I – Coleções etnográficas do BIEV

Nome da Coleção	Ano	Financiamento	Autores Principais	Projeto de Pesquisa do orientador	Coordenação
24 de Maio	2005	Bolsa FAPERGS de Iniciação Científica	Luciana de Mello	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
3ª Perimetral	2003	Bolsa PROPESQ de Iniciação Científica	Olavo Ramalho Marques	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
A Casa dos Leões no Centro Histórico de Porto Alegre (RS)	2018	Bolsa Produtividade CNPq	Cornelia Eckert	Ritmos temporais e a memória ambiental vivida e narrada pelos cidadãos: etnografia da duração em contextos urbanos 2017 – 2020	Cornelia Eckert
A cidade e suas ruínas	1998	Bolsa CNPq	Rafael Victorino Devos	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
A festa de Navegantes	2000-2004	Sem informações	Luciana de Mello	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
A festa na política	1997-1998	Sem informações	Sem informações	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
A ilha assombrada	2000	Bolsa Apoio Técnico CNPq	Rafael Victorino Devos	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
A lata é mágica	2004	Bolsa de mestrado CNPq	Paula Biazus	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
A morada como duração	2009	Bolsa de mestrado CNPq	Anelise dos Santos Gutterres	Antropologia das crises na vida cotidiana da metrópole de Porto Alegre, RS.	Cornelia Eckert

A morada das águas	2003	Bolsa de mestrado CNPq	Rafael Victorino Devos	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
A Praia do Guarujá	2017-2019	Bolsas de Iniciação Científica e Inovação Tecnológica - FAPERGS/CNPq/BIT	Matheus Cervo	Banco de Imagens e Efeitos Visuais (www.biev.ufrgs.br): Etnografia da duração, coleções etnográficas e novas tecnologias - estudo antropológico sobre os lugares da memória nas cidades contemporâneas.	Ana Luiza Carvalho da Rocha
A questão ambiental sob a ótica dos grupos urbanos nas ilhas do Parque Estadual do Delta do Jacuí	2007	Bolsa de doutorado CNPq	Rafael Devos	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
A região portuária de Pelotas/RS e o Graffiti	2018	Sem financiamento	Fabricio Barreto	Antropoéticas, coletivo de pesquisa em ação	Claudia Turra Magni
Águas em Cachoeiras	1999	Bolsa de Iniciação Científica	Luciana Prass	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Ambiências estudantis	2003	Bolsa de Iniciação Científica	Luciana de Mello	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Arte, cidade e paisagem	2005	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Thais Cunegatto	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Avenida Guaranha	2004	Bolsa de mestrado CNPQ	Olavo Ramalho Marques	Projeto Antropologia do cotidiano: feições dos medos e das crises na vida metropolitana	Cornelia Eckert
Banda da Saldanha	2005	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Luciana de Mello	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Viviane Vedana

Bar Odeon	2007	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Priscila Farfan Barroso	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Biografia de uma cidade	2009	Sem informações	Sem informações	Pesquisa antropológica com processos de modelização da memória coletiva e de extroversão de acervos	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Bric da Redenção	2004	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ e Bolsa de Apoio Técnico CNPq	Thais Cunegatto, Rafael Derois, Paula Biazus	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Camelôs na Praça XV	2002	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Rosana Pinheiro Machado	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Carta aos narradores urbanos: Etnografia de rua na Porto Alegre das intervenções artísticas	2015-2016	Bolsa Produtividade CNP1	Cornelia Eckert	Dialética das durações nas formas de vida urbana: etnografias nos bairros para tratar de trajetórias, fluxos e memórias narradas por seus habitantes (Porto Alegre, Brasil)	Cornelia Eckert
Cartões postais	2004	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Thais Cunegatto	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Casca, cantos e narrativas de quilombolas/RS	2009	Bolsa de doutorado CNPq	Luciana Prass	Sem informações	Sem informações
Cemitério Belém Velho	2008	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Patrick Barcellos	Antropologia do cotidiano: feições dos medos e das crises na vida metropolitana	Cornelia Eckert
Cemitério São Miguel e Almas	2008	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Patrick Barcellos	Antropologia do cotidiano: feições dos medos e das crises na vida metropolitana	Cornelia Eckert
Cia Carris	2009	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Henrique Dallagno	Projeto Cidade e memória: a cultura do trânsito em Porto Alegre – RS	Cornelia Eckert

Cidade sitiada	2001-2002	Bolsa de Iniciação Científica CNPq, Bolsa Produtividade CNPq	Rafael Devos, Cornelia Eckert, Ana Luiza Carvalho da Rocha	Antropologia do cotidiano: feições dos medos e das crises na vida metropolitana	Cornelia Eckert
Cine Baltimore	2003	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Elenir Sandra Tarta da Rosa	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
Coleção Estátuas	2002	Bolsa de Apoio Técnico CNPq	Thaís Vieira	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Coleção Floristas	2003	Sem informações	Ana Luiza Carvalho da Rocha	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Coleção IAPI	2005	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Rafael Derois	Antropologia do cotidiano: memória e esquecimento nos processos de vitimização e vulnerabilidade	Cornelia Eckert
Coleção Iluminuras	1997-1998	Bolsa Apoio Técnico CNPq	Rafael Victorino Devos	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
Coleções de etnografias sonoras	2007	Sem informações	Rafael Devos e Viviane Vedana	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Rafael Devos e Viviane Vedana
Coleção Cultura do trânsito	2008	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Desirée Sant'anna Maestri	Cidade e memória: a cultura do trânsito em Porto Alegre/RS	Cornelia Eckert
Da circulação do transporte e dos deslocamentos dos transeuntes em Porto Alegre, RS	2009	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Luciana Tubello	Cidade e memória: a cultura do trânsito em Porto Alegre/RS	Cornelia Eckert
Do concreto ao pó	2007-2008	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Anelise dos Santos Gutterres	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha

Em cantos da Praça	2004	Bolsa CNPq	Rafael Victorino Devos	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Estaleiro Só	2015	Bolsa de doutorado CAPES	Ana Paula Marcante Soares	O território mito da orla: antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS	Cornelia Eckert
Etnografia da Crise e da Duração Ferroviária em Pelotas/RS	2018	Bolsa de mestrado CNPq	Guillermo Stefano Rosa Gómez	Ritmos temporais e a memória ambiental vivida e narrada pelos cidadãos: etnografia da duração em contextos urbanos 2017 – 2020	Cornelia Eckert
Etnografia de rua no Bairro Kreuzberg Berlim, Alemanha	2013	Bolsa Produtividade CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert	Dialética das durações nas formas da vida urbana e nas memórias ambientais: etnografia nos fluxos, percursos e trajetórias de habitantes em territórios, bairros, ruas e redes (Porto Alegre, Brasil) 2013-2015.	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert
Feiras de São Paulo	2007	Sem informações	Viviane Vedana	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Rafael Devos e Viviane Vedana
Habitantes do Arroio	2009-2011	Bolsa CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert	Projeto DVD interativo e Blog habitantes do arroio. Projeto Habitantes do Arroio estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert
Hotel Rodoviária	2018	Sem informações	Camila Braz da Silva	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert
Imperadores do samba	2000	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Rafael Victorino Devos	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert

Isso não é boemia, é baderna": uma etnografia sobre práticas e controvérsias na Cidade Baixa, Porto Alegre/RS	2020	Sem informações			
Jingles	2007	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Luciana de Mello	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Rafael Devos e Viviane Vedana
Jóquei Club	2005-2006	Sem informações	Renata Elisa Dornelles	Projeto Antropologia visual e da imagem	Cornelia Eckert
Memória Ambiental - Habitantes do Arroio	2009-2010	Sem informações	Rafael Victorino Devos	Habitantes do Arroio estudo de conflitos de uso de águas urbanas, risco, saúde pública e comunidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Memória Ambiental em Athens	2018	Bolsa Produtividade CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert	Projeto UFRGS Banco de Imagens e Efeitos Visuais: etnografia da duração, coleções etnográficas e novas tecnologias – Estudo antropológico sobre os lugares da memória nas cidades contemporâneas. Ritmos temporais e a memória ambiental vivida e narrada pelos cidadãos: etnografia da duração em contextos urbanos 2017 – 2020	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert
Memória dos Aterros e gestão de águas urbanas	2017-2020	Bolsa Doutorado CNPq			
Memórias do Lami	2007	Bolsa Mestrado CAPES	Fernanda Rechenberg	Vamo falá do nosso Lami" : estudo antropológico sobre memória coletiva, cotidiano e meio ambiente no bairro Lami, Porto Alegre	Cornelia Eckert
Memórias do Mundo	1997-1998		Ana Luiza Carvalho da Rocha e Maria Henriqueta Satt	Arqueologias urbanas: Memórias do mundo. Atelier Comunicação/Funproarte/SMC/PMPA	Ana Luiza Carvalho da Rocha e Maria Henriqueta Satt

Mercados de rua	2010	Bolsa Pós-doutorado PNPd/CAPES	Viviane Vedana	Antropologia da memória do trabalho na cidade moderno-contemporânea	Cornelia Eckert
Mestre Borel	2009-2010			Mestre Borel - ancestralidade negra em Porto Alegre. Funproarte/SMC/PMPA-Ocupocus Produção e Imagens Ltda	Anelise dos Santos Gutterres
Movimento Preserva Espírito Santo	2019	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Matheus Cervo	Projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (www.biev.ufrgs.br): Etnografia da duração, coleções etnográficas e novas tecnologias - estudo antropológico sobre os lugares da memória nas cidades contemporâneas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Músicas para trilha	2007	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Luciana de Mello	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Rafael Devos e Viviane Vedana
Na escuta do Bairro Lami	2008	Bolsa de Mestrado CNPq	Fernanda Rechenberg	Projeto Antropologia visual e da imagem	Cornelia Eckert
Na Porto Alegre da Copa, os ritmos de construção destrutiva ou destruição construtiva	2014	Bolsa Produtividade CNPq	Cornelia Eckert	Dialética das durações nas formas da vida urbana e nas memórias ambientais: etnografia nos fluxos, percursos e trajetórias de habitantes em territórios, bairros, ruas e redes (Porto Alegre, Brasil) 2013-2015	Cornelia Eckert
Narradores urbanos - Eunice Durham	2008		Rafael Devos, Viviane Vedana, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha	Estudo da antropologia urbana e etnografias nas cidades brasileiras	Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha
Narradores urbano - Gilberto Velho	2008		Rafael Devos, Viviane Vedana, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha	Estudo da antropologia urbana e etnografias nas cidades brasileiras	Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha

Narradores urbano - José Guilherme Magnani	2008		Rafael Devos, Viviane Vedana, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha	Estudo da antropologia urbana e etnografias nas cidades brasileiras	Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha
Narradores urbanos - Ruben Oliven	2007		Rafael Devos, Viviane Vedana, André Viccari, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha	Estudo da antropologia urbana e etnografias nas cidades brasileiras	Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha
Narradores urbanos - Ruth Cardoso de Oliveira	2010		Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha	Estudo da antropologia urbana e etnografias nas cidades brasileiras	Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha
Navegantes	2005	Bolsa de Mestrado CNPq	Luciana de Mello	Coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico: a criação de um museu virtual	Ana Luiza Carvalho da Rocha
O afiador de facas	2003		Ana Luiza Carvalho da Rocha	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
O Bará do Mercado Público	2007-2008		Ana Luiza Carvalho da Rocha	O Bará do Mercado público - os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre. PETROBRAS/Ocupocus Produção e Imagens Ltda	Ana Luiza Carvalho da Rocha
O Barco dos Sonhos	2000	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Rafael Victorino Devos	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
O Colono no Rio Grande do Sul	2009	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Luciana Tubello	Projeto Estudo da antropologia urbana e etnografias nas cidades brasileiras	Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha
O jogo de várzea, espaço público e formas de sociabilidade	2004	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Rafael Martins Lopo	Coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico a criação de um museu virtual	Ana Luiza Carvalho da Rocha

O Mercado tem tudo o que a boca come	2007	Bolsa de doutorado CNPq	Viviane Vedana	Estudos etnográficos em antropologia visual e sonora em sociedades complexas	Cornelia Eckert
O ofício de sapateiro	2005	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Thais Cunegatto	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
O santuário da desordem	1994	Bolsa de doutorado CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha		Ana Luiza Carvalho da Rocha
O tempero do mercado	2004	Bolsa de mestrado CAPES	Viviane Vedana	Projeto Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
O vôo da mosca	2007-2008	Ocupocus Produção e Imagens Ltda	Guilherme Deporte Andrade		Guilherme Deporte Andrade
Ocupação da várzea Campus Central da UFRGS	2015		Sonia Maria Piccinini	Redes de Colaboração e Patrimônio de CeT- o papel do herbário ICN da UFRGS na transmissão e preservação de valores e de práticas científicas	Lucas Graeff e co-orientação Patricia Kayser Vargas Mangan
Osório, cenas de maçambique	2009	Bolsa de Doutorado CNPq	Luciana Prass		Maria Elizabeth Lucas
Paisagem sonora na/da Vila IAPI	2004	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Luciana de Mello	Banco de Imagem e Efeitos Visuais a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Parque da Redenção	2004	Bolsa de Iniciação Científica CNPq	Elenir Sandra Tarta da Rosa	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
Passagens urbanas	2003-2004	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Olavo Ramalho Marques	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Poeira do Tempo	2007		Ana Luiza Carvalho da Rocha	Projeto Etnobiografias urbanas e coleções etnográficas de velhos migrantes rurais na cidade - Poeira do tempo	Ana Luiza Carvalho da Rocha

Política do lixo e reciclagem de resíduos sólidos	2019	Bolsa Produtividade CNPQ	Cornelia Eckert	Ritmos temporais e a memória ambiental vivida e narrada pelos cidadãos: etnografia da duração em contextos urbanos 2017 – 2020	Cornelia Eckert
Praça da Alfândega	2004	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Luciana de Mello	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Revista do Globo	2008	Bolsa Produtividade CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha	Memória, patrimônio e dinâmica das culturas desafios da pesquisa antropológica em acervos digitais	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Rincão dos Negros, cantos e narrativas de quilombolas/RS	2009	Bolsa de Doutorado CNPq	Luciana Prass		Maria Elizabeth Lucas
Rua da Praia	1998-2000	Bolsa Apoio Técnico CNPq	Patrícia Rodolpho	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
Rua da Praia por Hélio Alves	2006	Bolsa de Iniciação Científica PROPESQ	Thais Cunegatto	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Série Benno Mentz	2007-2008	Bolsa Produtividade CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha	Etnografia da duração, coleções etnográficas e novas tecnologias os lugares da memória	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Série fitas BASF	2005	Bolsa Produtividade CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha	Coleções etnográficas, estética urbana e patrimônio etnológico na era das textualidades eletrônicas	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Série Museu do Internacional	2009-2011	Bolsa Produtividade CNPq	Ana Luiza Carvalho da Rocha	Pesquisa antropológica com processos de modelização da memória coletiva e de extroversão de acervos	Ana Luiza Carvalho da Rocha

Um porto em contradição: Memória política, engajamento e revitalização urbana na proposta de revitalização do Cais Mauá em Porto Alegre-RS	2017	Bolsa de Mestrado CNPq	José Luís Abalos Junior	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: etnografia da duração, coleções etnográficas e novas tecnologias – Estudo antropológico sobre os lugares da memória nas cidades contemporâneas	Cornelia Eckert
Vinhetas sonoras WEB	1997-1998		Luciana Prass	Estudo antropológico sobre itinerários urbanos, memória coletiva e sociabilidades no mundo contemporâneo	Cornelia Eckert
Voluntários da Pátria	2006-2008	Bolsa de Iniciação Científica FAPERGS	Luciana de Mello e Priscila Farfan Barroso	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade.	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Voo de pássaro sob Porto Alegre	2004		Ana Luiza Carvalho da Rocha	Banco de Imagens e Efeitos Visuais: coleções etnográficas, itinerários urbanos e patrimônio etnológico	Ana Luiza Carvalho da Rocha
Hotel Rodoviária	2018	Sem financiamento	Camila Braz da Silva	Banco de Imagem e Efeitos Visuais: a criação de um museu virtual da cidade.	Ana Luiza Carvalho da Rocha

Fonte: Elaboração do autor, 2021